

MARÍLIA PIRES DE ALENCAR SILVA

O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR
(PAT): UMA ANÁLISE DE DISCURSO

CAMPINAS

2011

MARÍLIA PIRES DE ALENCAR SILVA

O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR
(PAT): UMA ANÁLISE DE DISCURSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva, área de concentração de Epidemiologia.

ORIENTADOR: PROF. DR. HELENO RODRIGUES CORRÊA FILHO

CO-ORIENTADOR: PROFA. DRA. SUZY MARIA LAGAZZI

CO-ORIENTADOR: PROF. DR. CELSO STEPHAN

CAMPINAS

2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA UNICAMP**

Bibliotecária: Rosana Evangelista Poderoso – CRB-8ª / 6652

Si38p Silva, Marília Pires de Alencar
O programa de alimentação do trabalhador (PAT): uma análise de discurso / Marília Pires de Alencar Silva -- Campinas, SP : [s.n.], 2011

Orientador: Heleno Rodrigues Corrêa Filho
Co-orientador: Suzy Maria Lagazzi
Co-orientador: Celso Stephan
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Ciências Médicas.

1. Alimentação. 2. Nutrição. 3. Programas e políticas de nutrição e alimentação. 4. Alimentação coletiva. 5. Análise do discurso. I. Corrêa Filho, Heleno Rodrigues. II. Lagazzi, Suzy Maria. III. Stephan, Celso. IV. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. VI. Título.

Título em inglês: The Workers' Food Program in Brazil: a discourse analysis

Keywords:

- Feeding
- Nutrition
- Nutrition programs and policies
- Collective feeding
- Discourse analysis

Titulação: Mestre em Saúde Coletiva
Área de Concentração: Epidemiologia

Banca examinadora:

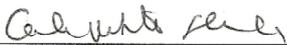
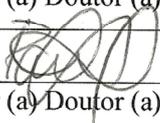
Prof. Dr. Heleno Rodrigues Corrêa Filho
Prof. Dr. Carlos Roberto Silveira Corrêa
Prof. Dr. Paula Andrea Martins

Data da defesa: 21-02-2011

Banca examinadora de Dissertação de Mestrado

Marília Pires de Alencar Silva

Orientador(a): Heleno Rodrigues Corrêa Filho

Membros:	
Professor (a) Doutor (a) Heleno Rodrigues Corrêa Filho	
Professor (a) Doutor (a) Carlos Roberto Silveira Corrêa	
Professor (a) Doutor (a) Paula Andrea Martins	

Curso de pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

Data: 21/02/2011

Agradeço à Deus,
que me proporcionou tudo que tenho e que sou.

Ao meu querido irmão João,
razão da minha vida,
pelo amor, paciência e compreensão em todos momentos que precisei.

À minha mãe Regina,
minha fonte inesgotável de inspiração, à quem devo tudo na minha vida.

À minha avó Maria,
poço de sabedoria, pela orientação, apoio e doces palavras.

Ao meu pai Job (*in memoriam*),
por me ensinar que devemos lutar, ser fortes e, principalmente,
felizes em todos os momentos de nossas vidas.

Ao meu padrasto Anicésio,
por todo apoio em todas as etapas de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Heleno, pelo acolhimento e ensino.

À Profa. Dra. Suzy, por todo carinho, dedicação, apoio, força e paciência comigo.

Ao Prof. Dr. Celso, pela amizade e apoio em todas as etapas do mestrado.

Ao Prof. Dr. Carlos Roberto, por me auxiliar quando precisei, sempre com carinho, dando força neste processo de aprendizagem.

À Profa. Cláudia, por me instruir e me ensinar.

À Profa. Dra. Paula, com quem muito aprendi, pela força para trilhar este caminho, além de ter me auxiliado em decisões difíceis.

À Profa. Dra. Semíramis, pela dedicação, ao longo de toda a graduação, com quem muito aprendi.

Aos professores do Mestrado em Saúde Coletiva, pelo ensino ao longo de todo processo.

À Lys, coordenadora do PAT, pela dedicação de seu tempo e auxílio em tudo que precisei.

À minha família, em especial minhas primas Luciana, Marina, Helena, Tarsila e Rafael, pelo apoio e paciência comigo.

Às minhas grandes amigas, por toda paciência, amizade e carinho em todos os momentos.

Ao meu namorado Wendell, pelo carinho, compreensão e paciência.

A todos meus amigos, pelo apoio ao longo das várias etapas da minha vida.

Aos meus colegas do Departamento, por todo aprendizado.

Aos funcionários das bibliotecas Fundacentro (Campinas e São Paulo), IPEA, MTE, MS, Senado Federal e Câmara dos Deputados, por todo auxílio e carinho comigo.

À CAPES, pelo financiamento desta dissertação.

“A mente que se abre a uma nova idéia
jamais voltará ao seu tamanho original.”

(Albert Einstein)

RESUMO

No Brasil, as políticas públicas relacionadas à alimentação e ao trabalhador se fundamentam na idéia de que a força de trabalho é o elemento chave para a produção econômica. O movimento em relação à alimentação e ao trabalhador teve início no final da década de 30, com a criação do Serviço Central de Alimentação. Em 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), que tinha como um de seus encargos a criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que mais tarde (em 1976) criaria o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Neste contexto, dada a importância de um programa no âmbito alimentar e nutricional que seja voltado ao trabalhador, esta pesquisa tem como objetivo, compreender os sentidos de alimentação na relação com os sentidos de nutrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), e também de compreender o que esta relação significa em uma política de educação nutricional. Nosso trabalho se filia à perspectiva da Análise de Discurso materialista, proposta por Michel Pêcheux, discutida e difundida no Brasil por Eni Orlandi. A metodologia consistiu na análise discursiva da lei que instituiu o PAT e dos três discursos proferidos sobre o INAN e o PRONAN, seguidos pela busca de recortes, estudo das condições de produção, elaboração de paráfrases e constituição do corpus. Observamos, pela análise do material, um efeito de confusão, além dos aspectos individual e econômico relacionados à alimentação e nutrição.

Palavras-chave: alimentação, nutrição, programas e políticas de nutrição e alimentação, alimentação coletiva e análise do discurso.

ABSTRACT

In Brazil, public policies related to food and the worker are based on the idea that the workforce is the key element to the economic production. Thus, the movement in relation to food and workers began at the end of the 30 decade, with the creation of the Food Service Center. In 1972, was create the National Institute of Food and Nutrition, which had as one of its mission the creation of the National Program of Food and Nutrition, which, later (1976) would create the Workers' Food Program. In this context, given the importance of the program in food and nutrition that is returned to the worker, this research aims to understand the meanings of food in relation to the directions of nutrition related to the Workers' Food Program and also to comprehend what this relationship means in a policy of nutrition education. Our work joins the materialist perspective of discourse analysis proposed by Pêcheux, discussed and disseminated in Brazil by Eni Orlandi. The methodology consisted of discursive analysis of the law that established the Workers' Food Program and the three speeches of the National Institute of Food and Nutrition and National Program of Food and Nutrition, followed by the search clippings, study the conditions of production, paraphrase development and corpus establishment. We observed by analyzing the material, an effect of confusion, individual and economic aspects related to food and nutrition.

Keywords: feeding, nutrition, nutrition programs and policies, collective feeding and discourse analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise de Discurso
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
EMCA	Estudo Multicêntrico sobre Consumo Alimentar
FAO	Food and Agriculture Organization
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ITA	Instituto de Tecnologia Alimentar
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
POFs	Pesquisas de Orçamentos Familiares
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SCA	Serviço Central de Alimentação
SINE	Sistema Nacional de Emprego
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
UANs	Unidades de Alimentação e Nutrição

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	13
1.2 MUDANÇA NO PERFIL DE CONSUMO	14
1.3 O TRABALHO NO BRASIL	20
1.4 RELAÇÃO ENTRE ALIMENTAÇÃO E TRABALHO	21
1.5 IMPLEMENTAÇÃO DO PAT	25
2 JUSTIFICATIVA	32
3 OBJETIVO	35
4 METODOLOGIA	37
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO	46
6 ASPECTOS ÉTICOS	88
7 CONCLUSÃO	90
8 REFERÊNCIAS	93
9 ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

1.1 Alimentação e Nutrição

Desde a pré-história e as primeiras civilizações a alimentação vêm se tornando, progressivamente, elemento essencial na estruturação de grupos, imprimindo-lhes identidade própria (1).

O homem civilizado, a partir dos valores elaborados por gregos e romanos, come não somente pela fome, para satisfazer as necessidades do corpo, mas transforma a ocasião em um momento de sociabilidade, envolto de conteúdo social e poder simbólico. A partir dessas sociedades se tem uma dimensão coletiva atribuída às refeições. Para os gregos, a alimentação também era sinônimo de “estilo de vida” (*bios*) (2).

Desde os primórdios da medicina, colocava-se a importância da alimentação e sua função fisiológica para o corpo e o espírito. Durante a prática médica medieval, a alimentação já ganhava importância, sendo o alimento considerado sagrado e os hábitos alimentares interpretados pela perspectiva religiosa. O sentido sagrado do alimento e de alimentar-se foi exposto na literatura espiritual da Idade Moderna, relacionando-se ao Sacramento da Eucaristia. Além disso, o ato de alimentar-se e seus efeitos fisiológicos tem significações espirituais e religiosas complexas (3).

De 1915 a 1935, foram criados, em diversos países da Europa, na URSS, no Japão, nos Estados Unidos, na Austrália e na Argentina, centros de estudos e comissões relacionadas à alimentação e nutrição. No Brasil, nos anos 30, foram criados núcleos especializados em Nutrologia. Assim, as pesquisas voltadas à Ciência da Nutrição foram publicadas nas décadas de 40 e 50 (4).

A relação entre nutrólogos e a indústria, no Brasil, foi claramente exposta por uma política de alimentação, o Serviço Técnico da Alimentação Nacional (STAN), criado em 1942. Os esforços feitos no sentido de aperfeiçoar a indústria brasileira levou a criação, em 44, do Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA), que teve papel fundamental no desenvolvimento da Ciência da Nutrição. Assim, os objetivos do STAN integravam-se à política econômica vigente, impulsionando a industrialização (4).

Com os achados sobre alimentação e nutrição, observa-se que a alimentação, que é mais antiga, refere-se às práticas e hábitos alimentares, e até mesmo à questão religiosa. Por outro lado, a nutrição é vista como a “Ciência da Nutrição”, que é mais atual e vincula-se ao científico.

1.2 Mudança no perfil de consumo

O século XIX foi marcado pelo desenvolvimento demográfico no mundo, sendo que na maioria dos países, essa mudança teve início no século XVIII. Essa mudança se deu pela diminuição da idade para o casamento, aumento do número de assalariados e pela diminuição da mortalidade em todas as faixas etárias, junto ao desenvolvimento da medicina, aperfeiçoamento do regime alimentar e desaparecimento das crises cíclicas de fome, que tiveram redução desde o século XVIII (5).

Do século XVIII para o XIX, teve-se o movimento de reforma dietética, que se baseava em novas idéias científicas e que deveriam contribuir para a melhoria da saúde (6).

Desde 1830 houve progresso no setor de transportes e da agricultura, que levou a transformação da economia de subsistência, caracterizada por fazendas, à economia de mercado, que estimulou o desenvolvimento do comércio e da indústria. A partir deste momento se teve a disponibilização de mais gêneros alimentícios, por períodos de tempo maiores (6). Em 1850, na Europa, o investimento na agricultura, contribuiu de forma positiva com o combate à fome de grande parte da população. Por outro lado, o processo de urbanização, a tecnologia e o comércio desencadearam alterações no padrão alimentar. Dentre as mudanças, pode-se citar o consumo de produtos como açúcar, chocolate e café, que foi cada vez maior (7).

No período de 1880 a 1900, houve aumento na disponibilidade e no consumo de alimentos tradicionais como resposta à pressão demográfica. Após esse período, teve-se uma profunda mudança na alimentação, junto a transformação demográfica. A revolução agrícola, que atingiu a Europa em datas diferentes nas diversas regiões, juntamente com a transformação no sistema de transportes, ligado à Revolução Industrial, alterou o sistema

econômico, suprimindo a agricultura de subsistência e a favor de uma agricultura voltada para o mercado (5).

Após a Segunda Guerra Mundial houve alterações no perfil epidemiológico, caracterizadas por mudança no perfil populacional, com aumento de pessoas adultas e idosas, e pelo aumento das doenças crônicas não transmissíveis (doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, obesidades, entre outras) em substituição às doenças infecciosas. Estes problemas de saúde pública foram associados às mudanças dos hábitos alimentares, redução de atividade física e demais aspectos da vida urbana (8).

O processo de transição nutricional engloba os processos de transição demográfica e epidemiológica. Ele é caracterizado por alterações no padrão de nutrição e consumo, acompanhado pelas alterações econômicas, sociais, demográficas e do perfil de saúde (9). Outros autores consideram a transição nutricional como um processo complexo, caracterizado pela diminuição das formas graves de desnutrição, com a manutenção de sua cronicidade e a inclusão de doenças crônicas não-transmissíveis, como a obesidade, dislipidemias e diabetes tipo 2 (10).

No Brasil, ocorreu rápida passagem do sistema fundamentalmente agrícola para outro, de enfoque industrial, fato este que levou ao agravamento da crise alimentar. Como as atividades rurais, de onde provinha a maior parte dos alimentos, eram mal remuneradas, qualquer outra atividade atraía o trabalhador, em especial a indústria. Assim, o trabalhador, apesar de ganhar mais, passa a se alimentar com menos qualidade (11).

O processo de transição econômica foi estabelecido com o êxodo rural, que levou à diminuição da produção (11). Em 1970, 58% da população se encontrava em áreas urbanas, passando a 81%, no ano 2000. Esse processo de migração foi acompanhado, como veremos, pelo aumento dos percentuais de sobrepeso/obesidade (8). Neste momento, os alimentos tornaram-se mais caros e escassos. Com isso, estabeleceu-se uma “revolução nos hábitos alimentares e no suprimento nutritivo”, pois se deixa de lado os alimentos frescos e nutritivos, passando aos industrializados (11).

No Brasil, a política de incentivo à industrialização e à exportação levou à redução da produção e disponibilidade de alimentos para a população brasileira. Assim, houve

elevação dos preços dos alimentos básicos, devido ao fato da procura por eles ser maior que sua oferta (12).

O processo de industrialização teve início na década de 30, com desenvolvimento significativo após a década de 50 (8). Na década de 60 se tem o florescimento da indústria brasileira, com a perspectiva de desenvolvimento na implantação de indústrias pesadas e de consumo durável (7). Mas foi em meados da década de 70 que houve progressivo processo de industrialização no setor agropecuário, aumentando muito a diversidade e o volume dos bens de consumo não duráveis. A partir da década de 80 houve diversificação na produção e no consumo, com o lançamento de produtos semiprontos, étnicos, dietéticos, saudáveis e naturais. Essas mudanças levaram, conseqüentemente, a alterações na distribuição da mão de obra, com redução no setor extrativo e da agricultura (8).

O modo de vida predominantemente urbano impõe a necessidade de adaptação das pessoas à nova realidade. O aspecto alimentação passa a depender de condições como tempo, recursos financeiros, local e periodicidade das compras, por exemplo. E, desta forma, a indústria e o comércio apresenta papel determinante no modo de consumo adaptado às condições urbanas (13).

Mas, apesar do aspecto econômico ser relevante em vista do quadro de desigualdades sociais, para alguns autores, as escolhas alimentares não devem basear-se somente neste aspecto, pois isto significaria simplificá-las (7).

Dentre as mudanças nos padrões alimentares, apontam-se quatro delas como as principais no aumento de sobrepeso/obesidade. São elas: migração interna, alimentação fora de casa, crescimento na oferta de refeições rápidas (*fast-foods*) e ampliação no uso de alimentos industrializados/processados (8).

O *fast-food* vem sendo apontado como principal fenômeno de consumo no mundo moderno. E, dentre as mudanças dos hábitos alimentares, o sanduíche e o refrigerante ganham a preferência, uma vez que se preconiza a praticidade e a rapidez no preparo, pois não há tempo para que se prepare e consuma os alimentos. Estes dois produtos alimentares surgem como alternativa à escassez de tempo, bem como outros produtos, desenvolvidos para novas formas de conservação e preparo (7, 13).

O público jovem ganhou destaque nesse processo devido a sua maior autonomia. Com isso, a indústria, vislumbrou esta parte do mercado. Os jovens, ao fazerem suas próprias escolhas, rejeitam o que a sociedade lhe passa, ou seja, os costumes e a tradição construídos há tempos. No âmbito da alimentação, o hambúrguer e a Coca-cola[®] passam a constituir o estilo de vida jovem (7).

Junto às mudanças já citadas, tem-se a quantidade excessiva de alimentos consumidos. Para Claude Fischler, o homem passa a ter reduzida capacidade de percepção do que é uma alimentação adequada (7).

As mudanças tecnológicas geradas tanto pela indústria alimentícia quanto pela agricultura e globalização da economia levaram as práticas alimentares a serem alvo de preocupação pela área da saúde. A preocupação se deu pelo fato das práticas alimentares serem relacionadas ao crescente número de doenças crônicas. As novas práticas alimentares compreendem na introdução de alimentos de alta densidade energética, ricos em gordura e açúcar refinado, junto à diminuição do consumo de carboidratos complexos (13).

Segundo a FAO (Food and Agriculture Organization), a quantidade energética *per capita* disponível aumentou de 2200 para 3000 kcal, dos anos de 1961 para 1999. O aumento da ingestão energética pode-se dar tanto pela quantidade elevada de alimentos, quanto pela ingestão de alimentos de alta densidade energética ou mesmo pela combinação de ambos (8).

Nesse contexto, a globalização da economia e a industrialização têm papel fundamental na determinação nos produtos ofertados à população. Esses alimentos de alta densidade energética são vendidos sob o pretexto de que são saborosos e de baixo custo, além da praticidade que oferecem (13).

A globalização abrange desde a indústria alimentícia, o setor agropecuário e a distribuição de alimentos à publicidade pelos meios de comunicação. E, embora nos países subdesenvolvidos, as tendências de consumo sejam formadas de acordo com as classes sociais, os desejos de consumo consolidam essa tendência. De um lado a globalização amplia a diversidade alimentar, mas de outro a reduz, pois se tem as mesmas opções em virtude da própria globalização (13).

Os hábitos alimentares podem ser definidos como resposta à pressão sócio-cultural de indivíduos ou grupos de indivíduos. Eles selecionam e consomem alimentos ou grupos de alimentos que estão disponíveis. Outras contribuições classificam os hábitos alimentares como a forma na qual o indivíduo coloca sua “visão de mundo”, por meio da comunicação, ou até mesmo a qual grupo (social, étnico ou de idade) deseja-se pertencer. Para Lévi-Strauss “a cozinha de uma sociedade é a linguagem na qual ela traduz inconscientemente sua estrutura” (7).

As práticas alimentares vêm se tornando permeáveis às mudanças devido à pressão exercida pelo poder aquisitivo, publicidade e praticidade. Ao avaliar essa permeabilidade, devem-se verificar os componentes culturais. As facilidades neste âmbito poupam tempo de preparo e frequência das compras, que é a principal característica do comensal urbano contemporâneo (13).

No Estudo Multicêntrico sobre Consumo Alimentar (EMCA) foi observado que a diferença salarial é determinante na escolha dos alimentos. A exemplo disso tem-se decréscimo no consumo de alimentos tradicionais, como o arroz e o feijão, pelas famílias de maior renda (13).

A qualidade da alimentação vem sendo associada ao estado de saúde, em especial às doenças crônicas. Encontra-se, por exemplo, associação positiva entre o consumo de energia proveniente de gorduras e o risco de obesidade (14).

Autores definem a obesidade como doença caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal. Acredita-se que, na maioria dos casos, ela é desencadeada por aspectos sócio-ambientais. Os aspectos mais associados ao balanço energético positivo, que tem como consequência o ganho de peso, são a mudança no consumo alimentar (com aumento no fornecimento de energia) e a redução da atividade física (15).

No Brasil, Moscoso (16) relatou que os erros alimentares vêm desde a época colonial. Para o autor, o mal provinha da monocultura da cana, época na qual o escravo era comprado como “máquina de trabalho”. A estas máquinas que necessitavam de combustível para as atividades pesadas que desenvolviam eram dadas calorias: feijão,

farinha e cachaça. A conservação destas “máquinas humanas” não era motivo de preocupação, pois quando não tinham mais uso, outras eram adquiridas.

Os trabalhadores do Brasil passavam, quando não pela fome, segundo Moscoso (16), pela “fome qualitativa”, ou seja, quando não lhe faltavam alimentos em quantidade suficiente, faltavam-lhe alimentos fundamentais à boa nutrição.

Segundo Moscoso (16),

“A indolência e a falta de aptidão para o trabalho não tem como causa o clima, mas sim a alimentação inadequada e insuficiente, que não dá vigor para o labor nem defesa para a doença.”

Nas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs), realizadas nos anos de 1987/1988 e 1995/1996, foram observados mudanças negativas no padrão de alimentação do brasileiro. Destaca-se o aumento no consumo de ácidos graxos saturados e açúcar, com a diminuição do consumo dos carboidratos complexos e a estagnação ou redução de frutas, verduras, legumes e leguminosas, em todas as regiões metropolitanas do País (14).

Segundo Bleil (7),

“O tempo é um dos grandes inimigos do prazer.”

Assim, com a falta de tempo das pessoas para práticas antes comuns, como cozinhar, os alimentos ofertados hoje se encontram quase prontos para consumo. Entretanto, junto à praticidade, se tem alimentos em embalagens coloridas, para chamar atenção, com grandes quantidades de açúcar, sal, gordura e também de aditivos químicos (7).

A alimentação adequada quanto à quantidade e qualidade é fundamental, entretanto, o ser humano precisa de mais que uma “ração básica nutricionalmente balanceada”. Para os homens, a alimentação extrapola esta conotação. Mais do que os aspectos físicos e químicos atribuídos à alimentação, o ser humano cria vínculo com o processo alimentar. Ele é relacionado a questões como: cultura, família, amigos e festividades coletivas. Assim, ao fazer a refeição com o outro, fortalece-se, além do físico, o mental e a dignidade (17).

O ato de se alimentar também foi minimizado, em especial nas grandes cidades. As relações afetivas entre as pessoas que permeavam as refeições hoje já são escassas (7).

1.3 O trabalho no Brasil

No Brasil, um dos grandes movimentos históricos que caracterizaram a evolução do trabalho ocorreu entre os anos de 1930 e 1980, na Era Vargas. Este movimento foi marcado pelo assalariamento da mão-de-obra e pela constituição de um mercado de trabalho nacional (18, 19).

Principalmente nas décadas de 30 a 70, a constituição de mercado de trabalho nacional foi caracterizado pelo excedente de força de trabalho devido à alta imigração interna (do campo para a cidade). Assim, a inserção do país na economia mundial, se deu pela difusão da industrialização nacional, com a produção de bens e serviços, como automóveis, eletrodomésticos, etc (18).

Nos anos 50, surgiu o “trabalhador coletivo”, que foi uma nova classe operária que sustentou o sindicalismo de massa nos anos 70, contra a superexploração do trabalho (20). O período de 1950 a 70 também pode ser caracterizado pela inclusão da mulher no mercado de trabalho, com a expansão dos empregos para esta parte da população, que aparece no setor de serviços e nas atividades industriais (21).

Na Era Vargas o sistema de dominação foi enraizado na sociedade e na economia e alcançou o ápice na década de 70 (19). Na segunda metade do século XIX se estabeleceu o modo de produção capitalista, que formou a base do desenvolvimento econômico, por meio do trabalho assalariado (18).

A ditadura militar (1964 a 1985) constituiu período de maior perversidade histórica relacionada ao trabalho, com longas jornadas de trabalho e extenuante intensidade do processo produtivo, com tendência à depreciação salarial. Além disso, este momento histórico também era caracterizado por despotismo do capital no local de trabalho e pela utilização de mão-de-obra não qualificada, com grande rotatividade na linha de produção (20).

Associadas à Revolução de 30, as políticas de emprego no Brasil voltaram-se a ampliação dos empregos assalariados, que eram protegidos pelas leis sociais e trabalhistas. Nas décadas de 60 e 70 surgiram as políticas voltadas ao desempregado, com a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1967, e do Sistema Nacional de Emprego (SINE), em 1975. De 1930 a 1970, as taxas de desemprego, no Brasil, foram relativamente baixas, devido ao grande crescimento econômico que ocorria no país (18).

1.4 Relação entre alimentação e trabalho

O direito à alimentação vai desde o acesso aos recursos e meios de que se produza ou adquira alimentos, até o respeito dos hábitos e práticas alimentares específicos da cultura, região e/ou origem étnica. A segurança alimentar também é parte fundamental do processo alimentar e faz parte do direito à alimentação, independentemente do local (casa, trabalho, escola, etc). Além disso, a informação correta do conteúdo dos alimentos, das práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, ou seja, a promoção da saúde, também é de suma importância no que diz respeito ao direito à alimentação (17).

De forma contrária, se tem um círculo vicioso, pois o trabalhador que é mal alimentado produz pouco e, portanto, recebe menos, não tendo assim, condições de proporcionar boa alimentação a ele e aos seus familiares. Cabe ressaltar que, a subnutrição nos primeiros anos de vida pode levar a déficits do quociente de inteligência, podendo levar durante a infância e mais tarde, no trabalho, dificuldade de assimilação do que lhe é passado (22).

Quando o trabalhador está bem alimentado há maior potencial de trabalho, pois se tem aumento da capacidade máxima de oxigênio. Além disso, a má alimentação eleva custos ao Estado, pois há redução média da vida e dos anos produtivos, maior absenteísmo, dificuldade de escolarização, redução de produtividade e maior demanda a assistência médica (22).

Loureiro (23) colocou que estudos realizados em diversos países mostraram que o trabalhador, na época, gastava com alimentação cerca de 50 a 70% de seu salário. As

pesquisas feitas em empresas fornecedoras de alimentação ao trabalhador constataram menores índices de absenteísmo, de acidentes de trabalho e menos falha na execução de tarefas.

Segundo Vieira (24), a nutrição adequada é desenvolvida por meio de três fases: alimentação, metabolismo e excreção. E, segundo o autor, a nutrição deficiente levará a menor produtividade do trabalhador, desencadeando conseqüências como: redução da vida média, diminuição dos anos produtivos, redução da resistência às doenças, aumento do absenteísmo, desnutrição e redução da produtividade.

Alguns estudos já deram visibilidade à relação entre alimentação adequada quantitativa e qualitativamente e o melhor desempenho do trabalhador. Em países nos quais o consumo alimentar não atinge as necessidades mínimas energéticas e protéicas, há diminuição na eficiência dos trabalhadores (25). O absenteísmo, a produtividade, o número de acidentes de trabalho e a capacidade para o esforço físico encontram-se diretamente relacionados à alimentação. Alguns estudos mostram que a capacidade física decresce de acordo com a depleção do estado nutricional (26).

Dietas deficientes quantitativa ou qualitativamente (pelas proteínas, sais minerais e vitaminas) reduzem a capacidade de trabalho, levando a problemas como: perda de iniciativa e estímulo; redução da resistência orgânica às enfermidades; apatias e enfermidades, aumentando as abstenções; e mais cansaço, elevando o número de acidentes (25).

Além disso, o trabalho exige o empenho de grande parte das energias do trabalhador, devendo, desta forma, assumir o fornecimento das fontes energéticas compensadoras do desgaste (27).

Vieira (24) já colocava a importância de uma “educação alimentar continuada”, ou seja, da reeducação alimentar, frente à inadequação dos hábitos alimentares do trabalhador. Há de se considerar que a cultura de cada comunidade trabalhadora deve ser respeitada.

Na mesma obra o autor citou as práticas alimentares inadequadas mais vistas entre trabalhadores. São elas: excessiva ingestão de carboidratos, desjejum insuficiente, ingestão

exacerbada de refrigerante, baixa aceitação de verduras, legumes e peixes, pressa ao realizar as refeições, ingestão excessiva de café e, ao consumir a refeição oferecida no local de trabalho, abuso da quantidade de comida a ser ingerida (24).

Segundo Valente (17),

“... segurança alimentar e nutricional trata exatamente de como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o direito à alimentação a todos os cidadãos. Assim, a alimentação é um direito do cidadão, e a segurança alimentar e nutricional para todos é um dever do Estado e responsabilidade da sociedade.”

No Brasil, a segurança alimentar está intimamente relacionada às lutas contra fome, democratização da sociedade e construção de um país com mais equidade e justiça econômica e social. Neste contexto, em 1993, surge o Consea, que foi vinculado diretamente à presidência da República, constituindo-se em importante debate entre a sociedade civil e o governo (17).

Um dos principais componentes da segurança alimentar é a qualidade dos alimentos, que envolve os aspectos: nutricional, higiênico, biológico, tecnológico e de ausência de produtos nocivos à saúde (como agrotóxicos, hormônios, aditivos, etc). O processo de urbanização acelerada levou a promoção de hábitos alimentares e estilos de vida inadequados. Estes hábitos vêm sendo freqüentemente associados às altas prevalências de doenças crônicas não transmissíveis, que são hoje consideradas problema de saúde pública e de segurança alimentar (17).

Como exemplo tem-se o estudo de Tenório & Jordano (28), realizado no município do Rio de Janeiro, no período de agosto de 1977 a agosto de 1978, que avaliou a importância da alimentação adequada quantitativamente do trabalhador como fator de diminuição no número de acidentes de trabalho e absenteísmo e melhora das condições de saúde dos mesmos, com conseqüente aumento de produtividade.

O estudo em questão evidenciou que os trabalhadores que eram submetidos a uma dieta quantitativamente adequada (4800 kcal), segundo o trabalho de Dante Costa, apresentavam menores números anuais de acidentes, de dias perdidos e de consultas a

médicos. Além disso, o estudo observou que dos 678 funcionários da empresa de construção civil, somente 240 realizavam suas refeições no restaurante da empresa. E, que somente a amostra do grupo que realizava suas refeições no restaurante tinha suas necessidades energéticas atendidas. Estes achados vão de consenso com a necessidade de implantação do PAT, de forma que o programa abranja todo o quadro de funcionários, assegurando melhores condições de trabalho. Entretanto, apesar do trabalho apresentar todo o cálculo energético e de macronutrientes, realizados com base no cardápio planejado pela nutricionista do restaurante, não são citados os valores de resto ingesta, não sendo possível a avaliação de quanto foi realmente consumido pelos trabalhadores (28).

Em 1939, Moscoso (16) já colocava que a alimentação deve proporcionar, diariamente, substâncias necessárias ao funcionamento de nosso corpo. São elas: energéticas, protetoras, construtoras e ativadoras. Ele colocava que a alimentação é adequada somente quando se tem todas as substâncias em quantidades adequadas e equilibradas. Segundo o autor, o equilíbrio ácido-básico é indispensável para a manutenção da estabilidade físico-química do organismo, de forma que se tenha os órgãos e os aparelhos desempenhando suas funções.

Dentre as principais substâncias dos alimentos, destaca-se a importância dos minerais, que em 1939 já eram apontados como fundamentais para a constituição dos tecidos e estabelecimento do equilíbrio físico-químico, também estimulando os órgãos. Além disso, já nesse período eles eram apontados como essenciais em todos os processos biológicos. Cada célula tem predileção por algum(ns) minerais. Como exemplo se tem o magnésio para o sistema nervoso, ferro, cobre e manganês para o sangue e potássio para o músculo (16).

Outras substâncias apontadas como indispensáveis são as vitaminas. Colocavam-nas como “acessórios” da alimentação. Cada vitamina tem sua função específica e nenhuma pode ser substituída por outra. Moscoso colocava que a deficiência de alguma vitamina gera doença carencial. Colocava-se também sua importância na defesa do organismo contra infecções (16).

Michel (29) descreveu a alimentação correta como aquela suficiente, completa, harmônica e adequada. Segundo o autor, estas condições são fundamentais para a boa capacidade produtiva, que melhorará o padrão econômico e manterá as boas condições de saúde, favorecendo as funções orgânicas de defesa.

A finalidade da alimentação, segundo Michel (29), é proporcionar ao organismo os princípios nutritivos necessários às funções biológicas. Entretanto, há condições para o aproveitamento destes princípios. São eles: a fase extra-orgânica, que vai desde o momento da preparação à ingestão dos alimentos; e a fase orgânica, que vai desde a ingestão dos alimentos à sua absorção. Ao pensar desta forma, observamos que o trabalhador vem recebendo somente a primeira fase descrita. Mas, o trabalhador não se vale daquilo que ingere, mas daquilo que absorve, ou seja, do aproveitamento do que ele consome. Desta forma, o trabalho de educação e assistência alimentar e nutricional se faz fundamental.

O direito a uma alimentação de qualidade se faz indispensável, para todos os seres humanos, ao se pensar em qualidade de vida.

Trabalho realizado por Lanzillotti (30) avaliou a possível correlação entre acidente de trabalho e estado nutricional do trabalhador. Ao selecionar os trabalhadores que tiveram três ou mais acidentes de trabalho, no período de 1973 a 1975, foi observada relação positiva entre os acidentes de trabalho e o hábito alimentar. No grupo avaliado observou-se inadequação de todos os parâmetros nutricionais avaliados. O consumo energético, de macro e de micronutrientes teve uma adequação inferior a 100%, sendo que, em alguns casos, a adequação foi abaixo de 50%.

1.5 Implementação do PAT

A política social, de forma geral, surge no capitalismo a partir de mobilizações operárias, ao longo das primeiras revoluções industriais. A política relacionada à alimentação constitui-se no elo entre o Estado e a força de trabalho (12).

Desde a década de 30 foram detectadas fome e carências nutricionais na população brasileira. Notou-se, ao longo da história, queda na oferta de gêneros alimentícios básicos,

que foi acompanhada por redução no consumo de alimentos essenciais, devido ao baixo poder aquisitivo da população. Estas condições levaram ao agravamento do quadro de fome e desnutrição (31).

No Brasil, as políticas públicas relacionadas à alimentação e ao trabalhador se fundamentam na idéia de que a força de trabalho é o elemento chave para a produção econômica (32). O movimento em relação à alimentação e ao trabalhador teve início o final da década de 30, com o Decreto-Lei n. 1.228, de 2 de maio de 1939, que instituiu a obrigatoriedade das empresas com quadro de funcionários superior a quinhentos ter um refeitório, além da criação do Serviço Central de Alimentação (SCA), no Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAP) (10, 12).

Com o objetivo de melhora da resistência orgânica do trabalhador e de sua capacidade de trabalho, no Governo de Getúlio Vargas, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Por meio do Decreto-Lei nº 2478, de 5 de agosto de 1940, foi criado o SAPS, cuja função era de fornecer alimentação adequada e barata aos trabalhadores pertencentes aos IAPs (33). Assim, a política compreendia trabalhadores marítimos, empregados da indústria, do comércio, da estiva, do setor de transporte e cargas e do sistema bancário (12). O SAPS foi o primeiro órgão criado dentro da política de alimentação, no Brasil. Ele se deu pela convergência de interesses de nutrólogos e do Estado (4).

O SAPS no início baseava-se em proporcionar, ao trabalhador, espaço físico adequado para a realização de refeições e também de fornecer alimentação adequada e barata. Um ano após sua criação, por meio do Decreto-Lei nº 3.709, ele promoveu uma ação educativa sistemática com as famílias dos trabalhadores, com o intuito de orientar a coletividade sobre os benefícios da alimentação racional e econômica (34).

Em 21 de outubro de 1942, criou-se, por meio do Decreto-Lei nº 4.859, uma Seção de Subsistência, instituindo que fosse oferecido ao trabalhador gêneros alimentícios de primeira necessidade pelo preço de custo acrescido de 10% para as despesas. Posteriormente, em 30 de abril de 1943, com o Decreto-Lei nº 5.443, criaram-se cursos

técnicos e profissionais para a formação de pessoal apto para fiscalização de refeitórios (34).

Com a criação do SAPS, o Estado assume a tarefa de melhorar a alimentação dos trabalhadores, ao invés de passar esta responsabilidade para a iniciativa privada, que é quem faz uso da força de trabalho (12). Esse Serviço de Alimentação surgiu como um enlace simbólico entre os trabalhadores e o Estado, na tentativa de que se suavizasse tensões entre eles (4).

O trabalho do SAPS privilegiava os grandes centros urbanos, que em 1945 incluía o Rio de Janeiro, São Paulo e cinco cidades menores. Os restaurantes e postos de subsistência mantidos pelo Serviço eram localizados, em sua maioria, no Rio de Janeiro (centro político) e não no centro econômico, em São Paulo (12).

A ampliação do SAPS se deu, segundo nutrólogos responsáveis por sua criação, num desvirtuamento do órgão, para sustentação do getulismo. Com o Governo de Dutra (1946 a 1951), houve pouco interesse pelo SAPS e demais políticas de alimentação. Mas, com a volta de Getúlio Vargas, restabeleceu-se sua importância política, ficando instituído que 3% da arrecadação do sistema previdenciário seria voltado ao Serviço (12).

Mas durante a ditadura militar, em 1967, o SAPS teve fim. Acredita-se que isto se deveu, em grande parte, ao medo de que os restaurantes, ao reunir trabalhadores, facilitassem os movimentos sociais (4, 12).

Nesse período, também foram criadas duas políticas de alimentação, junto ao SAPS: STAN, de 1942 a 1945, e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), de 1945 a 1972. Neste momento também foram criadas instituições que visavam ao desenvolvimento da Nutrição, enquanto ciência. Foram elas: o Instituto de Tecnologia Alimentar, que teve início em 1944, que é a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro; e a Campanha Nacional de Merenda Escolar, criada em 1955, que é o atual Programa Nacional de Alimentação Escolar (4).

Nos anos 1970 foram criados dois Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) que se objetivaram na questão da fome. Entretanto, suas políticas não foram colocadas,

explicitamente, como prioridade. Nesse momento, o PND teve duas etapas: o I PND, de 1972 a 1974, que se voltou à política agropecuária, com os incentivos fiscais, disseminação de uso de insumos e com a pesquisa na área; e o II PND, de 1975 a 1979, voltado à reforma agrária e redistribuição de terras. Contudo, o programa, por não ter expressividade na redistribuição, ficou conhecido como um programa de crédito (35).

Em 1972 foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), pela Lei 5829, de 30 de novembro de 1972, vinculado ao Ministério da Saúde, que tinha como um de seus encargos, a criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) (36). O INAN tinha, basicamente, os mesmos objetivos do CNA, porém o Instituto apareceu em um contexto sócio-político-institucional em que a política social passa a ser uma preocupação explícita do Estado (37).

O PRONAN, inicialmente, tinha como alvo, gestantes, nutrízes, crianças de até 7 anos, população de baixa renda e escolares de 7 a 14 anos. O primeiro PRONAN, de 1973 a 1974, teve dificuldades administrativas, e assim foi criado o PRONAN II (de 1976 a 1979). Foi neste momento que se teve uma política nacional que incluía, dentre outras programas, a alimentação do trabalhador. Das políticas que integraram o PRONAN, algumas ficaram a cargo do INAN e as demais, dos outros Ministérios, sendo a alimentação do trabalhador vinculado ao Ministério do Trabalho (38).

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi criado pelo PRONAN II e instituído pela *Lei n. 6.321*, de 14 de abril de 1976, tendo início em 1977, sendo regulamentado somente em 1991. A lei foi sancionada pelo General Presidente Ernesto Geisel. Fizeram parte das primeiras comissões do programa seu criador, David Luiz Boianovsky, o ex-ministro Arnaldo Prieto e a Dra. Eglacy Porto Silva (12, 38).

O objetivo do programa era a melhoria da situação nutricional, com a promoção da saúde e prevenção das doenças profissionais. Para as refeições maiores (almoço, jantar e ceia), deviam ser ofertadas 1400 kcal e para as menores (desjejum e merenda), 300 kcal. O programa tinha o propósito de dar suporte aos trabalhadores de baixa renda, ou seja, aqueles que ganham até cinco salários mínimos, por um valor de até 20% do custo da refeição. O valor restante (80%) ficava a cargo do setor público e do empregador. O

programa teve êxito nos centros mais industrializados, sendo dois terços das empresas do Estado de São Paulo vinculadas ao programa (38, 10).

O novo governo Collor, em 1990, com o Presidente da República Fernando Collor de Mello, filho de Arnon de Mello, pôs fim a muitos dos programas sociais criados, entretanto manteve o PAT, apenas com poucas modificações. Neste ano, o programa atingiu cerca de 6,4 milhões de trabalhadores, com 34 mil empresas vinculadas, e, em 1992, 7,8 milhões, com 42.213 empresas. Entretanto, somente 7,8% das empresas com condições de participarem do programa estavam cadastradas. E, dos quase 8 milhões de trabalhadores vinculados ao programa, somente 44% ganhavam até 5 salários mínimos. Isso mostra que o programa foi mais uma política de transferência de renda, que um programa de cunho social, de combate à desnutrição (38).

No início de 1993, uma comissão composta por membros do Governo e da sociedade, elegeu como uma de suas prioridades a revisão do PAT. Foi colocada a necessidade de ampliação do atendimento, divulgação do programa junto aos trabalhadores e às empresas, melhora da qualidade das refeições e agilidade na administração (38).

Em 1999, publicou-se a cartilha de *Orientação da Educação Alimentar*, cujo objetivo era direcionar as ações de educação alimentar. A *Portaria n. 3*, de 1º de março de 2002, instituiu que as refeições maiores poderiam apresentar variação de 1200 a 1600 kcal, admitindo-se para atividade leve e intensa, respectivamente. E, além disso, um percentual protéico-calórico de, no mínimo, 6%. Enquanto que, as refeições menores, deveriam conter, no mínimo, 300 kcal e percentual protéico-calórico de 6% (10).

A portaria também definiu a obrigatoriedade de realização das atividades de conscientização e educação alimentar aos trabalhadores, bem como divulgação de estilos de vida saudáveis (10). Entretanto, a responsabilidade do valor nutritivo da alimentação oferecida ao trabalhador fica a cargo da pessoa jurídica participante do programa (39).

A concessão do benefício da alimentação ao salário do trabalhador, também conhecida como prestação *in natura*, apesar da determinação pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), não é obrigatória. O “cafezinho” oferecido ao longo do dia, não tem valor econômico, pois não contribui para a sobrevivência do trabalhador, ao contrário do

lanche completo. A alimentação concedida ao trabalhador devido à prestação de horas extras é de caráter indenizatório, não integrando ao salário do empregado (39).

No Vale do Rio dos Sinos (RS), foi realizada uma pesquisa qualitativa que avaliou o conhecimento dos trabalhadores com relação ao PAT. Foi observado um desconhecimento formal do PAT como programa governamental, entretanto foi observado conhecimento entre alimentação e saúde. O refeitório da empresa foi destinado à função de manutenção da força física, da capacidade para o desempenho das funções e de manter a pessoa em pé, trabalhando (10).

Nesse mesmo estudo, notou-se ainda que os trabalhadores associam o nutricionista ao acompanhamento, controle e cálculo da refeição e não como agente promotor da saúde. Esta visão do profissional sugere que as atividades de educação e orientação nutricional não vêm sendo desenvolvidas nesta área (do trabalho). Dessa forma, nota-se que o programa não cumpre com a função de mudança do comportamento alimentar, cujo objetivo é de melhoria da qualidade de vida (10).

Outros autores também descreveram a importância e a necessidade de nutricionistas frente às Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs) e ao PAT, como agentes de promoção da saúde, uma vez que este mercado encontra-se em expansão. No ano de 2002, ao completar 25 anos, o programa registrou 8 milhões de trabalhadores e 103 mil empresas vinculadas (15).

Um estudo transversal realizado em Brasília com 1044 clientes em 52 UANs, obteve percentual de 43% de sobrepeso/obesidade. Ao separar por sexo, encontrou-se, no feminino 26,6% de sobrepeso e 8,5% de obesidade. E, no sexo masculino, maiores percentuais, com 38,3% de sobrepeso e 9,8% de obesidade (15).

Ao avaliar a composição das refeições servidas nas 52 UANs, foi encontrado consumo de 6 g. de fibra para as mulheres e 8,3 g. para os homens. A ingestão de ferro, cálcio, zinco e colesterol foi significativamente menor para as mulheres; enquanto que o consumo de proteína, vitamina A e C não obteve diferenças significativas (15).

O percentual protéico foi sempre superior a 12%, superando a recomendação, que é de 6%, e, a carne bovina e o frango foram os pratos protéicos mais ofertados, junto às formas de preparo cozida e frita. Foi observada prioridade de saladas com hortaliças cozidas a cruas. As guarnições mais utilizadas foram massas, farofas, pirão e polenta, sendo que, as hortaliças, quando oferecidas, tiveram a forma de preparo frita. Com relação à sobremesa, os doces apareceram mais de 60% das vezes, encontrando-se uma maior oferta de fruta nas unidades de pequeno porte. E, por fim, os sucos artificiais apareceram em mais de 80% dos casos (15).

Neste contexto, se faz cada vez mais importantes hábitos alimentares e padrões de produção agrícola que reduzam o consumo excessivo, o desperdício e a destruição (7).

O hábito alimentar é complexo. Dessa forma, é de suma importância que os programas de alimentação, como o PAT, considerem os hábitos culinários locais e as proibições religiosas, por exemplo, pois se sabe que programas institucionais, ao desconsiderarem fatores como esses, foram frustrados. A história de cada sociedade ou cultura permite o conhecimento que determinado alimento tem sobre aquele meio social. Assim não se pode desconsiderar o valor que a cultura exerce sobre o hábito alimentar (7).

2 JUSTIFICATIVA

Esta dissertação foi motivada por minha experiência como nutricionista de Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), onde pude observar falhas no processo alimentar de trabalhadores. Todas UANs pelas quais passei tinham vínculo com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Entretanto, notei que os trabalhadores não tem conhecimento sobre o custeio de suas refeições, havendo grande diferença entre os tipos de refeições ofertadas de uma UAN para outra, sendo que raramente eles recebem orientação nutricional sobre como melhorar sua alimentação.

Além disso, observei que o Governo, embora subsidie parte da alimentação do trabalhador, tem poucas exigências sobre a alimentação ofertada ao trabalhador. O PAT surgiu diante de um contexto sócio-histórico em que as transições epidemiológica, demográfica e nutricional, levaram à necessidade de manifestações da sociedade e do Estado, com o surgimento de uma política pública voltada à alimentação do trabalhador. Buscamos, assim, a compreensão do sentido da implantação deste programa, diante do contexto sócio-político-histórico da momento em questão.

Diante das mudanças no perfil de consumo (transição nutricional), surgiram diversos problemas no âmbito alimentar e nutricional. Com isso, houve a demanda de políticas públicas nesta área. Como vimos, o SAPS foi a primeira política de alimentação e nutrição voltada ao trabalhador, devido a necessidade, naquele momento, da racionalização dos hábitos alimentares dos trabalhadores brasileiros (4).

Após o SAPS, criou-se o PAT, também voltado ao trabalhador, o que ocorreu há 34 anos. Embora o programa seja um dos mais antigos do Brasil, com relação à alimentação e nutrição, seu objetivo atual, como já afirmado, que é de melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas também na qualidade de vida, diverge dos resultados sobre a saúde dos trabalhadores apresentados em alguns estudos, que mostram alta prevalência de trabalhadores com sobrepeso e obesidade (40,15).

Para melhor compreendermos a abrangência do PAT, buscamos alguns dados. O Programa cobre, até janeiro de 2011, mais de 13 milhões de trabalhadores (13.353.463), sendo que destes, mais de 10 milhões (10.705.320) ganham até 5 salários mínimos (41). A previsão orçamentária do Governo, com o Programa, no ano de 2010 era de mais de 623

milhões de reais (R\$ 623.096.652), em mais de 113 bilhões de reais (113.875.428.613) de previsão orçamentária com todos os programas, representando, aproximadamente, a 0,55% (42).

Considerando a importância do programa, tanto do ponto de vista de sua duração, quanto de sua abrangência, recorreremos assim, aos três discursos proferidos no Senado Federal, que constituíram o INAN e o PRONAN, que deram origem ao PAT. E, para melhor compreendermos o trajeto que antecede o programa, ou seja, as condições sócio-político-históricas, bem como os sentidos de alimentação e nutrição, utilizamos o dispositivo discursivo denominado Análise de Discurso.

A busca dos sentidos de alimentação e nutrição no PAT se fazem importantes para que seja compreendida a perspectiva na qual ele foi implantado, para que, futuramente, possamos avaliar seu impacto, contribuindo de forma positiva para o fortalecimento dessa política pública, com vistas à melhoria da saúde e da qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias.

O aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade em trabalhadores vinculados ao PAT, observado em alguns estudos, é motivo de preocupação, pois mostra uma possível consequência negativa do programa. O PAT é uma exposição direcionada sobre um grupo, que são os trabalhadores vinculados ao programa, que gera consequências. Mas, para que nós possamos avaliar o impacto do PAT, antes precisamos compreender que exposição é essa, ou seja, quais os sentidos de alimentação e nutrição trabalhados desde o princípio dessa política de alimentação e nutrição.

A compreensão dos sentidos de alimentação e nutrição no PAT se faz importante, principalmente para o trabalhador, pois é por meio desses sentidos que o programa atuará, com repercussões na saúde e na qualidade de vida que se pretende proporcionar a eles.

3 OBJETIVO

Compreender os sentidos de alimentação na relação com os sentidos de nutrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Compreender o que esta relação significa em uma política de educação nutricional.

4 METODOLOGIA

Nesta pesquisa utilizamos o dispositivo teórico-analítico intitulado Análise de Discurso, de perspectiva materialista, que tem em Michel Pêcheux seu fundador e em Eni Orlandi a referência brasileira dessa linha de pesquisa.

Para melhor compreendermos a metodologia adotada nesta pesquisa, apresentaremos os princípios teóricos e os procedimentos analíticos da Análise do Discurso materialista .

A Análise de Discurso (AD) constitui-se na relação entre três domínios: a lingüística, o marxismo e a psicanálise. É uma disciplina que teoriza a interpretação, explorando seus mecanismos e limites como parte dos processos de significação. Ela busca compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos. A diferença entre interpretar e compreender está no fato de que, ao interpretar, o sujeito está pego no processo de atribuir sentido, enquanto que a compreensão analítica busca o funcionamento discursivo, tentando dar visibilidade às condições que permitem que determinados sentidos sejam atribuídos e outros não. Assim, a AD busca também compreender como o objeto simbólico está envolto de significância para e por sujeitos (43).

A AD trata do discurso, que nos remete ao movimento dos sentidos. Assim, ao estudar o discurso, observa-se o homem falando. Busca-se a compreensão da língua como acontecimento, pois o discurso não pode ser desconectado da história e da sociedade. O discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia. Neste caso, o discurso não é tido apenas como transmissão de informação, pois se leva em consideração o complexo processo de constituição dos sujeitos e da produção de sentidos nele envolvidos. Realizam-se no discurso processos de significação (43).

Para a AD, a língua tem sua ordem própria, sendo relativamente autônoma. Ela é o suporte no qual a ideologia se materializa. A história tem seu real afetado pelo simbólico e o sujeito de linguagem, sendo descentrado, é interpelado pelo real da língua e da história, sem controle do modo como é afetado. O sujeito significa mobilizado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia (43).

Ao se analisar um discurso, busca-se o sentido situado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentralizando o sujeito e relativizando a autonomia da Lingüística.

O discurso é um objeto sócio-histórico, no qual o lingüístico intervém como pressuposto. Ao analisar, leva-se em consideração o homem na sua história, os processos e condições de produção da linguagem, por meio da análise da relação entre a língua, os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Na prática discursiva procura-se escutar o não-dito naquilo que é dito, pois somente uma parte do dizível é acessível ao sujeito. No entanto, o não dito significa, por mais que o próprio sujeito não tenha consciência disso (43).

Pelas condições de produção, essenciais na AD, busca-se a compreensão das determinações na produção dos sentidos, sendo fundamental considerar a memória, que faz parte do processo de produção do discurso. É a memória que aciona as condições de produção. Ela é o interdiscurso que sustenta os dizeres que significam o sujeito em uma dada situação discursiva. O interdiscurso é aquilo que fala antes, ou seja, é o que torna possível todo dizer, retornando sob a forma de pré-construído, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso é dito por uma voz sem identidade, sem nome (43).

As palavras significam por meio da história e da língua. Sendo assim, o sujeito pensa que sabe aquilo que diz, mas ele não tem controle sobre o modo pelo qual os sentidos nele se constituem. Para que as palavras façam sentido é necessário que elas já façam sentido. A melhor compreensão do funcionamento discursivo, bem como sua relação com os sujeitos e a ideologia, pode ser sustentada pelo fato de que existe um “já-dito”. O intradiscurso, que é a formulação, é determinado pela relação com o interdiscurso, pois só podemos formular se nos colocarmos na perspectiva do dizível, ou seja, da memória (do interdiscurso) (43).

Assim, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico. O contexto amplo é aquele que traz elementos que derivam da forma da sociedade. As condições de produção funcionam de acordo com a relação de sentidos, o mecanismo da antecipação, a relação de forças e as formações imaginárias (43).

Pela relação de sentidos temos a idéia de que não há discurso que não se relacione com outros, ou seja, um discurso aponta para outros que o sustentam, bem como para futuros dizeres. O mecanismo da antecipação é aquele no qual todo sujeito antecipa, em seu

dizer, sentidos visando a determinados efeitos sobre o interlocutor. A relação de forças diz respeito à diferença entre as posições ocupadas pelos sujeitos no discurso. E, por fim, as formações imaginárias, que são as projeções decorrentes da forma de inscrição do sujeito na sociedade (43).

Assim sendo, as condições de produção implicam o que é material, ou seja, a língua que é sujeita ao equívoco e à historicidade; o que é institucional, que é a formação social em sua ordem; e o mecanismo imaginário, que produz imagens dos sujeitos. Essa imagem pode ser da posição sujeito locutor, da posição de sujeito interlocutor e de objeto do discurso (43).

Outro aspecto importante na AD é o esquecimento. Há dois tipos de esquecimento. O esquecimento dois (ordem da enunciação), que é aquele que diz respeito às famílias parafrásticas, que indicam que o dizer poderia ser outro. E o esquecimento número um (esquecimento ideológico), que é aquele que resulta da forma como somos afetados pela ideologia. É no esquecimento número um que temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos, enquanto estamos sempre retomando sentidos pré-existentes. Nosso dizer é determinado pela forma pela qual nos inscrevemos na língua e na história, produzindo-se singularidade na forma pela qual a língua e a história nos afetam. É importante ressaltarmos que os sentidos e os sujeitos estão sempre em movimento (43).

A AD reflete sobre a forma na qual a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua, pois para ela, a linguagem não é transparente e os sentidos não são conteúdos. Assim, a linguagem é linguagem porque faz sentido e ela só faz sentido porque está inscrita na história (43).

O imaginário faz necessariamente parte de funcionamento da linguagem, sendo determinado também pelo modo das relações sociais inscritas na história, que em nosso caso estão regidas por relações de poder. Com a AD podemos atravessar o imaginário que mobiliza os sujeitos em suas discursividades, compreendendo o funcionamento discursivo. A linguagem é incompleta, assim como os sujeitos e os sentidos. O sujeito significa em condições determinadas e os fatos fazem sentido porque se inscrevem em formações

discursivas. O homem, sujeito a falha, se significa. O sentido e o sujeito podem derivar para outros sentidos. Eles se repetem, se deslocam (43).

O interdiscurso é que sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas mas esquecidas, que constitui uma história de sentidos. Mas não temos o controle desta memória, e assim temos a impressão de que sabemos o que dizemos, criando a ilusão de que somos a origem do que dizemos. Mas este apagamento é necessário, pois dessa forma os sentidos se projetam em outros sentidos, constituindo outras possibilidades dos sujeitos se identificarem (43).

No entanto, tem-se também injunções à estabilização que bloqueiam o movimento significativo e observamos uma tensão entre a repetição e a transformação. Há três formas de repetição: a empírica ou mnemônica, que é o efeito papagaio; a formal ou técnica, que é outra forma de se dizer o mesmo; e a histórica, que se desloca, permitindo o movimento por historicizar o dizer e o sujeito (43).

Na AD não se busca o que o texto analisado quer dizer, mas como o texto significa. A questão a ser respondida, na análise de discurso, é: como este texto significa? Como um objeto simbólico produz sentido? Como ele está envolto de significância para e pelos sujeitos? Produz-se o conhecimento a partir do texto, compreendido como uma materialidade simbólica própria e significativa. O texto passa a ser visto não como constituído por sentenças, mas realizado por elas (43).

A tríade língua-discurso-ideologia trabalhada na AD se ancora na compreensão de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Tal relação pode ser complementada pela idéia de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia, ou seja, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia que dará sentido a língua. Dessa forma, pode-se dizer que é no discurso que se observa a relação língua-ideologia, no qual compreende-se como a língua produz sentido por/para os sujeitos. Para a AD, a linguagem é o intermédio simbólico e político entre o homem e a realidade (natural e social) (43).

O analista busca a compreensão de como o político e o lingüístico se interrelacionam na constituição ideológica de sujeitos e sentidos. Ele tem a responsabilidade de formular a questão que desencadeia a análise (43).

Todo funcionamento da linguagem, quando pensado discursivamente, se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos (43).

- **Paráfrase** → é aquilo que se mantém, que é o dizível, a memória. É o estabilizado. Na paráfrase são produzidas diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. É a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem a sustentação no saber discursivo.
- **Polissemia** → se tem o deslocamento, a ruptura dos processos de significação. Joga-se com o equívoco. É a fonte da linguagem, é a própria condição de existência dos discursos, pois sem a condição múltipla de existência de sentidos e sujeitos, não haveria necessidade de dizer. É a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico.

Assim sendo, todo discurso se faz na tensão paráfrase e polissemia. Ou seja, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer, os sujeitos e sentidos se movimentam, se significam. Se a língua não fosse sujeita a falha e a história passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento, seja dos sujeitos, seja dos sentidos. A língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas. Logo, a condição da linguagem é sua incompletude. Há um movimento constante do simbólico e da história. Sendo assim, podemos dizer que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros, dependendo da forma como são afetados pela língua e como se inscrevem na história (43).

As formações discursivas permitem compreender a produção de sentidos, a relação com a ideologia e estabelecer as regularidades no funcionamento discursivo. Ou seja, a partir de uma formação ideológica (conjuntura sócio-histórica) dada, determina-se o que pode e deve ser dito. As formações discursivas representam as formações ideológicas nos discursos (43).

Dois aspectos importantes sobre as formações discursivas:

→ O discurso tem sentido porque ele se inscreve em uma formação discursiva. Os sentidos são determinados ideologicamente, de forma que tudo tenha uma traço ideológico em relação a outros traços. Esses traços estão na essência da discursividade, ou seja, na maneira com a qual a ideologia materializa-se no discurso. Os sentidos dependem das relações constituídas nas/pelas formações discursivas;

→ É por meio da formação discursiva que podemos compreender os sentidos. Palavras iguais podem ter significados diferentes por se inscreverem em formações discursivas diferentes. Neste contexto, cabe ao analista observar as condições de produção e verificar o funcionamento da memória, remetendo o dizer a uma formação discursiva a fim de compreender o sentido produzido. O sujeito se constitui pela interpelação ideológica de sua inscrição na formação discursiva.

O fato de que não há sentido sem interpretação já atesta a presença da ideologia. A ideologia produz evidências “subjetivas” (não no sentido de afetar o sujeito, mas de constituí-lo), colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Ela é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos, pois o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, para que dessa forma se produza o dizer. Nós somos sempre “já sujeitos”. O sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é sujeito de e sujeito à (língua e história). E só quando submetido à língua e à história ele se constitui, falando e produzindo sentidos (43).

Para que haja sentido, é necessário que a língua, passível de equívoco, se inscreva na história. Os sentidos não se esgotam de imediato. Daí vem a discursividade, que é a inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história, é a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito. Ou seja, o sentido é uma relação do sujeito, afetado pela língua, com a história. E é por meio da interpretação que se tem a relação do sujeito com a língua, a história e os sentidos. Este é o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. A linguagem, os sentidos e os sujeitos não são transparentes, eles têm sua materialidade e são constituídos a partir da língua, da história e da ideologia (43).

A língua só faz sentido se a história intervir, pelo equívoco, opacidade, espessura do material significante. A interpretação não é simplesmente um gesto de decodificação, de apreensão de sentido, livre de determinações. Ela é garantida pela memória (institucionalizada- arquivo e memória constitutiva – interdiscurso), permitindo a estabilização ou o deslocamento dos sentidos (43).

A ideologia aparece como efeito necessário da relação entre sujeito, língua e história na produção de sentido. Além disso, é a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição dos sujeitos (43).

A historicidade é fundamental na compreensão do homem não apenas com uma concepção intemporal, a-histórica e não biológica da subjetividade. O assujeitamento permite que o discurso apareça como instrumento do pensamento e reflexo da realidade. A ideologia fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. Não há um único sentido, mas um sentido instituído historicamente pela relação do sujeito com a língua, que faz parte das condições de produção do discurso (43).

Esta retomada da metodologia discursiva que embasa a pesquisa em questão nos permite descrever os passos percorridos, situando-os no conjunto dos procedimentos adotados:

- Recorremos à Lei Nº 6.321, de 14 de abril de 1976, no próprio site do Programa
- Procedemos à sua análise quanto ao objetivo da pesquisa, buscando os sentidos de “*alimentação*”
- Recorremos aos três discursos que deram origem ao INAN e ao PRONAN, no Arquivo do Senado Federal (DF)
- Buscamos recortes significativos, com as expressões “*alimentação*”, “*nutrição*” e “*política de alimentação e nutrição*”
- Estudamos as condições de produção do momento e do Senador em questão, para que déssemos sustentação à análise.

- Elaboramos as paráfrases.
- Delimitamos o *corpus* da pesquisa.
- Fizemos as discussões baseadas nos recortes, nas paráfrases e nas condições de produção.

A pesquisa também foi constituída de levantamento bibliográfico. O levantamento foi realizado a partir de consultas às bases de dados eletrônicas: SciELO e Scopus (da Unicamp) e aos acervos das bibliotecas: Fundacentro – São Paulo, Fundacentro – Campinas, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Brasília, Ministério da Saúde – Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego – Brasília, Câmara dos Deputados – Brasília e Senado Federal – Brasília. Para o levantamento foram utilizadas as palavras-chave: alimentação, programas e políticas de alimentação e nutrição, nutrição, alimentação coletiva, trabalho e trabalhador.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Em vista do objetivo desta pesquisa que é compreender os sentidos de alimentação e sua relação com a nutrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), buscamos a Lei N° 6.321, de 14 de abril de 1976 (encontrada a seguir), que constituiu o momento inicial do programa. A Lei em questão foi sancionada pelo Presidente Ernesto Geisel, junto ao Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, ao Ministro do Trabalho Arnaldo da Costa Prieto e ao Ministro da Saúde Paulo de Almeida Machado (44).

LEI N° 6.321 - DE 14 DE ABRIL DE 1976 - DOU DE 19/4/76

Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º As pessoas jurídicas poderão deduzir, do lucro tributável para fins do Imposto sobre a Renda, dobro das despesas comprovadamente realizadas no período-base, em programas de alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho na forma em que dispuser o Regulamento desta Lei.

§ 1º A dedução a que se refere o *caput* deste artigo não poderá exceder, em cada exercício financeiro, isoladamente, a 5% (cinco por cento) e cumulativamente com a dedução de que trata a [Lei n. 6.297 \(*\), de 15 de dezembro de 1975](#), a 10% (dez por cento) do lucro tributável.

§ 2º As despesas não deduzidas no exercício financeiro correspondente poderão ser transferidas para dedução nos dois exercícios financeiros subsequentes.

Art. 2º Os programas de alimentação a que se refere o artigo anterior deverão conferir prioridade ao atendimento dos trabalhadores de baixa renda e limitar-se-ão aos contratados pela pessoa jurídica beneficiária.

Parágrafo único. O Ministério Do Trabalho articular-se-á com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN, para efeito do exame e aprovação dos programas a que se refere a presente Lei.

Art. 3º Não se inclui como salário de contribuição a parcela paga *in natura* pela empresa, nos programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

Ernesto Geisel – Presidente da República
Mário Henrique Simonsen.
Arnaldo Prieto.
Paulo de Almeida Machado.

Ao recorrermos à Lei que instituiu o Programa, a expectativa era de que nela encontrássemos sentidos de alimentação, na perspectiva de uma política de alimentação e nutrição voltada ao trabalhador. Porém não encontramos referências à alimentação em todo o corpo da Lei. Fizemos recortes de todos os trechos em que apareceram a expressão “*alimentação*”. Os recortes abaixo nos permitem observar mais de perto a formulação dessa Lei:

“As pessoas jurídicas poderão deduzir, do lucro tributável para fins do imposto sobre a renda, o dobro das despesas comprovadamente realizadas no período base, em programas de alimentação do trabalhador ...” (44)

“Os programas de alimentação (...) deverão conferir prioridade ao atendimento dos trabalhadores de baixa renda ...” (44)

“Não se inclui como salário de contribuição a parcela paga in natura , pela empresa, nos programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho.” (44)

A expressão “alimentação” foi sempre mencionada, na Lei, como “programa de alimentação”. Assim, “Programa de Alimentação” apareceu, ao longo da Lei, referido a “dedução das despesas do imposto sobre a renda”, ao “atendimento de trabalhadores de baixa renda” e ao “salário de contribuição”. Assim, a Lei fez referências às despesas com o programa e ao público-alvo (44).

Deste modo, notamos um descompasso entre a Lei que instituiu o Programa e o nome que o intitula: Programa de Alimentação do Trabalhador. O silenciamento na Lei de uma discussão sobre a alimentação para o trabalhador é muito significativo e marca o descompasso que é estruturante no discurso dessa Lei.

Dessa forma, para melhor compreendermos o que significa falar de “dedução de imposto”, “atendimento de trabalhadores de baixa renda” e “salário de contribuição” e não de alimentação na Lei que instituiu o Programa de Alimentação do Trabalhador, recorreremos aos discursos que constituíram o percurso da elaboração do PAT. Buscaremos compreender, nestes discursos, quais os sentidos de alimentação e nutrição, bem como de política de alimentação e nutrição. Essa retomada do percurso da elaboração do PAT foi feita na perspectiva de que se compreenda o descompasso estruturante do discurso da Lei. Cabe ressaltar que estes discursos escolhidos referem-se à criação do INAN e do PRONAN que constituíram o percurso que antecede a elaboração do PAT.

Antes de iniciarmos a análise desses discursos, faremos um breve resumo sobre os assuntos neles abordados.

Os três discursos escolhidos abrangeram diversos tópicos e justificaram a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e conseqüentemente do PAT. No primeiro discurso, pela ordem cronológica, o Senador que proferiu, Arnon de Mello, chama atenção para a desnutrição, que acometia grande parte da população brasileira naquele momento e que era considerada causa primária ou secundária de grande parte dos óbitos de crianças até 5 anos

de idade (45). No segundo discurso, a desnutrição apareceu relacionada também à redução do período médio de vida, que leva à sobrecarga da economia e exige maiores custos (46).

O Senador Arnon, embasado nas causas da desnutrição apontadas pelo Professor Cravioto, expôs diversos aspectos como raízes do problema. Dentre eles: a tecnologia primária, ou seja, instrumentos inadequados para o trabalho; baixo rendimento/produtividade; pequeno poder de compra; baixo suprimento de energia, que leva a baixa capacidade produtiva por insuficiência alimentar; entre outros (46).

Foi afirmada a necessidade de atuação nas causas da desnutrição, para que não seja necessário despender de recursos cada vez maiores com a saúde. Para isso, o Senador colocou a necessidade de que se priorize a educação (ensinando o homem a selecionar e valorizar os alimentos) e o incentivo à produção alimentícia, com redução dos custos e aumento do teor calórico-protéico. Além disso, citou-se o investimento em pesquisas, que avaliem a composição dos alimentos, do solo e as técnicas mais adequadas de cultivo (46).

Ao situar o contexto do estado nutricional, expôs-se a importância da criação do INAN, cuja finalidade seria de verificar as deficiências quantitativas e qualitativas dos alimentos, composição química e processo de preparo. Sua função proposta era de caráter educativo e normativo (45). O Instituto teve como prerrogativa a elaboração e execução do Pronan, visando à aceleração do desenvolvimento econômico, melhor distribuição de renda e redução das disparidades sociais, cuja missão seria de resolução da desnutrição e melhora da saúde e vida do brasileiro. Assim, a ampliação da produção agrícola foi considerada essencial para o êxito de suas funções (educacional e assistencial) (46).

Diante do quadro de desnutrição, apontou-se para a necessidade de uma política de educação nutricional, que ensine o brasileiro a comer, vista a despreocupação e o desconhecimento da população no que diz respeito ao valor dos alimentos, ou seja, apontou-se a necessidade de esclarecimento sobre os alimentos. Além disso, o Senador aponta para o problema protéico e calórico, sendo este, segundo ele, o mais grave (45).

Ressaltou-se também a importância de educar o povo sobre processos de preparo e manipulação dos alimentos, pois os erros nestes processos podem comprometer o valor nutritivo, além de elevar os custos dos gêneros de primeira necessidade. A soja ganhou

destaque no discurso, segundo o Senador, devido a seu bom valor nutritivo (calorias e qualidade protéica), boa digestibilidade e aproveitamento. Mas apontou-se para o fato de que seria necessário acrescentar coisas para que o gosto agrade o brasileiro. Relacionou-se também à soja, a resistência física dos soldados alemães e japoneses, uma cultura rentável como investimento e sua importância na produção de óleo de soja para exportação (45).

Outros alimentos destacados no discurso foram, por exemplo, o pescado, pelo perfil protéico, custo e facilidade de criação e as frutas e verduras (46), como as frutas indígenas, pouco exploradas (47).

O Senador também colocou questões como a necessidade de seleção dos alimentos mais ricos em nutrientes e deu enfoque aos alimentos de primeira necessidade, atribuindo-lhes maior valor calórico e protéico, além do cuidado necessário com a propaganda de bens de consumo duráveis e não alimentar. Três fatores foram atribuídos como determinantes da subnutrição: o gasto de parte do orçamento familiar com bens de consumo duráveis, o desperdício de alimentos e sua conservação (45).

Foi apontada também a importância da tecnologia nuclear para o aumento da produção de alimentos, que possivelmente contribuiria para prevenção da fome e da falta de alimento nas próximas décadas (45), acelerando o desenvolvimento da agricultura (46).

A produtividade também é dependente de mão-de-obra bem alimentada. Foi afirmado que o quadro de desnutrição interfere no vigor físico, resultando em queda da produtividade, que terá interferência também no desenvolvimento econômico (45). Visto o fato de que a boa alimentação é produtividade, o Senador sugeriu a assistência alimentar ao trabalhador. O Senador ainda expôs: “Povo subalimentado é povo subdesenvolvido”. Assim, este problema foi afirmado como aquele que afeta o desenvolvimento (47).

O desenvolvimento biológico foi considerado imprescindível ao desenvolvimento econômico (46). Também relacionou-se a desnutrição à pobreza, uma vez que, com a redução da capacidade física e mental, impede-se o bom êxito do trabalho e conseqüentemente, do bem-estar (45).

O subconsumo de alimentos essenciais, segundo o Senador, leva à queda do vigor físico, que diminui a resistência orgânica, deixando a pessoa mais vulnerável às doenças. Além disso, naquela época, o Senador expôs o aumento nos gastos com medicamentos, que mostra o problema alimentar (45). Colocou também a necessidade de correção dos erros alimentares, uma vez que eles deixam o organismo mais suscetível. Tal suscetibilidade foi associada à alta incidência de parasitas intestinais identificados em exames de fezes, bócio e cárie, por exemplo (46).

O desenvolvimento de um País era medido naquela época, segundo o Senador, pelos níveis de nutrição, ou melhor, pelo consumo calórico e protéico. Este consumo era indicativo do avanço econômico e social (46).

Já ao PRONAN, foi atribuída a redução da taxa de mortalidade, a diminuição da incidência de deficiências físicas, mentais e sensoriais, a redução da frequência de doenças parasitárias e carências alimentares, o aumento do aproveitamento escolar e o aumento da produtividade da força-de-trabalho, melhorando o acesso do homem na escala social (47).

Sendo assim, o PRONAN, além de ser considerado pioneiro com relação a uma política integrada de nutrição entre os países subdesenvolvidos, recebeu a função de desenvolvimento da produção de gêneros locais de maior valor nutritivo, protéico e calórico, custo reduzido e também do desenvolvimento da agricultura de subsistência (47).

Assim, o Programa ganhou quatro enfoques: de assistência alimentar aos grupos vulneráveis, de educação nutricional à população como um todo, da produção de alimentos essenciais (agricultura e industrialização) e de pesquisa dos alimentos com seu diagnóstico e treinamento de pessoal (47).

Estes discursos foram proferidos entre os anos 72 e 73, sempre pelo mesmo Senador, Arnon de Mello. Arnon Affonso de Farias Mello ou Arnon de Mello foi jornalista, advogado e político. Em sua carreira política foi Deputado Federal (1950 a 1951), Governador (1951 a 1956) e Senador (1963 a 1970, 1971 a 1978 e 1979 a 1983), sempre pelo estado de Alagoas (48).

Arnon de Mello emplacou 3 mandatos consecutivos no Senado Federal. Nos anos de 1970 e 78 Arnon foi reeleito Senador pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que foi um partido político brasileiro conservador, criado em 1965 para sustentar a política do governo militar, instituído pelo Golpe Militar de 1964. Arnon pertenceu ao mesmo partido político do presidente Ernesto Geisel (1974 a 1979) bem como seu antecessor, Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974). Ambos presidentes fizeram parte do período de implantação do INAN, do PRONAN e do PAT (48).

Para melhor situar a figura de Arnon de Mello em suas relações de poder no Congresso, apontamos um fato gravíssimo acontecido logo no seu primeiro ano como senador, no Congresso Nacional, quando atirou contra o Senador Silvestre Péricles, também Senador pelo estado de Alagoas. Arnon não atingiu Silvestre, mas atingiu José Kairala, suplente do senador do estado do Acre, que acabou falecendo (49).

No momento que surge o INAN, o Estado apresentava, como uma de suas preocupações, a Política Social. Cabe ressaltar também o caráter de “discurso competente” proferido pelo presidente do INAN, Bertoldo Arruda, que adquire autoridade para falar sobre Nutrição, por meio de um discurso anônimo e impessoal. É um discurso de um especialista, que fala de uma determinada posição hierárquica (37).

As condições de produção são fundamentais na busca da compreensão das posições sujeito e das condições de produção que determinam significativamente o processo discursivo em análise (43). Sob esta ótica, devemos observar que, além do fato dos três discursos analisados terem sido proferidos por um mesmo político, não podemos desconsiderar que seu cargo de Senador também implica numa série de considerações, como os deveres deste cargo político.

Diz o regimento interno do Senado Federal que “*é dever do Senador promover a defesa dos interesses populares e nacionais, zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do País, exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, e apresentar-se ao Senado durante as sessões legislativas*” (50), o que situa o Senador na injunção a considerar, sempre, o que for melhor para o povo. No entanto, “*interesses populares*”, “*vontade popular*” e “*povo*” são expressões cuja

equivocidade constitutiva (51) abre para diferentes possibilidades de definição. Quais os interesses populares? Qual a vontade popular? Quem é o povo? Dependendo da posição de quem responde a essa pergunta, teremos questões absolutamente distintas sendo defendidas. No que concerne especificamente ao INAN e ao PRONAN, podemos dizer que esses programas foram defendidos por um senador em posição de aliança com o governo da época. Para melhor compreendermos as preocupações e características governamentais, nos remetemos às condições de produção, do período em questão e do que antecedeu o Governo de Médici.

Nas décadas de 30 a 70, o mercado de trabalho nacional foi caracterizado pelo excedente de força de trabalho devido a alta migração interna (do campo para a cidade). Assim, a inserção do país na economia mundial, se deu pela difusão da industrialização nacional, com a produção de bens e serviços, como automóveis, eletrodomésticos, etc (18). Em 1940 teve-se a criação do SAPS, voltado ao trabalhador, que era uma política que buscava a suavização das tensões entre o Estado e os trabalhadores (4).

A partir da década de 60, no Brasil foi iniciado o processo de transição demográfica, caracterizado pela diminuição da taxa de crescimento populacional. Aliado a isso, no período de 1930 a 1970, houve redução da população economicamente ativa, que voltou a crescer a partir dos anos 70 (18). Na década de 60, houve também estreitamento na relação entre a agricultura e a indústria. Da década de 60 para 70, houve intensificação na mecanização da agricultura (de 63 mil tratores utilizados em 1960, para 157 mil em 1970) e aumento (de mais que 3 vezes) na demanda de insumos agrícolas (52).

Mas foi a ditadura militar (1964 a 1985) que constituiu período de maior perversidade histórica relacionada ao trabalho, com longas jornadas de trabalho e extenuante intensidade do processo produtivo, com tendência à depreciação salarial. Além disso, este momento histórico também era caracterizado pela utilização de mão-de-obra não qualificada, com grande rotatividade na linha de produção (20).

A gestão governamental de Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974) foi caracterizada pela preocupação com a aceleração do desenvolvimento econômico. Desde o

início de sua gestão, os incentivos à agricultura e à exportação foram ampliados e no início de 1970 teve-se a evidência de um crescimento econômico “milagroso” (53).

No período de 1968 a 1973, o Brasil passou por um surto de reestruturação produtiva. Este momento foi caracterizado como o ápice do desenvolvimento capitalista brasileiro (20).

O governo em questão foi marcado pela prioridade dada à agricultura, com diversos incentivos. Esses incentivos tinham vistas à ampliação da mecanização e da utilização de insumos modernos. Neste sentido podemos destacar a isenção de IPI e ICM sobre máquinas agrícolas; de ICM sobre insumos (para adubos e fertilizantes); incentivo fiscal na compra de máquinas agrícolas, fertilizantes, etc; redução do IR devido pela agricultura; isenção de IPI sobre matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem; isenção de ICM sobre motores e engrenagens. Delfim Netto descreveu a política econômica deste governo como uma “política de libertação do empresário”, na qual o governo viabilizou o desenvolvimento baseado na agricultura e nas exportações (53).

Assim, nos anos 70, as políticas agrícolas voltaram-se à exportação com o propósito de obter saldos positivos na balança comercial, mas o abastecimento interno ficou em segundo plano. Neste momento, houve, também, favorecimento dos grandes agricultores sobre os pequenos (52).

Diante do exposto, nos anos de 1972-73, foram encontradas dificuldades na condução da política econômica. Os obstáculos encontrados foram relacionados ao aumento na demanda de matérias-primas e insumos, que gerou especulação; e à inflação, tida como “mal do século” (53).

De 1970 a 1978, houve elevação do preço do petróleo, que gerou impactos adversos sobre os consumidores das diferentes classes de renda no país. Um trabalho realizou simulação básica do consumo setorial de acordo com as classes de renda. Com relação ao aspecto alimentar, observou-se que a classe mais pobre (média de 2 salários mínimos), concentra seu consumo nos setores alimentares (47%), sendo 32% para a indústria de alimentação, 14% para o setor agrícola e criação animal e 1% para indústria de bebidas. No caso da classe de renda mais alta (33 salários mínimos), apenas 17,7% do total consumido

relacionava-se aos setores alimentares, sendo 11,3% para a indústria de alimentação, 6,1% para setor agrícola e criação animal e 0,3% para a indústria de bebidas (54).

Ao nos remetermos às condições de produção, observamos que o Governo de Médici (mesmo período em que o INAN e o PRONAN foram instituídos) era caracterizado por uma política desenvolvimentista, voltada à agricultura para a exportação e também aos grandes agricultores. Assim, não devemos deixar de considerar essas preocupações político-partidárias.

Após esta retomada das condições de produção dos discursos proferidos pelo Senador, realizamos recortes no material, orientados pelas palavras e expressões: alimentação, nutrição e política de alimentação e nutrição, que compõem o objetivo desta pesquisa.

Segundo Lagazzi (55),

“O gesto analítico de recortar [proposto por Orlandi] visa ao funcionamento discursivo, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes”.

Observemos os recortes abaixo, referidos de acordo com a seqüência cronológica em que foram proferidos.

DISCURSO 1 (Anexo1) (45)

“Por despreocupação e desconhecimento do valor dos alimentos e também das necessidades orgânicas – pobres, remediados e ricos se alimentam mal, ainda que porventura comam muito e até em excesso, porque comem alimentos de baixo teor nutritivo.”

O exercício parafrástico a partir do recorte acima nos permite as seguintes formulações, que apontam para uma relação produtiva entre o dito e o não-dito:

A preocupação e o conhecimento do valor dos alimentos e das necessidades orgânicas faria com que pobres, remediados e ricos se alimentassem bem. A preocupação e o

conhecimento relacionados à boa alimentação independem da classe social. Pobres, remediados e ricos poderiam alimentar-se bem se se preocupassem e conhecessem o valor dos alimentos. O poder aquisitivo não interfere na possibilidade de uma alimentação de alto teor nutritivo? A preocupação e o conhecimento do valor dos alimentos é o ponto-chave da boa alimentação, independentemente da classe social? A alimentação independe da classe social? A alimentação independe do poder aquisitivo? Alimentos de baixo teor nutritivo não alimentam bem. Alimentar-se bem é comer alimentos de alto teor nutritivo. Alimentar-se bem não é comer muito. Alimentar-se bem é não comer muito? A preocupação e o conhecimento determinam a possibilidade de uma boa alimentação. A preocupação e o conhecimento é o que determina a possibilidade de uma boa alimentação.

“O aumento foi apreciável, mas, dada a fabulosa importância da soja para a alimentação, o ideal será multiplicar-lhe sempre a produção com os incentivos possíveis, que lhe garantam, sob todos os pontos de vista, condições de cultura altamente remuneradora, sem risco de prejuízo para os investimentos que nela se façam. Não há dúvida de que todos os benefícios que lhes dispense o Poder Público serão farta e duradouramente recompensados, quer no plano nacional, com a melhoria do nível de nutrição do nosso povo, quer no internacional, pois embora cresça sempre em determinados países a sua produção, “o mundo inteiro continua com falta de óleo vegetal e quer importar o óleo de soja”, conforme leio em publicação recente.”

Continuando nosso exercício parafrástico, podemos formular:

Pela importância da soja para a alimentação é fundamental o incentivo à sua produção, que garantirá lucro para os investimentos¹. Com isso, o Poder Público será recompensado com a melhoria do nível de nutrição e com a exportação do óleo de soja. O investimento na soja será recompensado, com a melhoria do nível de nutrição e com a exportação do óleo de

¹ Algumas outras expressões, como “*produtividade*”, “*desenvolvimento econômico*” e “*poder aquisitivo*”, nos remetem à questão do capitalismo, que, por sua vez, também relaciona-se à questão individual. Além disso, o lucro, que apareceu em uma das paráfrases: “Pela importância da soja para a alimentação é fundamental o incentivo à sua produção, que garantirá lucro para os investimentos”, também nos remete à questão do capitalismo, que pode ser reforçado pelo período em questão.

soja. A recompensa aos benefícios dispensados pelo Poder Público em plano nacional e internacional estão em mesmo plano. O aumento da produtividade, ou seja, da plantação, relaciona-se a mais lucro e à melhor alimentação que, conseqüentemente, também gera mais lucro. O que significa para o país exportar óleo de soja? O que significa para o trabalhador o país exportar mais óleo de soja? O que significa para a alimentação do trabalhador o país exportar mais óleo de soja?

“Com tantos erros comprometendo a alimentação, há, evidentemente provocada pela desnutrição, a queda do vigor físico, e, em última análise, da produtividade, com o que efetivamente se bloqueia o desenvolvimento econômico, que em conseqüência é também atingido pela decorrente queda do poder aquisitivo do consumidor. Como se sabe, a produtividade depende, entre outros fatores, da mão-de-obra bem alimentada.”

As paráfrases nos permitem apontar que:

A alimentação relaciona-se à desnutrição e à queda da produtividade. Sem desnutrição não se tem queda do vigor físico e, conseqüentemente, da produtividade. Diminuir a desnutrição é melhorar a produtividade e, assim, melhorar o desenvolvimento econômico. Mão-de-obra mal alimentada leva a má/baixa produtividade. Mão-de-obra mal alimentada leva a má/baixa produtividade para o país. A alimentação é comprometida por vários erros. Quem erra? O povo? Se a alimentação leva à desnutrição, quem está causando a desnutrição por cometer erros? O povo é o culpado pela desnutrição com suas conseqüências porque comete erros em sua alimentação?

“E Silva Mello, por cuja obra em favor de uma melhor alimentação para os brasileiros merece a gratidão do País, destaca “na grande massa, na grande maioria da população brasileira, a sua falta de saúde e atividade, todo esse atraso que se revela na sua fraqueza e desnutrição, no seu grau de incapacidade física e mental, no seu estado de ignorância, no seu analfabetismo avassalador e invencível.””

As paráfrases apontam que:

A falta de saúde e atividade do brasileiro são atrasos. A incapacidade física e mental são atrasos. O atraso é revelado pela desnutrição. O que é atraso? Que atraso é este? A falta de saúde e atividade do brasileiro são atrasos de vida. A falta de saúde e atividade do brasileiro são atrasos ao desenvolvimento econômico. A falta de saúde e atividade do brasileiro são atrasos à produtividade. A falta de saúde e atividade do brasileiro são atrasos à vida. A falta de saúde e atividade do brasileiro são atrasos às pessoas. E a falta de saúde e atividade são decorrentes do que? A falta de saúde e atividade do brasileiro são decorrentes da fome. A falta de saúde e atividade do brasileiro são decorrentes de investimentos governamentais insuficientes para diminuição da fome e da miséria. A falta de saúde e atividade do brasileiro são decorrentes da miséria. A falta de saúde e atividade do brasileiro são decorrentes das diferenças sociais.

“Se se instalam mais farmácias e se as suas vendas aumentam, é porque cresce o número de subalimentados e continuam os erros de nutrição.”

Investindo em nosso exercício parafrástico, temos:

A subalimentação e os erros de nutrição levam ao aumento de farmácias e de suas vendas (medicamentos). A ausência de erros de nutrição levariam a queda do número de farmácias e vendas. Quem comete os erros de nutrição? O povo? O povo erra por desconhecer o teor nutritivo dos alimentos? Dessa forma, a solução seria dar conhecimento dos alimentos ao povo? E o acesso aos alimentos? Quem é o povo?

“Recorre-se sobretudo ao remédio, quando não se cuida da alimentação.”

Ao parafrasearmos, temos:

A alimentação é fundamental para que não se recorra ao remédio. Se se cuidar da alimentação, não se necessitará de remédios. Quem não cuida da alimentação? Quem deveria cuidar da alimentação? O que seria cuidar da alimentação?

DISCURSO 2 (Anexo2) (46)

“Em matéria de alimentos, não se orienta positivamente o brasileiro pelos seus interesses de boa nutrição, deixando de ingerir a necessária quantidade de calorias, proteínas e gorduras.”

O exercício parafrástico nos permite observar que:

Boa nutrição é a ingestão necessária de calorias, proteínas e gorduras. A orientação ao brasileiro é importante para a boa nutrição. Quem deve orientar o brasileiro? Quais os gestos incluídos nessa orientação? Basta orientar o povo brasileiro para que ele esteja bem nutrido? O investimento na orientação permitiria que se deixasse de investir em quê? Se conseguirá boa nutrição por meio da orientação?

“(...) se encontraram parasitas intestinais em 89% dos colegiais de São Paulo e em mais de 90% dos colegiais do Estado de Goiás. 18% da nossa população são afetados pelo bócio endêmico. (...) Noite e dia trabalham centenas de dentistas para darem vazão aos que procuram atingidos pela cárie, filha direta da má nutrição. Do ponto de vista sanitário, ainda hoje, num total de 18 milhões de domicílios, 7 milhões não tem instalações sanitárias (...)”

Ao parafrasearmos, formulamos:

A má nutrição leva à cárie. A boa nutrição diminui o trabalho de dentistas com a cárie. A má nutrição leva a doenças. A má nutrição leva ao acometimento de parasitas intestinais. A má nutrição leva ao bócio. Ao relacionar a má nutrição à carie, ao bócio, aos parasitas intestinais e às instalações sanitárias, que tantas outras coisas deixam de ser ditas, ou são silenciadas ao falarmos de má nutrição? O que leva à má nutrição? A má nutrição não leva à desnutrição? A má nutrição não se liga à fome?

“O desenvolvimento biológico é imprescindível ao desenvolvimento econômico e não pode afirmar-se assaltado e golpeado pelas doenças. Nem nenhum programa de alimentação

terá êxito se não alcançar todas as raízes do problema da desnutrição, que não se fixa na criança, mas como um polvo, estende seus tentáculos a todos os setores, cevado, sobretudo pelas condições ambientais.”

Temos as seguintes paráfrases referentes ao recorte acima:

O desenvolvimento econômico depende do desenvolvimento biológico. O desenvolvimento econômico tem interferência das doenças, pois compromete o desenvolvimento biológico. O desenvolvimento biológico é fundamental devido a sua relação com o econômico. O desenvolvimento biológico é fundamental porque interfere no desenvolvimento econômico.

“V. Ex.^a vem citando o trabalho do professor Cravioto, no México, realmente um dos pioneiros na demonstração de que a má nutrição influi sobre o desenvolvimento mental (...) demonstraram que há uma correlação muito íntima entre a má nutrição, desenvolvimento mental e físico.”

O exercício parafrástico nos permitiu as seguintes formulações:

A má nutrição influi sobre o desenvolvimento mental e físico. A má nutrição prejudica o desenvolvimento mental e físico. A boa nutrição influi positivamente sobre o desenvolvimento mental e físico. Os desenvolvimentos mental e físico relacionam-se ao desenvolvimento econômico? Os desenvolvimentos mental e físico interferem no desenvolvimento econômico? A boa nutrição não se relaciona a melhora da desnutrição? A boa nutrição não se relaciona a melhoria da miséria, da pobreza?

“Sr. Presidente: mais me alonguei neste meu pronunciamento para realçar como é fundamental a pesquisa na agricultura e como é indispensável o aumento da produção e da produtividade agrícolas para resolver o problema da alimentação. É hoje ponto pacífico que o desenvolvimento de um país se mede pelos níveis de nutrição, ou melhor, o seu consumo de calorias e proteínas indica o grau de avanço de sua economia, que sofre diretamente a influência da capacidade produtiva, do poder aquisitivo e do estado

alimentar das populações. Nenhum plano de governo pode, assim, deixar e reconhecer a estreita relação existente entre a produção e o consumo de gêneros alimentícios e o desenvolvimento econômico e social.”

Ao parafrasearmos o recorte, temos:

O problema da alimentação pode ser resolvido com a pesquisa na agricultura e o aumento da produção e da produtividade agrícola. O problema da alimentação pode ser resolvido com a pesquisa na agricultura e o aumento da produção e da produtividade agrícola? Os consumos calórico e protéico estabelecem os níveis de nutrição. O desenvolvimento de um país se mede pelos níveis de nutrição. O desenvolvimento de um país se mede pelo consumo de calorias e proteínas. O desenvolvimento de um país se mede pelo grau de avanço de sua economia. O desenvolvimento de um país se mede pela capacidade produtiva das populações. O desenvolvimento de um país se mede pelo poder aquisitivo das populações. O desenvolvimento de um país se mede pelo estado alimentar das populações. A estreita relação entre produção, consumo de gêneros e desenvolvimento econômico e social é importante para alimentar mais a população, ou para exportar mais, desenvolvendo a economia?

DISCURSO 3 (Anexo3) (47)

“Vê-se que através dele (PRONAN) somos pioneiros na enunciação de uma política integrada de nutrição, abrangendo todos os setores a ela ligados. Realmente, pela primeira vez no Brasil e no Mundo subdesenvolvido surge um programa de tal gênero.”

Parafraseando, temos:

Que gestos estão implícitos no pioneirismo de uma política de nutrição? Quais são os setores envolvidos nessa política? A fome? A desnutrição? A miséria? A pobreza? Ou o desenvolvimento econômico?

“Outra sugestão que me animo a fazer é referente à assistência alimentar ao trabalhador. A medida seria talvez prematura se inserida desde logo no PRONAN, porque poderia criar uma superexpectativa entre os trabalhadores. Mas seria o caso de estudar a possibilidade de tomá-la, pois boa alimentação é produtividade.”

O recorte nos permite, pelo exercício parafrástico, as seguintes formulações:

A assistência alimentar aos trabalhadores é prematura. A superexpectativa dos trabalhadores com a assistência alimentar é ruim. Propiciar assistência alimentar é dar condições para boa alimentação? É dar acesso aos alimentos? Produtividade é sinônimo de alimentação. A produtividade depende da boa alimentação. A alimentação interfere na economia. Boa alimentação é saúde. Boa alimentação é condição de vida para o trabalhador. Boa alimentação é produtividade na perspectiva de quem?

“Sr. Presidente, não é preciso repetir que alimentação se liga à educação.”

Ao parafrasearmos, temos as seguintes formulações:

Alimentação se liga a educar. Alimentação se liga a instruir. Alimentação se liga a alimentos. Alimentação se liga ao acesso aos alimentos. Alimentação se liga a ter poder aquisitivo para comprar alimentos. Alimentação se liga à conscientização. Alimentação se liga à subjetividade. Não é dito que alimentação se liga ao que se come. Não é dito que alimentação se liga a ter o que comer. Não é dito que alimentação se liga a como se come.

Nos recortes escolhidos optamos também pela inclusão das palavras alimentar (verbo), nas suas várias formas, e alimento(s) ou gêneros alimentícios. Essa inclusão foi feita com o intuito de complementação. Além disso, acreditamos que, pela proximidade destas palavras com a alimentação, talvez elas possam nos auxiliar na busca da compreensão do objetivo desta pesquisa.

Recorremos ao dicionário para dar visibilidade aos sentidos legitimados de “alimentação”, “alimento” e “alimentar” e antes embasaremos o motivo da escolha do

dicionário como instrumento de definição de significados, baseado numa breve revisão bibliográfica sobre o assunto.

O dicionário é tido como objeto de consulta, se apresentando como uma obra de referência quando se tem dúvida e desejo de saber. Nele temos a evidência dos sentidos, a estabilização dos discursos. Nos dicionários temos a sedimentação e a apresentação de traços significativos de uma época. Nele temos a historicidade dos sentidos e das teorias que os sustentam. Na perspectiva analista, questionamos a evidência dos sentidos, desestabilizamos a certeza e damos visibilidade à opacidade das definições. Também cabe-nos ressaltar o longo processo, de muitos séculos, que se levou para a concepção do dicionário como instrumento utilizado para o (re)conhecimento da língua (56).

O dicionário é um instrumento lingüístico-tecnológico e a partir do século XVI encontramos os dicionários monolíngües das línguas nacionais. Devemos considerá-lo como objeto histórico, constituído por uma série de fatores causais, que podem ser explicados pelas condições de produção. É importante reconhecer que o dicionário está sujeitos à interpretação, ou seja, os sentidos nele legitimados poderiam ser outros, em outras condições de produção (57).

O dicionário é o lugar onde as coisas são o que são e porque são. Ele é uma técnica de produzir objetos teoricamente normatizados e materialmente ordenados (58). Todo saber é um produto histórico, resultante da interação de tradições e do contexto (57). Para Silva (58),

“O dicionário enquanto lugar da completude, da certeza, da exaustividade, do dizível (...) pareceu-me um lugar discursivo importante em uma sociedade letrada, como a nossa, para seguir e analisar o perpétuo desdobramento das palavras, no movimento social e histórico do sentido que produz os sujeitos em seus processos de reconhecimento e de identificação.”

No dicionário, uma palavra puxa outra palavra, um significante puxa outro significante, de forma contínua e ininterrupta, mostrando e escondendo a alteridade, a memória, a história. No dicionário temos a unificação, a homogeneização, a regularização e a institucionalização (58). Entretanto, o saber lexicográfico é resultante de um longo

processo de instrumentação, que tem sua origem numa série de fatos inter-relacionados (57).

Ao chegarmos ao dicionário, na busca dos sentidos de alimentação, alimentar e alimento, encontramos definições bastante próximas e que reiteram a relação com a conservação da vida, com o metabolismo, com o nutrir-se (59):

- ✚ Alimentação → “abastecimento com as substâncias necessárias à conservação da vida; sustento”.
- ✚ Alimentar → “prover(-se) de substâncias necessárias ao metabolismo; nutrir(-se); relativo a alimento ou alimentação”.
- ✚ Alimento → “toda substância que sirva para alimentar ou nutrir”.

As palavras buscadas permeiam todo o material, sendo a alimentação a mais freqüente delas. Ao buscarmos todas as palavras anteriormente mencionadas, observamos que o material produz efeito de confusão em nós, e este efeito pôde ser observado mais especificamente nos recortes. Este efeito pode ser observado pela dispersão das noções de alimentação, nutrição e política de alimentação e nutrição, enunciadas em conjunto com diversas outras questões que tiram o foco do discurso do processo alimentar do trabalhador, da nutrição na sua vida. Esta dispersão fica visível quando trazemos alguns trechos do material: *“cultura altamente remuneradora sem risco de prejuízo para os investimentos que nela se façam”, “quer no internacional, pois embora cresça sempre em determinados países a sua produção, o mundo inteiro continua com falta de óleo vegetal e quer importar o óleo de soja”, “queda do vigor físico (...) da produtividade (...) se bloqueia o desenvolvimento econômico (...) queda do poder aquisitivo do consumidor”, “(...) grau de incapacidade física e mental, no seu estado de ignorância, no seu analfabetismo avassalador e invencível”, “(...) indispensável o aumento da produção e da produtividade agrícola (...)”, “(...) grau de avanço de sua economia, que sofre diretamente a influência da capacidade produtiva, do poder aquisitivo (...)”, “(...) boa alimentação é produtividade”.*

O efeito de dispersão também aparece na relação das expressões: “*cárie*”, “*bócio endêmico*”, “*parasitas intestinais*” e “*instalações sanitárias*” com a “*desnutrição*”. No

modo como são apresentados esses problemas, coloca-se a questão do indivíduo e não do coletivo. O indivíduo aparece relacionado a seus problemas (individuais). Nesta perspectiva, é importante questionarmos: Quais as causas da má nutrição? Quais as causas da desnutrição?

Em todo esse funcionamento dispersivo, silencia-se a questão da fome e seus aspectos sociais. Quando nos remetemos às condições de produção, do período que antecede o discurso, notamos que questões como subalimentação, subnutrição, fome e má alimentação eram preocupações políticas desde a década de 50, uma vez que diversos Senadores proferiram discursos sobre estes assuntos (60, 61, 62). Assim, poderíamos imaginar que a proposta de uma política ou de um programa de alimentação e nutrição seria essencial vista a importância dada à alimentação desde a década de 50.

Para Josué de Castro (63), de acordo com a grande extensão territorial do Brasil e a variedade climato-botânica, ou seja, com as possibilidades geográficas que o país oferece, é possível produzir alimentos suficientes para várias vezes o tamanho da população brasileira. Assim, se recursos e hábitos alimentares são deficitários, o autor acredita que o problema está na estrutura econômico-social, que vem atuando de maneira desfavorável.

Retomando o efeito de dispersão, encontramos associação entre a cárie e a nutrição. Ao relacionar a cárie como “filha direta da má nutrição”, estabelece-se uma relação “naturalizada” de causalidade. Quando o Senador coloca a questão da “*enunção de uma política integrada de nutrição, abrangendo todos os setores a ela ligados*” e “*Nem nenhum programa de alimentação terá êxito se não alcançar todas as raízes do problema da desnutrição ...*” a que setores e raízes ele se refere? Pois, ao nos remetermos aos recortes, observamos que ele abrange muitos aspectos, porém estes são aspectos relacionados aos indivíduos, e não ao coletivo. Ressaltamos o silenciamento das causas da “*má nutrição*” e da “*desnutrição*”, bem como da questão da fome, que era o aspecto esperado, ao falar-se em alimentação naquela época.

Para Castro (63), a fome é um problema tão antigo quanto a humanidade. No Brasil, a alimentação vem sendo vista como precária, sendo mais ou menos incompleta e desarmônica, de acordo com a região do País. Dentre as descobertas apontadas pelos

estudos da época, foi observada a desnutrição pela insuficiência alimentar, que diz respeito à quantidade de alimentos consumidos, e outras séries de estados de subnutrição, provocados pela má constituição da alimentação, relacionando-se à qualidade da alimentação. A má alimentação também foi associada à efeitos na duração e qualidade de vida, na capacidade de trabalho e no estado psicológico das pessoas.

Somente após as duas Guerras Mundiais e a Revolução Russa que a fome ganhou destaque. Neste momento o imperialismo econômico da época, junto ao comércio internacional se interessaram pela produção, distribuição e consumo dos produtos alimentares, porém seu foco não era a saúde pública, mas sim interesses econômicos (63).

Observamos também que as formulações parecem se complementar, não interferindo a ordem cronológica dos discursos. Temos, como um ponto importante, a “*produtividade*”, que aparece, referida à “*alimentação*” nos três discursos. Podemos observar isso nas formulações que seguem, recortadas dos discursos em análise: “*Com tantos erros comprometendo a alimentação, há, evidentemente provocada pela desnutrição, a queda do vigor físico, e, em última análise, da produtividade ...*”, “*... como é indispensável o aumento da produção e da produtividade agrícolas para resolver o problema da alimentação.*” e “*... boa alimentação é produtividade.*”

A alimentação, no material, está referida às expressões: melhor, melhoria, boa, erros e problema. Ela é relacionada a questões como: “*vigor físico*”, “*produtividade*”, “*produção*”, “*desenvolvimento econômico*”, “*poder aquisitivo*”, “*saúde*”, “*atividade*”, “*incapacidade física e mental*”, “*remédio*”, “*soja*”, “*pesquisa*” e “*educação*”. E ainda, as palavras alimentar e alimento/gênero alimentício foram relacionadas a “*produtividade*”, “*teor nutritivo*”, “*orientação*”, “*produção*”, “*consumo*” e “*desenvolvimento econômico e social*”. Observamos que, “*alimentação*”, “*alimentar*” e “*alimento/gênero alimentício*”, aparecem ao longo do material, relacionados a expressões que nos remetem ao aspecto individual e econômico. Não era o que esperávamos antes de analisar os sentidos de alimentação no material. Considerávamos que nos depararíamos com questões de caráter social e alimentar/nutricional. Esperávamos o aparecimento de questões sociais como fome, miséria e desnutrição, que eram problemas que assolavam o País. O caráter social também era esperado por se tratar de políticas públicas, nas quais o social deveria ser reinterado.

Além disso, no caso do INAN e do PRONAN, temos políticas públicas no âmbito alimentar e nutricional, que geram, por si só, a expectativa de que a alimentação fosse discutida como foco principal.

A nutrição, ao longo do texto, é formulada junto às expressões: erros, boa, má e níveis, referindo-se a subalimentação; farmácias; ingestão/consumo calórico, protéico e de gorduras; cárie; desenvolvimento físico e mental; desenvolvimento de um País; avanço econômico; capacidade produtiva; poder aquisitivo e estado alimentar. Já programa de alimentação/política de nutrição aparecem acompanhados por êxito ou pioneiro, relacionando-se à desnutrição. A relação entre um problema (“desnutrição”) e expressões como “êxito” e “pioneiro” produzem o sentido de sucesso, que nos remete à questão capitalista, e estas questões aparecem relacionadas a programa/política de alimentação e nutrição. Mas o que é êxito? Por que o pioneirismo é tão importante? Essas duas expressões nos remetem ao sentido de que se quer pensar no futuro, no êxito do programa. Mas, e o que levou à desnutrição? O que levou à fome? O que significa pensar em outras coisas que não a nutrição neste momento de implantação de uma política de nutrição? O que significa, neste momento, pensar somente no futuro e não no passado, ou seja, em não pensar nas causas da desnutrição?

Observamos também ao longo dos discursos a utilização de expressões de ênfase que normalmente produzem efeito de evidência, naturalidade e óbvia legitimidade: “*fabulosa importância*”, “*ideal*”, “*não há dúvida*”, “*evidentemente*”, “*como se sabe*”, “*imprescindível*”, “*êxito*”, “*fundamental*”, “*indispensável*”, “*ponto pacífico*” e “*realmente*”. Ao pensarmos nestes elementos no contexto do Congresso Nacional, proferidos por um Senador, que tem, dentre outras atribuições, o dever de defender os interesses populares e nacionais e zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do País, observamos sua importância na produção do efeito de legitimidade óbvia daquilo que se está dizendo.

Para analisarmos com mais detalhamento os aspectos econômico e individual nos discursos proferidos, chamamos a atenção para as sequências abaixo, que condensam esses pontos.

“Por despreocupação e desconhecimento do valor dos alimentos (...) pobres, remediados e ricos se alimentam mal (...)”

“(...) pobres, remediados e ricos se alimentam mal, ainda que porventura comam muito e até em excesso, porque comem alimentos de baixo teor nutritivo.”

“(...) Não há dúvida de que todos os benefícios que lhes dispense o Poder Público (com a soja) serão farta e duradouramente recompensados, quer no plano nacional, com a melhoria do nível de nutrição do nosso povo, (...) (e porque) “o mundo inteiro continua com falta de óleo vegetal e quer importar o óleo de soja.”²

“(...) há, evidentemente provocada pela desnutrição, a queda do vigor físico (...)”

“(...) há, evidentemente provocada pela desnutrição, a queda (...) da produtividade (...)”

“(...) há, evidentemente provocada pela desnutrição (...) o bloqueio do desenvolvimento econômico (...)”

“Como se sabe, a produtividade depende, (...) da mão-de-obra bem alimentada.”

“(...) na grande maioria da população brasileira, a sua falta de saúde e atividade, todo esse atraso que se revela na sua fraqueza e desnutrição, no seu grau de incapacidade física e mental (...)”

“(...) se instalam mais farmácias (...) porque cresce o número de subalimentados e continuam os erros de nutrição.”

² A “soja” também foi mencionada no material. Ela teve aumento na produção na primeira metade da década de 70 (1972 a 75). Ao mesmo tempo, alimentos como feijão, mandioca, banana, arroz e milho, de abastecimento interno, tiveram queda do volume de produção (PEREIRA, 1984).

“Recorre-se sobretudo ao remédio, quando não se cuida da alimentação.”

“(...) não se orienta positivamente o brasileiro pelos seus interesses de boa nutrição (...)”

“(...) não se orienta positivamente o brasileiro pelos seus interesses de boa nutrição, deixando de ingerir a necessária quantidade de calorias, proteínas e gorduras.”

“(...) se encontraram parasitas intestinais (...) bócio endêmico. (...) cárie, filha direta da má nutrição. (...) 7 milhões (de domicílios) não tem instalações sanitárias (...)”

“O desenvolvimento biológico é imprescindível ao desenvolvimento econômico (...)”

“(...) Nem nenhum programa de alimentação terá êxito se não alcançar todas as raízes do problema da desnutrição, que (...) estende seus tentáculos a todos os setores (...)”

“(...) a má nutrição influi sobre o desenvolvimento mental (...)”

“(...) há uma correlação muito íntima entre a má nutrição, desenvolvimento mental e físico.”

“(...) é fundamental a pesquisa na agricultura e como é indispensável o aumento da produção e da produtividade agrícolas para resolver o problema da alimentação.”

“(...) o desenvolvimento de um país se mede pelos níveis de nutrição (...)”

“(...) o desenvolvimento de um país se mede pelo (...) consumo de calorias e proteínas (...)”

“(...) o desenvolvimento de um país se mede pelo (...) avanço de sua economia (...)”

“(...) o desenvolvimento de um país se mede pel(a) (...) capacidade produtiva (...)”

“(...) o desenvolvimento de um país se mede pelo (...) poder aquisitivo (...)”

“(...) o desenvolvimento de um país se mede pelo estado alimentar das populações (...)”

“(...) a estreita relação existente entre a produção e o consumo de gêneros alimentícios e o desenvolvimento econômico e social.”

“(...) somos pioneiros na enunciação de uma política integrada de nutrição, abrangendo todos os setores a ela ligados (...)”

“(...) referente à assistência alimentar ao trabalhador. A medida seria talvez prematura (...) porque poderia criar uma superexpectativa entre os trabalhadores (...)”

“(...) boa alimentação é produtividade.”

“(...) alimentação se liga à educação.”

A característica individual foi observada, num primeiro momento, pelo uso da expressão “erro”. Ela apareceu em dois dos recortes: “*Com tantos erros comprometendo a alimentação ...*” e “*... continuam os erros de nutrição.*”. Esses “erros” de “alimentação” e de “nutrição” são atribuídos a quem? A expressão produz efeito de responsabilização de alguém por um erro. Neste caso, de um discurso político, esse alguém é o povo, a população. Ao se referir ao “erro” alimentar/nutricional da população, desresponsabiliza-se o Estado, o Governo.

Aliado a isso, temos a questão da “despreocupação” e “desconhecimento”, que aparece em outro recorte, complementando a noção de desresponsabilização. Dessa forma, coloca-se o “erro” na população, que desconhece e que não se preocupa. Assim, silencia-se a responsabilização e a preocupação do Governo com relação à alimentação e nutrição. Silencia-se sua responsabilização com o acesso aos alimentos, com o que se come e a forma como se come os alimentos. Os investimentos do Governo nesta área não são importantes? Além disso, silencia-se também, a responsabilidade do capital, as conseqüências de se viver em uma sociedade capitalista, que produz os *fast-foods*, a falta de tempo, os produtos industrializados e os hábitos e práticas alimentares. Silencia-se a forma como o capitalismo interfere na alimentação, nas escolhas alimentares. A relação da indústria com a alimentação, a forma como ela impõe os padrões alimentares, também foram apagados.

Tanto as expressões “erro”, “despreocupação” e “desconhecimento”, quanto a “orientação”, que aparece em outro recorte, nos remete à idéia de indivíduo, do brasileiro: “*Em matéria de alimentos, não se orienta positivamente o brasileiro pelos seus interesses de boa nutrição ...*”. Observamos que a questão da “orientação” do Governo é colocada em pauta, porém, ao colocá-la desta forma, deixa-se de lado as demais responsabilidades do

Governo com o brasileiro. Além da orientação, o brasileiro precisa de condições para colocá-las em prática, como por exemplo, despender de recursos para comprar seus alimentos. Dessa forma, “esquece-se” que o Governo precisa dar condições para isso.

Em outro momento, a “*política integrada de nutrição*” aparece relacionada à questão do “*subdesenvolvimento*”. E, ao falar de “*nutrição*”, deixa-se de lado todas as questões que implicam a boa “*nutrição*”, e, com isso, silencia-se novamente questões como a acessibilidade do brasileiro aos alimentos e a fome. Mais uma vez, observamos a questão da desresponsabilização do Governo. É necessário também, que o Governo dê à população brasileira, condições para que ela tenha acesso aos alimentos e também que se trabalhe com as causas da fome.

Outra expressão impactante devido à característica individual a que nos remete foi o “*desenvolvimento mental e físico*”. O uso da expressão nos remete, novamente, aos sujeitos, às pessoas, assim, estabelece-se, mais uma vez, a questão individual, deixando a questão do coletivo de lado. Conseqüentemente, deixa-se de falar da relação do Governo com o desenvolvimento social. Os desenvolvimentos “*físico*” e “*mental*” aparecem no lugar do desenvolvimento social.

Assim, no funcionamento discursivo, o individual foi ressaltado, ao longo do material, ao invés do social, que era o esperado. O social era esperado tanto pelo tema abordado (política de alimentação e nutrição), quanto posição ocupada por Arnon de Mello (Senador), com todas as implicações deste cargo político. Se fala na “*alimentação*” e na “*nutrição*” vinculadas a uma série de coisas que não aos alimentos, propriamente ditos, e ao acesso a eles. Essa noção de individual, ao invés do social, está marcada nas expressões relacionadas à “*alimentação*”, ao longo de todo material e anteriormente já mencionadas. São elas: “*vigor físico*”, “*produtividade*”, “*poder aquisitivo*”, “*saúde*”, “*atividade*”, “*incapacidade física e mental*”, “*remédio*”, “*pesquisa*” e “*educação*”.

Outro aspecto importante observado ao longo da análise, diz respeito à independência, mencionada pelo Senador, entre classe social e alimentação, atribuindo à má nutrição somente a despreocupação e o desconhecimento dos sujeitos sobre o valor dos alimentos. Isto fica claro quando nos remetemos ao recorte: “*Por despreocupação e*

desconhecimento do valor dos alimentos (...) pobres, remediados e ricos se alimentam mal (...) porque comem alimentos de baixo teor nutritivo.” Desta forma, silencia-se a importância do poder aquisitivo sobre a alimentação, bem como a questão da fome. Ao analisarmos o significado de fome, temos: “sensação causada pela necessidade de comer; carência alimentar, subalimentação; miséria” (59). Desta forma, ao observarmos que o próprio significado da palavra fome nos submete à “miséria” e a “carência alimentar”, por exemplo, notamos a forte correlação entre a alimentação e o poder aquisitivo. Isso nos mostra o desconhecimento das diferenças sociais e o silenciamento da questão da fome, bem como sua relação com o poder aquisitivo.

Devemos considerar que, desde o Governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), com o estabelecimento do Plano de Metas, o País foi definido como uma grande empresa capitalista industrial, com o acúmulo de capital, por meio de “industrialização pesada” (20).

Observamos também, nos recortes, a relação entre o alimentar e o nutricional com o econômico de forma naturalizada, óbvia. Isso pode ser melhor esclarecido quando nos remetemos a um dos trechos dos recortes: “*O desenvolvimento biológico é imprescindível ao desenvolvimento econômico*”. Notamos neste trecho a expressão “*imprescindível*”, que é um elemento de convencimento, produzindo o sentido de obviedade, de evidência, na relação entre o desenvolvimento biológico e o econômico.

No mesmo recorte, temos a questão da desnutrição vinculada ao “êxito” do “programa de alimentação”: “*Nem nenhum programa de alimentação terá êxito se não alcançar todas as raízes do problema da desnutrição ...*”. Quais são as raízes da desnutrição? Questões como fome, miséria e, conseqüentemente, a dificuldade ou a falta de acesso da população aos alimentos não são as raízes da desnutrição? Percebemos que, questões como fome, pobreza, miséria, falta/dificuldade no acesso dos alimentos, ou seja, as questões sociais, deixam de ser mencionadas, ou seja, são silenciadas, embora constituam aspectos essenciais ao pensarmos em desnutrição.

Ao parafrasearmos um dos recortes, encontramos: “O problema da alimentação pode ser resolvido com a pesquisa na agricultura e o aumento da produção e da produtividade agrícola.” Neste momento, observamos que, ao falar do “*problema da*

alimentação”, traz-se para o discurso componentes que não eram os esperados, como “*pesquisa*”, “*produção*” e “*produtividade*”. Assim, deixa-se de lado questões esperadas, como as condições necessárias para aquisição dos alimentos. Afinal de contas, de que adiantariam pesquisas, produção e aumento de produtividade se pensados de forma singular, se aqueles que necessitam, os desnutridos, ou seja, aqueles que passam fome, não tem acesso aos alimentos?

Ao nos remetermos às condições de produção, observamos que, desde a década de 30, foram detectadas fome e carências nutricionais na população brasileira. Notou-se, ao longo da história, queda na oferta de gêneros alimentícios básicos, que foi acompanhada por redução no consumo de alimentos essenciais, devido ao baixo poder aquisitivo da população. Estas condições levaram ao agravamento do quadro de fome e desnutrição (31).

A relação entre economia e alimentação também pode ser bem observada, quando parafraseamos um dos recortes que expõe a questão do “*desenvolvimento de um país*”. No recorte em questão, foram feitas as paráfrases: “O desenvolvimento de um país se mede pelos níveis de nutrição/consumo de calorias e proteínas/grau de avanço de sua economia/capacidade produtiva das populações/poder aquisitivo das populações/estado alimentar das populações.”

Ao parafrasearmos o recorte, pensamos também nos tantos não ditos: O desenvolvimento de um país se mede pelas condições de saúde de sua população/pelo acesso aos alimentos pela população/pela miséria (ou falta de)/pela pobreza (ou falta de)/pelas desigualdades ou disparidades sociais/pelas condições de igualdade ofertadas à população/pela quantidade e qualidade dos alimentos consumidos/pelo bem-estar geral da população. O desenvolvimento de um país não se mede por questões individuais.

O “desenvolvimento” pode ser explicado por um conjunto de conceitos que podem se articular e reforçar mutuamente ou se opor frontalmente, como pobreza e exclusão, participação e solidariedade, produção e competitividade, entre outros. A partir do século XIX, com Charles Darwin, o “desenvolvimento” ganha o sentido de movimento em direção a uma forma mais perfeita de um determinado ser, sendo que “desenvolvimento” e evolução passam a ser sinônimos (64).

As ações de “desenvolvimento” nas décadas de 50 e 60 tinham o Governo como estratégia central e agente de mudança. Na década de 70, o presidente do Banco Mundial abordou o “desenvolvimento” como integração dos componentes econômicos e sociais na formulação de programas (64).

As expressões “*produtividade*”, “*desenvolvimento econômico*” e “*poder aquisitivo*” remetem à questão do capitalismo, que, por sua vez, também relaciona-se à questão individual. Também o lucro, paráfrase importante, é referência estruturante do capitalismo: “Pela importância da soja para a alimentação é fundamental o incentivo à sua produção, que garantirá lucro para os investimentos”.

Sendo assim, retomamos novamente o material, com o propósito de buscar formulações com as palavras desenvolvimento e produtividade, pois foram muito significativas nos recortes anteriores, na sua relação com a alimentação.

DISCURSO 1 (45)

“(...) “[a soja] não enfraquece nem esgota o solo, antes o torna mais fecundo e produtivo, pois melhora a produção das plantas que a sucedem como cultura (...)””

Na retomada do material, na busca de novos recortes, demos continuidade ao investimento de nosso exercício parafrástico:

O cultivo da soja é importante para melhorar a fecundidade do solo e a produtividade das plantas sucessoras. A soja melhorará a produtividade de outros alimentos. A soja relaciona-se à produtividade. Investir na soja é investir na produtividade. Investir na produtividade é investir nos ganhos e nos lucros. Investir na produtividade é uma questão econômica.

“As insuficiências alimentares realmente as incentivam e fortalecem [disparidades regionais], pois se o desenvolvimento se baseia, em última análise, no homem, e se, no regime social vigente, o homem não tem igualdade de oportunidades para lutar, muito

menos terá possibilidade de lutar o homem que, além da desigualdade de oportunidades que enfrenta, não dispõe, por carência alimentar, de condições de saúde e de vigor físico.”

Continuando o exercício parafrástico, formulamos:

A suficiência alimentar relaciona-se ao desenvolvimento. O desenvolvimento se baseia no homem. A insuficiência alimentar se baseia no homem. O homem sustenta as disparidades regionais. A suficiência alimentar se baseia no homem. O desenvolvimento alimentar se baseia no homem. O desenvolvimento alimentar depende do homem. O desenvolvimento alimentar não é uma questão social. O desenvolvimento alimentar não é uma questão do Estado. O desenvolvimento alimentar é uma questão individual.

DISCURSO 2 (46)

“Preocupado com a gravidade da situação o Governo promove a fundação de um Instituto – o INAN – que se encarregará de elaborar e executar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, visando a acelerar o desenvolvimento econômico, distribuir melhor a renda nacional, pessoal e regional, e reduzir as disparidades sociais.”

As paráfrases nos permite apontar que:

O INAN tem como objetivo acelerar o desenvolvimento econômico. O INAN tem como foco as questões econômicas. O econômico é o principal para o INAN. O INAN não tem como objetivo a alimentação e nutrição? O desenvolvimento econômico e a melhor distribuição de renda são preocupações governamentais. A alimentação e nutrição não são preocupações governamentais?

“Como o Brasil já não se encontra deitado eternamente em berço esplêndido e sim devotado a intenso programa desenvolvimentista, não pode ele continuar sendo o vasto hospital da descrição de Miguel Pereira.”

Ao parafrasear, formulamos:

O Brasil está focado no desenvolvimento. O desenvolvimento está em primeiro plano. Ser considerado vasto hospital não condiz com o programa desenvolvimentista brasileiro. A melhoria das condições de saúde implicam no desenvolvimento do País.

“A desnutrição reduz o período médio da vida, o que, naturalmente, sobrecarrega a economia, porque serão mais altos os custos do sustento e educação exigidos pelo homem antes de produzir.”

Referente ao recorte acima, temos as seguintes paráfrases:

A desnutrição se liga a economia. A desnutrição é um “peso” para a economia. A economia é prejudicada pela desnutrição. A desnutrição liga-se à produtividade do homem. A desnutrição se liga a custos mais altos. O homem deve produzir. O homem vale porque produz. O homem come para produzir.

“(...) notável nutrólogo mexicano (o Professor Cravioto) aponta as raízes do problema [da desnutrição], que ao ver dele, assim se desdobra, em seqüência inarredável, desde o seu nascedouro: (...) baixo rendimento do trabalho, ou seja, reduzida produtividade; (...) baixo suprimento de energia, isto é, falta de capacidade produtiva, por insuficiência alimentar; precocidade da incorporação da criança ao trabalho, para ajudar a renda da família – o que lhe impede um desenvolvimento biológico e cultural normal (...)”

O recorte nos permite, por meio do exercício parafrástico, as seguintes formulações:

A desnutrição tem como conseqüência o baixo rendimento do trabalho. A desnutrição tem como conseqüência a baixa produtividade. A desnutrição tem como conseqüência o baixo suprimento energético. A desnutrição tem como conseqüência a falta de capacidade produtiva. A desnutrição tem como conseqüência a insuficiência alimentar. A desnutrição tem como conseqüência a precocidade da incorporação da criança ao trabalho. O desenvolvimento biológico e cultural normal depende da não incorporação precoce da criança ao trabalho. A capacidade produtiva relaciona-se à suficiência alimentar. A

produtividade relaciona-se à suficiência alimentar. Quando se fala de nutrição o importante é obter boa produtividade. A nutrição importa pela produtividade. A nutrição não importa pela saúde das pessoas.

“A melhoria da produção e do teor nutricional desses alimentos – alimentos locais, como o arroz, o feijão, o milho, a soja, as frutas, os legumes – pedem pesquisas que não se limitariam ao estudo da composição dos alimentos nem do tipo de solos em que se obtivéssemos em maior quantidade e melhor qualidade. Examinariam elas também as técnicas mais adequadas ao cultivo que se conciliassem com esses objetivos, sempre estimuladas, coordenadas e orientadas para impulsionar os projetos de maior influência no crescimento econômico com vistas ao aumento da produção e à produtividade, por igual considerando as necessidades prioritárias.”

O exercício parafrástico nos permite observar que:

O cultivo de alimentos locais impulsionam projetos influentes no crescimento econômico. Aumento de produção de alimentos para alimentar o povo ou para impulsionar a economia? A produção de alimentos deve ser no sentido de impulsionar o crescimento econômico. A produção de alimentos deve visar ao aumento da produtividade. A produção de alimentos volta-se sempre para melhoria da economia. Aumento de produção de alimentos não para alimentar o povo mas para impulsionar o crescimento econômico.

“O desenvolvimento industrial pode ser feito por saltos. (...) Na agricultura, porém, é diferente: não podemos desenvolver nada sem considerar o nosso clima, o nosso solo, as nossas variedades vegetais, os fertilizantes, enfim as condições locais que limitam a nossa capacidade de produzir e não nos permitem avançar aos saltos.”

Ao parafrasearmos o recorte, temos:

O desenvolvimento industrial independe de quaisquer fatores. O desenvolvimento agrícola depende de diversos fatores. O desenvolvimento industrial é mais fácil que o agrícola. O

desenvolvimento da agricultura é importante para quê? A agricultura é importante na sua relação com a capacidade de produzir. Ter capacidade de produzir é ter capacidade de negociar, ganhar e lucrar. A agricultura é importante para negociar, ganhar e lucrar. O foco da agricultura não é a fome.

“Com a tecnologia nuclear, entretanto, podemos colocar a agricultura no plano do desenvolvimento acelerado, isto é, por pulos.”

Fizemos as seguintes formulações, pelo exercício parafrástico:

A aceleração do desenvolvimento agrícola é possível com a tecnologia nuclear. A tecnologia nuclear permite a aceleração do desenvolvimento agrícola. A agricultura deve permitir o desenvolvimento acelerado. A aceleração do desenvolvimento é importante para quê? Deve-se acelerar o desenvolvimento da agricultura para quê? A aceleração do desenvolvimento da agricultura produz mais alimentos para o povo?

“A educação nutricional e a assistência alimentar – atividades essenciais do INAN – terão tanto maior êxito quanto mais se amplie a produção agrícola. É indiscutível não somente a importância, mas também a urgência da implantação dos novos organismos anunciados pelo Sr. Ministro da Agricultura, os quais hão de evidentemente utilizar os instrumentos de desenvolvimento dos novos tempos, à frente a tecnologia nuclear, tanto quanto, na época presente, se recorre ao computador e não à pena Mallet para instalar a escrituração de uma empresa.”

O exercício parafrástico nos permitiu as seguintes formulações:

O êxito da educação e assistência nutricional está no aumento da produção agrícola. A tecnologia nuclear é importante para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, para o sucesso do INAN. Qual a relação entre o êxito da educação nutricional e da assistência alimentar e a ampliação da produção agrícola? Quais os sentidos de êxito e de

ampliação? Qual a relação com a alimentação do povo? A tecnologia nuclear é importante para que desenvolvimento? Da produção de alimentos ou da economia?

“Assim acelerado, de par com a educação nutricional, o desenvolvimento agrícola é sem dúvida o alicerce da sociedade de bem-estar que a industrialização completa e fortalece.”

As paráfrases apontam que:

O desenvolvimento é o alicerce do bem-estar. O desenvolvimento é fundamental para o bem-estar. A industrialização é fundamental como complemento e fortalecimento do bem-estar da sociedade. A industrialização é fundamental como complemento e fortalecimento da economia. A industrialização é fundamental como complemento e fortalecimento do crescimento econômico. A industrialização é fundamental como complemento e fortalecimento do aumento da produtividade. A industrialização complementa a agricultura, levando ao bem-estar da sociedade. A industrialização fortalece a agricultura, levando ao bem-estar da sociedade. O bem-estar da sociedade só é possível com o desenvolvimento agrícola e a industrialização. O que é, afinal, o bem-estar da sociedade? O bem-estar se relaciona a comer melhor?

DISCURSO 3 (47)

“Em tais condições, serão alcançados os seguintes objetivos [com o PRONAN]: (...) combater as carências nutricionais de maior disseminação e mais graves conseqüências sobre a saúde pública e o desenvolvimento econômico-social; incrementar a produção de alimentos essenciais, principalmente os de maior valor protéico, cuja demanda deverá ser intensificada com as atividades do próprio PRONAN e a aceleração do progresso econômico do Brasil (...)”

Parafrazeando, temos:

O objetivo do PRONAN é de combater os problemas da saúde pública ou o desenvolvimento econômico? Há priorização de algum objetivo? Ou os dois se encontram

no mesmo nível de importância? O combate aos problemas de saúde pública se encontram no mesmo nível de importância que o desenvolvimento econômico.

“Povo subalimentado é povo subdesenvolvido. E nós, que estamos saindo do subdesenvolvimento, não podemos deixar de considerar na sua real importância um problema cuja solução depende o desenvolvimento.”

O exercício parafrástico nos permitiu observar que:

O desenvolvimento liga-se à boa alimentação. A subalimentação interfere no desenvolvimento. Desenvolvimento de quem? O cuidado com a subalimentação é fundamental para o desenvolvimento do País. É fundamental que se resolva o problema da subalimentação para que o País desenvolva. O que significa o País desenvolver-se? O País só se desenvolverá se o povo for bem nutrido/alimentado. Povo bem alimentado é povo desenvolvido. O que é um povo desenvolvido? Povo desenvolvido seria povo bem alimentado? A boa alimentação é importante para o desenvolvimento. O primordial é o desenvolvimento.

As expressões desenvolvimento e produtividade foram buscadas no material por terem aparecido, nos recortes anteriores, de forma significativa. Expressões como produzir e produtivo também foram incorporadas à análise devido sua proximidade com a produtividade. Além das expressões desenvolvimentista e subdesenvolvimento, que também foram incorporadas, junto à desenvolvimento.

As palavras desenvolvimento, subdesenvolvimento e desenvolvimentista permeiam todo o material analisado. Elas aparecem junto às expressões: “econômico”, “Brasil”, “social”, “alimentação [subalimentação]”, “biológico e cultural”, “industrial”, “da agricultura/agrícola”, “novos tempos” e “homem [e sua capacidade de lutar]”.

A expressão “econômico” – “desenvolvimento econômico” foi a mais significativa, uma vez que, mesmo nos recortes em que o “desenvolvimento” aparece relacionado à

outras expressões, temos sentidos produzidos que nos remetem novamente à questão do econômico. Isso pode ser observado quando trazemos algumas paráfrases: “A melhoria das condições de saúde implicam no desenvolvimento do País.” “O desenvolvimento da agricultura é importante para quê? A agricultura é importante na sua relação com a capacidade de produzir e fazer avançar aos saltos. Produzi o quê? Avançar para quê?” “A agricultura deve permitir o desenvolvimento acelerado. A agricultura não deveria permitir o acesso do povo aos alimentos? Deve-se acelerar o desenvolvimento da agricultura para quê?” “A tecnologia nuclear é importante para que desenvolvimento? Da produção de alimentos ou da economia?” “A industrialização é fundamental como complemento e fortalecimento do crescimento econômico.” “O cuidado com a subalimentação é fundamental para o desenvolvimento do País. É fundamental que se resolva o problema da subalimentação para que o País desenvolva.”.

Notamos que algumas das expressões que aparecem nas paráfrases: “desenvolvimento do País”, “da agricultura”, “avançar”, “desenvolvimento acelerado”, “tecnologia nuclear”, “industrialização” e “subalimentação”, nos remetem à questão econômica, ao capitalismo, mesmo quando o “desenvolvimento” não aparece diretamente relacionado à economia.

A relação entre o desenvolvimento e o capitalismo ganhou visibilidade quando observamos o uso das expressões “*devotado*” e “*intenso*” vinculados ao “*programa desenvolvimentista [brasileiro]*”, e também o uso das expressões “*avançar*”, “*acelerado*” e “*alicerce*”. Essas expressões mostram a importância do desenvolvimento, no material analisado.

Ao analisar o recorte “*Povo subalimentado é povo subdesenvolvido*”, observamos, mais uma vez, que a direção dos sentidos como justificativa é para a empresa, para o empregador. Também observamos que a direção dos sentidos vai da alimentação para o desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver o País (economicamente).

Outro aspecto observado, com relação ao desenvolvimento econômico é o fato dele aparecer no mesmo nível da saúde pública, sem que haja priorização da saúde pública sobre o desenvolvimento econômico, mesmo neste caso, que se trata de uma política pública na

área da alimentação e nutrição. Isso pode ser observado no recorte: “*Em tais condições, serão alcançados os seguintes objetivos [com o PRONAN]: (...) combater as carências nutricionais (...) e mais graves conseqüências sobre a saúde pública e o desenvolvimento econômico-social (...)*”.

O desenvolvimento econômico também ganha visibilidade quando observamos as paráfrases: “O INAN tem como objetivo o desenvolvimento econômico. O INAN não tem como objetivo a alimentação e nutrição?”. Nelas podemos observar a relação entre o Instituto e o desenvolvimento econômico, indo de desencontro com a expectativa, que era de que se encontrasse a relação do Instituto com o social e o alimentar/nutricional, por se tratar de uma política pública de alimentação e nutrição.

Ao parafrazearmos um dos recortes: “O desenvolvimento alimentar se baseia no homem. O desenvolvimento alimentar depende do homem.”, observamos responsabilização do desenvolvimento alimentar e da suficiência alimentar pelo homem. Dessa forma, temos uma característica individual e não social, que era a esperada. Além disso, há a responsabilização do homem pela suficiência alimentar. Mas e o investimento do Governo, não é importante? O desenvolvimento e a suficiência alimentar não dependem do Governo?

Já a produtividade apareceu junto às expressões “*rendimento de trabalho*” e “*crescimento econômico*”. Produtivo apareceu, ao longo do material, junto ao “*solo*”. E produzir foi observada junto às expressões “*capacidade [do homem de produzir]*” e “*homem*”.

Ao analisar as expressões relacionadas à produtividade e à produtivo, observamos que cada uma aponta para um sentido/uma direção diferente. A produtividade aparece relacionada à questão econômica, seja de forma direta, com a expressão “*crescimento econômico*”, seja de forma indireta, com o “*rendimento de trabalho*”. Enquanto o produtivo se volta a agricultura, relacionando-se à fecundidade do solo. E produzir se liga ao homem enquanto produtor, focando na necessidade de que se tenha um homem com boa capacidade de trabalho.

Com relação à produtividade, ao analisar o material, observamos em uma das paráfrases: “A capacidade produtiva relaciona-se à suficiência alimentar. A produtividade relaciona-se à suficiência alimentar.”. Dessa forma, observamos que para boa produtividade, bom rendimento no trabalho, necessita-se da suficiência alimentar. E, a suficiência alimentar se faz fundamental para a boa produtividade, o bom rendimento no trabalho. Assim, questionamos: A suficiência alimentar não estaria em segundo plano no que diz respeito à produtividade?

A desnutrição, que apareceu anteriormente como naturalizada com relação à economia, aparece também como um conceito estabilizado com relação à produtividade e à capacidade produtiva. Essa naturalização pode ser observada nas paráfrases: “A desnutrição liga-se à baixa produtividade.” e “A desnutrição liga-se à falta de capacidade produtiva.”

Uma das características encontrada no primeiro momento da análise, que também apareceu no segundo momento, é a econômica. Ao longo das paráfrases observamos que essa característica ganhou visibilidade: “Investir na soja é investir na produtividade.”, “O INAN tem como objetivo o desenvolvimento econômico.”, “A melhoria das condições de saúde implicam no desenvolvimento do País.”, “A desnutrição se liga a economia. A desnutrição é um “peso” para a economia.”, “Aumento de produção de alimentos não para alimentar o povo mas para impulsionar o crescimento econômico.”, “A agricultura deve permitir o desenvolvimento acelerado.”, “O combate aos problemas de saúde pública se encontram no mesmo nível de importância que o desenvolvimento econômico.”, “O desenvolvimento liga-se à boa nutrição. A subalimentação interfere no desenvolvimento.”.

Mesmo que a “economia” não apareça diretamente, nas paráfrases, observamos o uso de expressões que relacionam-se à ela, bem como expressões que reforçam o capitalismo: “investir”, “produtividade”, “desenvolvimento” e “desenvolvimento acelerado”.

Uma questão que até o momento não enfocamos diz respeito à diferença entre alimentos e gêneros alimentícios. Observamos que: “(...) *todo o dinheiro é bem gasto no sentido de conquistar a preferência do nosso povo para a produção e o consumo daqueles*

gêneros alimentícios que nos assegurem as proteínas e calorias indispensáveis à saúde e à vida.” e “(...) o problema requer, por igual, o incentivo à produção de alimentos (...)”.

O Ministério da Saúde (65) atribuí os sentidos de alimentos e produtos alimentícios. Assim, pela legislação, “alimento” é toda substância ou mistura de substâncias que fornece ao organismo elementos normais à formação, manutenção e desenvolvimento do mesmo. Enquanto que, “produto alimentício” é caracterizado pelo alimento derivados de matéria-prima alimentar, acondicionados, ou não, de outras substâncias permitidas.

Entretanto, como a Legislação do Ministério da Saúde não estabelece a diferença entre gêneros e produto alimentício, recorreremos ao dicionário, com o propósito de buscas os sentidos dessas expressões:

🚧 Produto → é o resultado de um trabalho ou de uma atividade.

🚧 Gêneros → mercadorias, esp. agrícolas e comestíveis (59).

Sendo assim, observamos que os produtos alimentícios são os processados, industrializados, enquanto que, os gêneros alimentícios abrangem não somente os alimentos *in natura*, como também os produtos alimentícios ou industrializados. Com isso, observamos que, na materialidade do discurso, ao se formular “gêneros alimentícios”, marca-se a abertura para uma relação com a indústria alimentícia, numa filiação à perspectiva econômica, incentivando-se o consumo de produtos alimentícios. Embora abordada rapidamente, esta questão é bastante importante, indo ao encontro de toda política alimentar e agrícola desenvolvimentista. O consumo de produtos industrializados certamente não visa à saúde, mas a interesses econômicos.

A compreensão da relação entre alimentação e produtos alimentícios ou industrializados é de fundamental importância quando estudamos a Ciência da Nutrição com o foco na promoção da saúde. Ressaltamos a necessidade de que esta relação seja melhor compreendida sobre as condições de produção, como o programa desenvolvimentista brasileiro, na época em questão, e também o grande crescimento das indústrias.

Em linhas gerais queremos ressaltar que, no primeiro momento da análise dos discursos, encontramos um significativo efeito de confusão/dispersão, um enfoque individualizante, e uma noção de desresponsabilização do Governo, juntamente com o aspecto econômico, funcionamentos discursivos foram de desencontro com o esperado (característica social e alimentar/nutricional), por se tratar de uma política de alimentação e nutrição. Dessa forma, retomamos ao material, na busca dos sentidos de expressões como produtividade, desenvolvimento e produtivo, que foram encontradas de forma significativa no primeiro momento.

Assim, na segunda retomada ao material, observamos que a discursividade do desenvolvimento (econômico), da produtividade e do produtivo, no material, aparecem ligados entre si. A relação entre essas expressões também não era esperada no material, uma vez que os discursos se referem a uma política de alimentação e nutrição. Entretanto, estes achados convergem com o que L'Abbate (37) descreveu sobre o programa. Foi apontado que o PAT é uma proposta do II PRONAN, que busca a intervenção nas condições da reprodução da força de trabalho, sob a perspectiva do acúmulo de capital. Essa política social assumiu função de proteção e valorização da força de trabalho que, por meio de um discurso de preocupação humanitária e justiça social, estabelecendo práticas de um Estado autoritário, garantem a submissão do trabalhador às condições impostas pelo capital.

Após a análise dos três discursos proferidos pelo Senador Arnon de Mello, e depois de observarmos os sentidos de alimentação e nutrição expostos na implantação do INAN e do PRONAN, podemos observar que há uma relação com os sentidos de *“programa de alimentação”* encontrados na Lei que instituiu o PAT: *“As pessoas jurídicas poderão deduzir, do lucro tributável para fins do imposto sobre a renda, o dobro das despesas comprovadamente realizadas no período base, em programas de alimentação do trabalhador ...”*, *“Os programas de alimentação (...) deverão conferir prioridade ao atendimento dos trabalhadores de baixa renda ...”* e *“Não se inclui como salário de contribuição a parcela paga in natura, pela empresa, nos programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho.”*

Notamos que a questão econômica encontrada nos três discursos analisados também foi abordada na Lei que instituiu o PAT, pelo aparecimento de expressões como “*deduzir do imposto*”, “*trabalhadores de baixa renda*” e “*salário de contribuição*”, sendo que este apareceu associado ao “*programa de alimentação*”.

Com isso, pudemos observar que os sentidos de alimentação e sua relação com a nutrição buscados na Lei que instituiu o PAT e nos discursos referentes à implantação do INAN e do PRONAN, divergiram dos sentidos esperados. Ao trabalharmos com a Lei de implantação de um programa de alimentação, esperávamos encontrar sentidos de alimentação e nutrição, além de um caráter social. Entretanto, os sentidos de caráter individual e econômico encontrados, convergiram com o período em questão, da ditadura militar, que teve como foco principal, o desenvolvimento econômico.

6 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi dispensada da submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP em virtude de não constituir estudo envolvendo seres humanos, constituindo-se da análise de material secundário, de acordo com o Ofício CEP 341/2010, em 16/08/2010 (Anexo4).

7 CONCLUSÃO

Com esta dissertação pudemos concluir que, o discurso de implantação do Programa de Alimentação do Trabalhador é proferido em um momento de repressão política, que foi a ditadura militar, e também em momento no qual o País se encontrava em intenso programa desenvolvimentista, onde o capitalismo e o crescimento econômico eram determinações fortes.

A análise discursiva nos permitiu observar um descompasso entre as formulações da Lei que instituiu o PAT e o nome do programa, com o silenciamento dos sentidos de alimentação e nutrição. Assim, buscamos esses sentidos nos discursos de implantação do INAN e do PRONAN, que mais tarde deram origem ao PAT.

Os discursos, inicialmente, provocam no leitor um efeito de dispersão, de confusão, pois não há enfoque na questão alimentar e nutricional, associando-se, por exemplo, a desnutrição à questões como cárie, bócio, parasitas intestinais e instalações sanitárias.

Além disso, também encontramos, no material, um funcionamento discursivo marcado pelo viés econômico e individual, que mais uma vez vão de encontro com o aspecto social e alimentar e nutricional que eram esperados em uma política de alimentação e nutrição.

O aspecto econômico também foi ressaltado na retomada dos discursos, por meio de recortes com as expressões “desenvolvimento”, “produtividade”, “produtivo” e “produzir”, que convergiu com algumas formulações que trouxeram a relação entre o INAN e o PRONAN com o capitalismo e o acúmulo de capital. Assim, por meio de um discurso de preocupação com a desnutrição e a saúde dos trabalhadores, essa política pública investe na força de trabalho e na submissão do trabalhador ao capital.

A questão individual que apareceu em diversos momentos do funcionamento discursivo, pode ser associada à noção de desresponsabilização do Governo perante a situação social, alimentar e nutricional no período em questão. No material, observamos a responsabilização de alguém por um erro, pela despreocupação, pelo desconhecimento. Com isso, observamos também o silenciamento da questão da fome e dos aspectos sociais que a envolvem, que eram preocupações sociais importantes, observadas inclusive nos discursos de alguns senadores da época.

A busca da compreensão dos sentidos de alimentação e sua relação com os sentidos de nutrição também possibilitou que observássemos que o aspecto individual e econômico encontrados não se direcionam ao trabalhador e à melhoria de sua qualidade de vida, mas ora aos empregadores, ora ao desenvolvimento econômico do País.

Nesta perspectiva, observamos que os sentidos de alimentação e nutrição não são trabalhados, e esta política pública que deveria ter como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, voltada para a questão alimentar e nutricional, fica atravessada por interesses que endossam uma preocupação desenvolvimentista do País. Ter visibilidade das condições de produção em que o PAT foi elaborado e aprovado nos permitiu compreender que em uma sociedade capitalista neoliberal, as políticas públicas ficam amarradas a interesses condizentes com uma perspectiva marcada pela defesa dos grandes grupos, por uma agricultura voltada para a exportação, para sentidos de desenvolvimento nos quais a saúde do trabalhador fica desfocada.

A análise discursiva nos faz compreender que nossas ações são consequência dos sentidos que nos constituem. Assim, um programa de alimentação para o trabalhador só se apresentará em diferentes moldes, se fizer sentido para o governo lucrar menos com as exportações, por exemplo, e investir mais na saúde do trabalhador. Sabemos que diminuir lucros não faz parte da lógica capitalista neoliberal, e por isso, a necessidade de nos perguntarmos e perguntarmos ao governo onde essa lógica está nos levando. É essa a lógica que continuaremos defendendo? O que queremos para o nosso país? O que querem os trabalhadores brasileiros? É importante que a escuta para outros interesses além dos atualmente defendidos tenha espaço. Compreender que as políticas públicas não se fazem descoladas da história que nos constitui e que as condições de produção são determinantes das possibilidades que se apresentam é importante para nos deslocarmos de uma perspectiva centrada em boas intenções e estratégias que desconsiderem os sentidos com os quais o governo se identifica e, portanto, as políticas que esse governo de fato defenderá.

Ressaltamos que, embora já tenhamos avançado em nossa análise com a compreensão de aspectos importantes do material, seria ainda importante que nos aprofundássemos nas questões do desenvolvimento, da industrialização e da dualidade entre os alimentos *in natura* e os produtos industrializados.

Também apontamos a necessidade de novos estudos voltados ao Programa, para avaliá-lo melhor na sua prática. Estudos que avaliem os efeitos produzidos pelo programa na saúde dos trabalhadores, por meio de comparação daqueles que são vinculados ou não ao PAT. Esse tipo de avaliação deverá ter como foco o aperfeiçoamento do programa, contribuindo, conseqüentemente, para a melhora da qualidade de vida do trabalhador e de suas famílias. Cabe ressaltar que esse aperfeiçoamento do programa só poderá se efetivar a medida que se tenha condições de produção que propiciem a sensibilização com o trabalhador, pois conforme já dito, as nossas ações são conseqüências dos sentidos que nos constituem.

8 REFERÊNCIAS

1. Perlès C. As estratégias alimentares nos tempos pré-históricos. In: Flandrin J-L, Montanari M. História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade; 1998. p.36-53.
2. Longo O. A alimentação dos outros. In: Flandrin J-L, Montanari M. História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade; 1998. p.266-76.
3. Massimi M. Alimentos, palavras e saúde (da alma e do corpo), em sermões de pregadores brasileiros do século XVII. História, Ciências, Saúde 2006, 13(2): 253-70.
4. L'Abbate S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: período de 1940 a 1964. Revista de Nutrição da Puccamp 1988, 1(2): 87-138.
5. Teuteberg HJ, Flandrin J-L. Transformações do consumo alimentar. In: Flandrin J-L, Montanari M. História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade; 1998. p.708-29.
6. Levenstein HA. Dietética contra gastronomia: tradições culinárias, santidade e saúde nos modelos de vida americanos. In: Flandrin J-L, Montanari M. História da Alimentação. São Paulo: Estação Liberdade; 1998. p.825-840.
7. Bleil SI. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. Cadernos de Debate 1998, VI: 1-25.
8. Mendonça CP, Anjos LA dos. Aspectos das práticas alimentares e da atividade física como determinantes do crescimento do sobrepeso/obesidade no Brasil. Caderno de Saúde Pública 2004, 20(3): 698-709.
9. Pinheiro AR de O, Freitas SFT de, Corso ACT. Uma abordagem epidemiológica da obesidade. Revista de Nutrição 2004, 17(4): 523-33.
10. Stolte D, Hennington EA, Bernardes J de S. Sentidos da alimentação e da saúde: contribuições para a análise do Programa de Alimentação do Trabalhador. Caderno de Saúde Pública 2006, 22(9): 1915-24.
11. Ministério da Educação e Saúde. A conjuntura alimentar e o problema de nutrição no Brasil: Plano Geral de Trabalho – 1953/54. Rio do Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação; 1953. 50p.

12. Silva MHO da. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT: estudo do desempenho e evolução de uma política social [Dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Oswaldo Cruz; 1998.
13. Garcia RWD. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição* 2003, 16(4): 483-92.
14. Monteiro CA, Mondini L, Costa RBL. Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). *Revista de Saúde Pública* 2000, 34(3): 251-8.
15. Savio KEO, Costa THM da, Miazaki E et al. Avaliação do almoço servido a participantes do programa de alimentação do trabalhador. *Revista de Saúde Pública* 2005, 39(2): 148-55.
16. Moscoso A. Alimentação do trabalhador. Rio de Janeiro: Serviço de Propaganda e Educação Sanitária - Coleção SPES. Vol. 6.; 1939.
17. Valente FLS. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In: Valente FLS e col. *Do direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez; 2002. p 37-70.
18. Pochmann M. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: Silva M. O. da S. e, Yazbek MC. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez; 2006. p.23-40.
19. Sallum Jr B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Revista de Sociologia da USP* 1999, 11(2): 23-47.
20. Alves G. Desenvolvimento capitalista e reestruturação produtiva. In: Alves G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo; 2000. p.101-19.
21. Bonamino A, Mata ML, Dauster T. Educação-trabalho: uma revisão da literatura brasileira das últimas duas décadas. *Cad. Pesq.* 1993, 84: 50-62.

22. Gomes J da R. Alimentação e trabalho. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional 1982, 40(10): 12-15.
23. Loureiro LN. A importância da nutrição na prevenção de acidentes de trabalho: a participação da nutricionista na equipe interprofissional. In: VIII ENCAST: Encontro Capixaba de Segurança do Trabalho. Espírito Santo: SENAC. Departamento Nacional; 1983.
24. Vieira SI. Medicina Básica do Trabalho. 2ª ed. Curitiba: Genesis; 1995. p.97-137.
25. Carvalho O de O. Nutrição e trabalho. In: Curso de Medicina do Trabalho. São Paulo (SP): Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO; 1981. p.1253-57.
26. Pinheiro AB. As marmitas da pobreza: um estudo de caso com trabalhadores da construção civil [Dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública; 1987.
27. Carvalho HV de, Segre M. Medicina social e do trabalho. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil; 1977. 150p.
28. Tenório LR, Jordano AF. Alimentação X acidente de trabalho X absenteísmo. In: XVII Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. São Paulo: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO; 1978. p 524-9.
29. Michel O da R. Alimentação e rendimento de trabalho. Porto Alegre: Metalúrgica Marttarazzo; s.d. 49p.
30. Lanzillotti HS. Estudo piloto para verificação de correlação entre acidente do trabalho, estado nutricional e outras variáveis concorrentes. In: Anais do XIV CONPAT. Rio de Janeiro (RJ): Ministério do Trabalho; 1975. p.737-94.
31. Fonseca AMM da, Marques MA de G. Política de alimentação e nutrição. In: Draibe SM. Brasil 1987: Relatório sobre a situação social do País. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas; 1989. p.313-82.

32. Veloso IS, Santana VS. Impacto nutricional do programa de alimentação do trabalhador no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública/Pan American Journal of Public Health* 2002, 11(1): 24-31.
33. Brasil. Decreto-lei nº2478, de 5 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Senado Federal: Subsecretaria de Informações.
34. Castro AM de. Nutrição e desenvolvimento: análise de uma política [Tese – concurso de livre docência]. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1977.
35. Gasques JG. Políticas específicas de combate à fome: mudanças na política agrícola e o papel da agricultura. In: Takagi M, Silva JG da, Belik W. Combate à fome e à pobreza rural. São Paulo: Instituto Cidadania; 2002. p161-78.
36. Brasil. Lei nº 5829, de 30 de novembro de 1972. Cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e dá outras providências. Atos do Poder Legislativo.
37. L'Abbate S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: a partir dos anos setentas. *Revista de Nutrição da Puccamp* 1989, 2(1): 7-54.
38. Silva AC da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. *Estudos Avançados* 1995, 9(23): 87-107.
39. Doetzer IC. A concessão de alimentação aos empregados públicos. *Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF* 2009, 95: 1031-35.
40. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT: objetivos. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pat/objetivos.asp>>. Acesso em 12 de janeiro de 2011a.
41. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT: Relatórios a partir de 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pat/relatorios_apartir_2008.asp>. Acesso em 12 de janeiro de 2011b.

42. Receita Federal – Demonstrativo de Benefícios Tributários. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Arrecadacao/BenTributarios/default.htm>>. Acesso em 12 de janeiro de 2011.
43. Orlandi EP. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes; 2009. 100p.
44. Brasil. Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976. Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador. Diário Oficial da União.
45. Brasil. Discurso do Senador Arnon de Mello, proferido em 07/11/1972: Considerações sobre aspectos do problema de alimentação e nutrição no País. Seção II, 08/11/1972, p. 4290. Anais do Senado – Diário do Congresso Nacional.
46. Brasil. Discurso do Senador Arnon de Mello, proferido em 08/11/1972: Aduzindo novas considerações sobre o problema de alimentação e nutrição no País. Seção II, 09/11/1972, p. 4327. Anais do Senado – Diário do Congresso Nacional.
47. Brasil. Discurso do Senador Arnon de Mello, proferido em 02/04/1973: Problemática da alimentação e nutrição. Seção II, 03/04/1973, p. 397. Anais do Senado – Diário do Congresso Nacional.
48. Senado Federal – Brasil – Portal dos Senadores. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1479&li=42&lcab=1963-1967&lf=42>. Acesso em 8 de novembro de 2010.
49. Zaidan TE. A organização Arnon de Mello e o seu patrono: trajetória e interesses políticos. Verso e reverso 2010, XXIX(55): 37-46.
50. Senado Federal – Regimento Interno. Resolução nº 20, de 1993. Vol II. Brasília; 2007. p. 43-52.
51. Pêcheux M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes; 1990. 68p.

52. Pereira JMD. A participação da alimentação na inflação brasileira nos anos 70: uma contribuição ao debate. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; 1984. 139p.
53. Macarini JP. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. *Nova Economia* 2005, 15(3): 53-92.
54. Werneck RLF. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. *Pesq. Plan. Econ.* 1986, 16(3): 551-74.
55. Lagazzi SM. O recorte significativo na memória. In: Indursky F et al. *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz; 2009. p 67-78.
56. Nunes JH. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas: Pontes – São Paulo: FAPESP – São José do Rio Preto: Faperp; 2006. p 11-3.
57. Nunes JH. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: Nunes JH, Petter M (orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Pontes; 2002. p 99-120.
58. Silva MV da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: Guimarães E, Orlandi EP (orgs.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes; 1996. p 151-62.
59. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Objetiva; 2009. 923p.
60. Brasil. Discurso do Senador Ezechias da Rocha, proferido em 12/04/1957: Comenta o Plano Nacional de Alimentação, a situação de nutrição do Brasil. Evidencia a importância de uma boa alimentação para o desenvolvimento do País e sua relação com a saúde e a eficiência da produção. Seção II, 13/04/1957, p. 622. *Anais do Senado – Diário do Congresso Nacional*.
61. Brasil. Discurso do Senador Paulo Abreu, proferido em 15/10/1958: Fala de uma deficiência na alimentação do povo brasileiro e da importância do ferro, trigo, petróleo e algodão na independência e manutenção da soberania plena de um País. Seção II, 16/10/1958, p.1739. *Anais do Senado – Diário do Congresso Nacional*.

62. Brasil. Discurso do Senador Jarbas Maranhão, proferido em 22/11/1961: Inquéritos, pesquisas, depoimentos sobre os desequilíbrios nutritivos no Brasil. Seção II, 23/11/1961, p.2679. Anais do Senado – Diário do Congresso Nacional.
63. Castro J de. Geografia da Fome. São Paulo: Brasiliense; 1965. 332p.
64. Fischer T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão. Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças; 2004 março 19. (Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/article/articleview/389/1/81>>. Acesso em 13 de janeiro de 2011.)
65. Ministério da Saúde – Legislação. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/decreto_lei/986_69.htm>. Acesso em 14 de janeiro de 2011.

9 ANEXOS

naís, a projeto recentemente apresentado na Câmara, pelo Deputado Argilano Dario, e que ali tomou o n.º 969/72.

Em seu Artigo 1.º diz que em suas programações diárias, gravadas ou ao vivo, as emissoras de rádio e de televisão deverão obedecer à percentagem mínima de 80% de músicas cujos compositores sejam brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, bem sei que a Arte é universal, mas todos os países protegem os seus artistas, os seus músicos e os seus compositores.

É necessário que também o Brasil não se esqueça dos seus artistas, e que a invasão de músicas estrangeiras seja substituída pela presença, ao mesmo tempo, da música nacional. Será um estímulo aos compositores e músicos brasileiros.

Finalmente, cumpre-me dar conta à Casa de que integrando a Comissão Especial designada pela Mesa, compareci ao Parque Professor Antonio Coelho. Na companhia do Sr. Secretário de Agricultura, Dr. João Pessoa de Souza; do Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Jarbas Vasconcelos e do Diretor do DPA, Dr. Renato de Moraes, percorremos as instalações da XXXI Exposição Nordestina de Animais e Produtos Derivados, que teve lugar na capital pernambucana, de 29 de outubro a 5 de novembro.

All estavam criadores de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas e do Território de Fernando de Noronha.

A exposição incluía caprinos, ovinos, equinos, suínos, abelhas, aves e coelhos, bem como piscicultura, produtos derivados e máquinas agrícolas.

A Comissão designada pela Mesa cumpriu, assim, o seu dever.

Eram essas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, as comunicações que desejava fazer à Casa. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Arnon de Mello, por esse do nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. ARNON DE MELLO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, submeteu o Sr. Presidente da República ao exame do Congresso Nacional projeto de lei que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. A Exposição de Motivos que o acompanha reconhece "o estado de desnutrição de grande parcela da população brasileira" e ressalta que "estudos e pesquisas alimentares e nutricionais revelaram que o consumo diário per capita no Nordeste é de apenas 1.400 a 2.000 calorias e somente 36 gramas de proteínas quando a média brasileira alcançara cerca de 2.500 calorias e 66 gramas de proteínas". Acentua ainda a Exposição de Motivos, assinada pelos Srs. Ministros do Planejamento, da Saúde, da Educação e do Trabalho, que "em quatro cidades brasileiras (São Paulo, Recife, Ribeirão Preto e Franca), a desnutrição está ligada, como causa primária ou associada, a entre 51% e 69% dos óbitos nos cinco primeiros anos de vida da criança".

É o próprio Governo que, tocado na sua sensibilidade, aponta o quadro estarrecedor, e manifesta, portanto, a determinação de melhorar-lhe as cores negras. Já há numerosos órgãos federais cuidando do grave problema, entre os quais — de administração direta — sete Ministérios, e, de administração indireta, autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista, fundações, órgãos dos Estados, Territórios e Municípios e outros que colaboram com a administração federal, além de entidades e empresas privadas.

Mas o novo Instituto como diz a Exposição de Motivos, é "órgão promotor, de ação flexível e dinâmica, com atribuições sobretudo técnico-normativas, que vem dar sentido orgânico à atuação de todos esses órgãos", e, de acordo com o projeto, realizará inventários sobre utilização de alimentos com a finalidade de verificar as deficiências na quantidade deles bem como nas suas qualidades, na sua composição química e nos seus processos de preparo. Terá, assim, função eminentemente educativa e normativa.

Muito importante, realmente, é a implantação entre nós de uma política de educação nutricional que alcance o ser humano desde o nascimento ou, antes, desde a sua gestação, tão extensas e profundas são as suas raízes. Matriza-se, sem dúvida, na educação o problema nutricional, que se liga por certo à questão da disponibilidade financeira, das rendas de cada um mas também à orientação quase diria técnica que se lhes imprima, ao problema como às pessoas. Precisamos, de fato, antes de tudo, ensinar o brasileiro a comer, o que requer difundir o mais amplamente possível a educação nutricional.

Muito importante, realmente, é a implantação entre nós de uma política de educação nutricional que alcance o ser humano desde o nascimento ou, antes, desde a sua gestação, tão extensas e profundas são as suas raízes. Matriza-se, sem dúvida, na educação o problema nutricional, que se liga por certo à questão da disponibilidade financeira, das rendas de cada um mas também à orientação quase diria técnica que se lhes imprima, ao problema como às pessoas. Precisamos, de fato, antes de tudo, ensinar o brasileiro a comer, o que requer difundir o mais amplamente possível a educação nutricional.

Problema mais urgente

Diga-se de início que a desnutrição, embora constitua, sobretudo, um problema de pobreza — haja vista como se eleva a ingestão de calorias, proteínas e gorduras, à medida que crescem os rendimentos familiares —, em nosso País afeta também outras classes sociais. Por despreocupação e desconhecimento do valor dos alimentos e também das necessidades orgânicas — pobres, remediados e ricos se alimentam mal, ainda que por-

ventura comam muito e até em excesso, porque comem alimentos de baixo teor nutritivo. Inquérito recente conclui que há subnutrição humana em todas as regiões do País (Diagnóstico da situação alimentar no Brasil, Dr. Walter Silva, 1968), e pesquisa feita há pouco no Grande São Paulo evidenciou que "mesmo entre as classes abastadas a ignorância que toca ao valor dos alimentos é profunda".

Estudos e estatísticas da Fundação Getúlio Vargas comprovam, por outro lado, que, mais do que no campo de proteínas, tão essenciais sobretudo crianças, às gestantes, às nutrízes lactentes, e de que são fartos o leite e a carne, é especialmente no campo das calorias que se situam as maiores carências nutricionais dos brasileiros. Segundo tais estatísticas, 1960, 27 milhões de brasileiros, 38,5% da nossa população, que naquele ano era de 70 967 000, — está abaixo do consumo mínimo diário calorias, fixado como padrão internacional, que é 2.450, e carentes de calorias 75,4% da população do Nordeste; 37,6% da população do Leste e 28,8% da população do Sul.

Quando a proteínas, a situação melhor, porque, embora classes de renda mais baixa, em qualquer região, não as consumam em quantidade suficiente nem com a composição de aminoácidos em proporção adequada, a carência é mais redida: no Nordeste, 20,4% da população (4 336.000 de pessoas), sendo a média de ingestão diária de proteínas 73,3 gramas, isto é, 42,5 gramas de origem vegetal e 30,8 gramas de origem animal; no Leste, de 7,9% (1.972.000 pessoas) com a média 73,2 gramas, ou seja, 45,5 de origem vegetal e 27,7 de origem animal; no Sul de 1,4% (338.000), com a média de 83,0 gramas, sendo 50,6 gramas de origem vegetal e 32,4 gramas de origem animal.

O problema mais urgente é, de calorias, cu, em última análise, deficiências de cereais, apesar de serem estes mais baratos que a carne e o leite, mais acessíveis, portanto, ao consumidor pobre, que pode até cultivar em seu campo ou mesmo na cidade, sem precisar investir na aquisição e manutenção de animais.

A educação nutricional há de meçar, assim, pelo esclarecimento sobre o valor dos alimentos, visar dar ao consumidor a necessária paciência de seleção. Não adianta, claro, comer demais se não se rem em quantidade suficiente a calorias, proteínas, gorduras, cálcio, outros minerais e vitaminas retirados pelo organismo e indispensáveis à manutenção da saúde e da vida.

Preparo de Alimentos

Também a manipulação e o preparo dos alimentos crescem entre nós e importância, tendo em vista as distorções e erros que os afetam e que comprometem duplamente as classes e renda mais baixa, não somente orque diminuem o valor nutritivo do que ingerem mas ainda porque elevam os custos e os preços dos gêneros e primeira necessidade, reduzindo-os, assim, aos mais pobres, o acesso a eles.

Cite-se, a propósito, o caso do arroz, que seria mais barato e mais rico como alimento se o mantivéssemos intacto, isto é, se não o submetéssemos à descorticação. Por tal processo, jogamos fora com a sua cutícula 50% dos lis e 85% da tiamina que ele possui, ora imensa quantidade de vitaminas diversas. Não sei por que não se obtiu até hoje um tal desperdício de substâncias nutrientes, quando isto tanta deficiência alimentar, note-se que o arroz, que faz as vezes, no Oriente, do pão e da batata, o principal alimento de mais de 50% da humanidade e tem consumo maior que o trigo e qualquer outro cereal.

O trigo descorticado perde mais de 50% da tiamina e ácido nicotínico, mais de 50% de vitaminas B2 e B6 e ácido pantotênico, 100% de vitaminas E, mais da metade de cálcio, fósforo e de magnésio, além de potássio e parte do ferro que contém.

Quanto ao milho nas condições em que é consumido. Se, no entanto, lhe modificássemos a coação, e, em vez de o fervermos com água e sal, a estes juntássemos cal, não fazemos os índios da América Central e como faziam os Malais, no Sudeste, sobre modo o enriqueceríamos, e dele liberariamos uma substância importante que a simples fervura na água e sal não permite ao estômago absorver.

Além disso, a respeito do milho, cumpre lembrar que o tipo opaco contém grande quantidade de lisina que é, como se sabe, um aminoácido essencial à alimentação humana. E o cruente do milho opaco com outros tipos produz uma variedade extremamente rica em lisina.

O feijão e o arroz, tão apreciados pelos brasileiros, terão aumentado de 20% seu valor nutritivo se misturados numa dosagem de três unidades de arroz para uma de feijão.

O babaçu, feito em leite em pó, é extremamente rico em substâncias nutrientes.

A Soja

A soja agora especialmente a soja, substitui no Oriente o leite, a carne e o ovo, e é produto gerador de divisas porque lhe exportamos o

óleo. Lido esta manhã na imprensa que "países do mundo inteiro, sobretudo do Oriente, estão querendo importar óleo de soja do Rio Grande do Sul", e que "só uma firma daquele Estado já exportou este ano trinta mil toneladas no valor de oito milhões de dólares". A soja contém em um quilo 4.600 calorias e a mesma quantidade de albumina existente em 3 quilos de carne de vaca e 5 dúzias de ovos. Lembre-se, aliás, em comparação, que um quilo de carne de vaca magra contém 1.200 calorias e um quilo de leite 670 calorias.

"A soja — diz o Professor Silva Mello, a quem devo muito dos dados que aqui utilizo —, a soja, pelo seu valor nutritivo, pela sua composição, pela qualidade de suas proteínas, pela sua digestibilidade e aproveitamento, é um dos maiores e melhores, senão, talvez, o maior e o melhor de todos os alimentos, superior à maioria dos demais, sobretudo os de procedência vegetal. É o que sabemos hoje, com certeza, pelas modernas investigações científicas."

Mas a soja não sabe bem ao paladar dos brasileiros, não lhes agrada o seu gosto. Seria o caso, então, de introduzir entre nós certas receitas orientais. Os chineses têm pratos deliciosos, com brotos de soja, camarão, ovos mexidos e presunto. Muda-se-lhe o sabor com pouca coisa.

Aumento de Consumo

De qualquer forma, é indispensável aumentar o mais possível o consumo da soja, que sobre ser alimento barato e riquíssimo em substâncias nutrientes, tendo sido mesmo o segredo da resistência física dos soldados alemães e japoneses na última Grande Guerra, "não enfraquece nem esgota o solo, antes o torna mais fecundo e produtivo, pois melhora a produção das plantas que a sucedem como cultura. As suas raízes possuem intumescências especiais, que fixam ao solo o azoto do ar, graças à atividade de determinadas bactérias. O processo é de tal valor que pode ser empregado na recuperação de terras cansadas e esgotadas, assim como na melhoria das prejudicadas por culturas espoliantes. O café entra neste grupo, podendo o cultivo da soja favorecer a conservação e a produtividade das suas plantações, como está demonstrado experimentalmente".

Em 1968, produziamos 654.476 toneladas de soja e já em 1970 produzimos 1.508.540 toneladas. O aumento foi apreciável mas, dada a fabulosa importância da soja para a alimentação, o ideal será multiplicar-lhe sempre a produção com os incentivos possíveis, que lhe garantam, sob todos os pontos de vista, condições de cultura altamente remuneradora, sem risco de prejuízo para os investimentos que nela se façam. Não há

dúvida que todos os benefícios que lhes dispense o Poder Público serão fartos e duradoramente recompensados, quer no plano nacional, com a melhoria do nível de nutrição do nosso povo, quer no internacional, pois, embora cresça sempre em determinados países a sua produção, "o mundo inteiro continua com falta de óleo vegetal e quer importar o óleo de soja", conforme lido em publicação recente.

Propaganda

Há, no entanto, necessidade de propaganda no sentido de inserir alimentos como o soja nos hábitos brasileiros. Tão grave é o nosso problema nutricional que todo dinheiro é bem gasto no sentido de conquistar a preferência do nosso povo para a produção e o consumo daqueles gêneros alimentícios que nos assegurem as proteínas e calorias indispensáveis à saúde e à vida.

Enfim, é preciso selecionar os alimentos mais ricos em substâncias nutrientes, desenvolver-lhes e estimular-lhes a produção e adotar novas maneiras de prepará-los para, sem tirar-lhes o valor nutritivo, antes aumentando-o, integrá-los nos hábitos brasileiros. É mais fácil do que criar, em tal campo, preferências novas e manter as existentes, dando aos gêneros de primeira necessidade maior valor calórico e protéico.

Quantidade de Alimentos

Não se limita o campo da educação nutricional à qualidade dos alimentos nem à forma de cozê-los ou prepará-los, mas se estende à quantidade deles necessárias ao organismo. Há de evitar-se desde logo, a tal propósito, que a intensa e atraente propaganda da sociedade industrial faça com que os bens de consumo duráveis e não alimentar absorvam o orçamento familiar.

Há quem se alimente mal por falta de dinheiro, há quem se alimente mal por falta de dieta adequada, e ainda há quem, sem maiores recursos, se alimenta mal porque desvia parte substancial de seus salários para aquisição de bens de consumo duráveis. Quando, recentemente, foi ao Rio Grande do Sul entregar a velhos trabalhadores rurais importâncias correspondentes às suas aposentadorias, o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social indagou de um deles o que pretendia fazer com tal dinheiro, e de pronto recebeu esta resposta:

"— Primeiro, vou comprar um rádio de pilha."

Ainda há dias uma candidata a emprego de cozinheira em casa de família, nesta cidade, não discutia orde-

nado e só fazia mesmo uma exigência: levar com ela aparelho de televisão que lhe custara mais de mil contos.

Redução de Consumo
Os dados do quadro a seguir, obtidos da Comissão Nacional de Alimen-

tação, mostram o consumo aparente que tivemos de importantes gêneros alimentícios nos últimos três anos, de 1968, 1969 e 1970:

	1968		1969		1970	
	quilo ano	grama dia	quilo ano	grama dia	quilo ano	grama dia
1) arroz	43.933	120,4	41.551	113,8	47.726	130,8
2) milho	32.083	87,9	35.006	95,9	32.359	88,7
3) trigo	28.463	78,0	29.253	80,1	26.774	73,4
4) açúcar	35.558	97,5	33.776	92,5	51.872	142,1
5) feijão	24.382	66,8	21.370	58,5	21.054	57,7
6) Carnes em geral	22.388	61,3	22.890	62,7	22.749	62,3
7) carne bovina	16.128	44,2	16.595	45,5	16.135	44,2
8) Ovos	3.619	10,5	4.037	11,1	3.927	10,8
9) Peixe fresco	2.956	8,1	2.401	6,6	2.374	6,5
10) Leite "in natura"	58.200	159,4	56.845	155,7	55.955	153,3
11) Manteiga	0.347	1,0	0.300	0,8	0.295	0,8

Houve, assim, queda do consumo, entre 1968 e 1970, do trigo, do feijão, do peixe, do leite, da manteiga. De um consumo aparente per capita de 58.200 quilos por ano em 1968, o leite passou para 56.945 em 1969 e 55.955 em 1970; o feijão, de 24.382 quilos, em 1968, para 21.370 em 1969 e 21.054 em 1970; o peixe, de 2.956 quilos, em 1968, para 2.401 em 1969 e 2.374 em 1970, ou seja, de 8,1 gramas, por dia, em 1968 (Portugal consome 110 gramas), para 6,6 em 1969 e 6,5 em 1970, respectivamente.

Conservação

As pesquisas que devem ser feitas dirão melhor as razões da redução do consumo per capita desses alimentos. Mas, ao lado da erosão do orçamento familiar, motivada pelos desvios de recursos destinados à nutrição na aquisição de bens de consumo durável e não alimentar, podem-se fixar dois outros fatores determinantes da subnutrição. O primeiro deles é o desperdício, que, nas casas dos mais ricos, deixa ficar nos pratos outro tanto de comida, e, nas casas dos pobres, despreza, como imprestáveis, por falta de educação nutricional, alimentos essenciais à saúde.

O segundo fator é o que diz respeito à conservação dos alimentos. Como já referi em outro pronunciamento, o Sr. K.F. Mc Queen, do Canadá, ressaltou em conferência na Agência Internacional de Energia Atômica, que, em algumas áreas do mundo, 50% dos alimentos são destruídos por insetos, microorganismos e pestes, enquanto cinquenta e cinco milhões de africanos poderiam alimentar-se anualmente com os cereais deteriorados ou destruídos por microorganismos somente durante a estocagem. Assim, de cem homens que trabalham nos campos, cinquenta trabalham para nada, ou melhor, trabalham para os agentes da

destruição. E, ainda no plantio, o caboclo já diz a cada enxadada, na sua proverbial resignação: esta é para a saúva.

No entanto, a tecnologia nuclear, aliada às técnicas clássicas, além de promover o aumento da produção, pode preservá-la dos agentes de destruição, dos fungos e bactérias que a atacam e apodrecem.

Tecnologia Nuclear

A propósito do Congresso sobre População Mundial, realizado em 1965, sob o patrocínio das Nações Unidas, o Diretor-Geral da FAO, Sr. A.H. Boerma, destacando que a fome e a miséria atingem dois terços da humanidade, acentuou que "é extremamente claro que supremos esforços são necessários, quer no nível nacional quer internacional, para prevenir fomes e sérias faltas de alimentos nas próximas décadas. Não só a produção de alimentos, nas nações subdesenvolvidas, não corresponde ao aumento de suas populações, mas em algumas regiões a produção per capita de alimentos tem sofrido declínio. Também a perspectiva de melhoria dos preços agrícolas nos mercados do mundo estão longe de ser promissoras".

Depois de ressaltar que os investimentos de capital, na agricultura, das nações em desenvolvimento estagnaram ou declinaram durante os últimos anos, o Diretor-Geral da FAO declara:

"Nosso estudo revela a notável variedade de maneiras pelas quais as técnicas nucleares estão ajudando a aumentar a produção de alimentos. Nas áreas da melhoria genética das culturas e da melhoria da nutrição animal, na pesquisa sobre o uso de microorganismos destruidores, as técnicas nucleares já estão em pleno uso."

Quando há quatro anos atrás visitei a Índia, tive ensejo de ver o milho, amendoim, o arroz, o trigo, submetidos aos raios gama, sofrerem mutações genéticas que lhes aumentavam o rendimento dos grãos e as colheitas. No caso do trigo, a semente do tipo Senc 64, levada do México, sofreu mutação até de cor, pois, de vermelha, o grão se tornou amarelo, como é do gosto dos indianos.

Insetos

Também visitei o laboratório Seibersdorf, em Viena, da Agência Internacional de Energia Atômica, que cria e esteriliza a chamada mosca-mediterrânea, responsável pelo aumento das laranjas e demais frutas cítricas, e que na América Central chega a dar um prejuízo anual de 17 milhões, aumentado pelo malefício às indústrias com a destruição da matéria-prima. Criadas e esterilizadas em laboratório, aquelas moscas depois jogadas de avião, em cima sobre as plantações, e, cruzando com as moscas já ali existentes, não se reproduzem, o que extermina a espécie. O mesmo se verifica, como já assiri em outra oportunidade, com a mosca varejeira, que tanto mal faz ao gado.

Os prejuízos que os insetos em geral causam à agricultura chegam a total de 10% da produção mundial correspondente a toda produção agrícola dos Estados Unidos. Atinge 30% as perdas das colheitas de cereais, que são ainda atacados, depois de armazenados, pelos carunchos cereais, como o café. Mas a tecnologia nuclear — repita-se — enfrenta vitoriosamente o problema através da irradiação.

Produtividade

Com tantos erros comprometer a alimentação, não, evidentemente vocada pela desnutrição, a que

vigor físico, e, em última análise, da produtividade, com o que efetivamente se bloqueia o desenvolvimento econômico, que em consequência é também atingido pela decorrente queda do poder aquisitivo do consumidor. Como se sabe, a produtividade depende, entre outros fatores, da mão-de-obra bem alimentada.

Aí está uma das causas fundamentais da nossa disparidade regional. As insuficiências alimentares realmente as incentivam e fortalecem, pois se o desenvolvimento se baseia, em última análise, no homem, e se, no regime social vigente, o homem não tem igualdade de oportunidades para lutar, muito menos terá possibilidade de lutar o homem que, além da desigualdade de oportunidades que enfrenta, não dispõe, por carência alimentar, de condições de saúde e de vigor físico. De acordo com pesquisas da Fundação Getúlio Vargas, a média do consumo diário per capita no Sul do País é de 2.772 calorias, enquanto no Nordeste é de 2.207, abaixo, portanto, do padrão internacional mínimo para manutenção da saúde. A média no Leste é de 2.575 calorias, no Brasil, de 2.566.

Os quadros que junto a este pronunciamento mostram o número de calorias consumidas por dia, em 1960, no Brasil em geral e nas suas três principais regiões. Considere-se que a quantidade de calorias e proteínas necessárias ao organismo é, diariamente, de 2.450 e 55 gramas.

A Comissão Nacional de Alimentação apurou em inquérito que em Jaguaré, Santa Catarina, é de 81 gramas ingestão diária per capita de proteínas, enquanto em Touros, no Nordeste, é de 48 e 54 gramas.

Eis por que, ao fim de sua vida, o trabalhador da Região/Sul do Brasil tem produzido cinco vezes mais que o trabalhador nordestino. E note-se que o clima mais próximo do Equador o esforço desenvolvido no trabalho é bem maior, requerendo, portanto, dado o gasto excessivo de energias, maior volume de calorias, de proteínas e de substâncias vitamínicas que exigido pelo trabalhador do Centro-Oeste. E acrescenta-se a esses dados estatísticos, para maior tristeza nossa, que o cortador de cana australiano produz cinco vezes mais que o de Pídicaba, em São Paulo.

Desnutrição

Eu quase diria que a desnutrição era a pobreza, porque, reduzindo a capacidade física e mental, impede o êxito do trabalho e a conquista do bem-estar.

Da desnutrição afinal resultam aqueles quadros dolorosos que nos Estados Unidos impressionaram Gilberto Freyre, e dos quais ele nos fala no prefácio à 1.ª edição de "Casa Grande e Senzala": mulatos e cafuzos

do Brasil, marinheiros de um nosso navio chegado a Nova York, mais parecendo "caricaturas de homens" e lembrando a impressão de um viajante americano sobre o nosso País: "the fearfully mongrel aspect of most of the population". Mas em realidade não exprimiam eles os efeitos da miscigenação. Como acentua Gilberto Freyre, depois de citar Riquete Pinto, "não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes".

E Silva Mello, por cuja obra em favor de uma melhor alimentação para os brasileiros merece a gratidão do País, destaca "na grande massa, na grande maioria da população brasileira, a sua falta de saúde e atividade, todo esse atraso que se revela na sua fraqueza e desnutrição, no seu grau de incapacidade física e mental, no seu estado de ignorância, no seu analfabetismo avassalador e invencível".

Doenças

A queda do vigor físico, motivada pelo subconsumo de alimentos essenciais, enfraquece a resistência orgânica e aumenta a vulnerabilidade às doenças, que assim se tornam mais perigosas. O sarampo, por exemplo, que na Inglaterra não tem maior importância, em países subdesenvolvidos, como a Nigéria, é extremamente perigoso, mortal. E quanto a nós, a Organização Pan-Americana de Saúde divulgou recentemente o resultado de pesquisas feitas nas cidades brasileiras de Recife, Ribeirão Preto e São Paulo, pelo qual verificamos que o sarampo constitui neste País verdadeiro flagelo: é a causa principal da morte das nossas crianças até 4 anos de idade. E quando não é a morte são as lesões irreversíveis. Ainda há poucos dias, em Guarapari, no Espírito Santo, encontrei em casa de um pequeno lavrador duas mocinhas surdas, mudas e lesas. "Foi o sarampo que as atacou em criança" — disse-me o pai delas.

Recife tem a taxa mais alta das Américas em matéria de mortalidade infantil provocada pelo sarampo: 481 crianças menores de três anos de idade por 100.000 habitantes. Segue-se a La Paz com 299. Considerando que o sarampo ataca na sua maioria crianças de menos de 9 meses a um ano de idade, a Organização Pan-Americana de Saúde sugere a necessidade de fazer-se a imunização contra a moléstia antes dos 9 meses.

Acentue-se que há uma estreita relação entre o sarampo e a deficiência nutricional e que o Recife também apresenta a taxa mais elevada das Américas em mortalidade de crianças até 1 ano de idade, por desnutrição protéica, marasmo nutricional e outros estados de desnutrição: 608 crianças por 1.000 nascidas vivas

anualmente. Acrescente-se que a mortalidade infantil por deficiência nutricional protéica-calórica é maior nas áreas urbanas e suburbanas do que nas áreas rurais. Em São Paulo, por exemplo, morrem 559 crianças de menos de 1 ano por 1.000 nascidas vivas anualmente, enquanto em Ribeirão Preto morrem 71 e em Franca, 61.

Equilíbrio nutricional

No início da vida é indispensável à criança o equilíbrio nutricional, e, sem as proteínas e a alimentação necessária, sofre ela, ainda que sobreviva, lesões muito graves, como das que encontrei em Guarapari. Segundo estatísticas de 1961 da Comissão Nacional de Alimentação, no Instituto Fernandes Figueiras, na Guanabara, 22,2% das crianças internadas estavam atacadas de kwashiorkor, síndrome pluricausal que apresenta um quadro de subnutrição fatal, com lesões na pele e edema. Ainda mais grave era a situação em 1966: em Golás, a percentagem se elevava a 26,8% (Hospital Nossa Senhora de Fátima, de Mineiros), e no Amapá, a 38,6% (Pavilhão Infantil do Hospital-Geral de Macapá).

Aqui mesmo em Brasília, na cidade-satélite de Sobradinho, ao Centro Nutricional do Professor João Bosco Solomon chegam crianças atacadas de kwashiorkor. Impressionante é que têm sido recuperadas com a simples alimentação diária de arroz e feijão, acrescidas de dois ovos por semana.

No Nordeste o déficit total em calorias e o déficit parcial em proteínas são apontados como responsáveis pelo crescimento subnormal das crianças entre o 6.º e 9.º mês de idade.

A cárie dentária é prova evidente dos erros dos nossos hábitos alimentares. Não o sofrim os nossos antepassados mais longínquos, ainda que não utilizassem dentífricos. Existindo desde há doze milhões de anos, como o *Ramapithecus*, possuíam eles dentes sempre perfeitos.

Embora estejam encontrando resistências que já não vencem, os antibióticos ainda impedem por enquanto moléstias microbianas e parasitárias, mas as degenerativas, e fora de sua área de ação e decorrentes, quem sabe?, dos erros alimentares — como as cardíacas, hipertensão, arteriosclerose, as mentais, o diabetes, o câncer — estas ampliam e aprofundam cada vez mais o campo de seus malefícios.

Assistência Médica

As necessidades de assistência médica aumentam no Brasil galopantemente. O atual Governo, com o profundo senso de responsabilidade que o domina, já criou a Central de Medicamentos. Em 1969, o Instituto Nacional de Previdência Social gastava com assistência médica Cr\$

1.493.673.033,37, que, somados ao que despendia em seguros sociais, alcançavam a cifra de Cr\$ 6.689.271.978,02. Em 1970, o conjunto dessas despesas se elevou a Cr\$ 8.007.111.736,87. Em 1971, somente em assistência médica o INPS gastou cerca de três bilhões de cruzeiros e neste ano de 1972 calcula-se que deve gastar aproximadamente cinco bilhões de cruzeiros.

Tais números, que nos dão a alegria de verificar como os trabalhadores estão sendo bem tratados do ponto de vista da assistência médica, comprovam, todavia, a crescente des-

nutrição do povo brasileiro, pois é na razão direta do grau de desnutrição que o rendimento se faz necessário. A farmácia como que substitui o mercado, em alguns casos suprindo o organismo das deficiências alimentares e, na maioria deles, combatendo, nem sempre com proveito, através do medicamento, as erosões por elas provocadas. Se se instalam mais farmácias e se as suas vendas aumentam, é porque cresce o número de subalimentados e continuam os erros de nutrição. Recorre-se sobretudo ao remédio quando não se cuida da alimentação.

„Mas cumpre-nos, em vez de apenas enxugar a pia, fechar a torneira que a molha, ou seja, cumpre-nos combater as causas e não os efeitos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, paro aqui, por exigência regimental, este pronunciamento. Mas a generosidade de vobres colegas há de admitir, aturar-me mais uma vez, amanhã, para prosseguir nas minhas considerações sobre este problema de alimentação, que considero o mais grave, o mais urgente, o maior problema do Brasil. (Muito bem! Muito bem! Falmas.)

QUADROS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARNON DE MELLO, EM SEU DISCURSO:

Q U A D R O I

	Total Calorias	Cereais	Raízes Tubérculos	Carne, Peixe Ovo	Leite e Queijo	Frutas	Gorduras	Açúcar
Brasil (urbano e rural)	2.566	1.160	329	215	112	107	341	302
Urbano	2.427							
Rural	2.640							
Nordeste (urbano e rural)	2.207	851	541	221	100	99	151	243
Urbano	2.308							
Rural	2.145							
Leste (urbano e rural)	2.575	1.216	269	186	103	97	377	326
Urbano	2.309							
Rural	2.770							
Sul (urbano e rural)	2.772	1.354	206	236	133	97	424	322
Urbano	2.487							
Rural	3.057							

Q U A D R O II

	FONTES DE PROTEÍNAS VEGETAIS		FONTES DE PROTEÍNAS ANIMAIS		Total de Proteínas Animais
	Cereais	Raízes Frutas	Carne	Peixe Ovos	
BRASIL	43.1	2.3 1.5	19.4	2.6 1.4	30.1
Urbano	77.0				
Rural	79.0				
NORDESTE	38.6	2.5 1.4	19.6	3.3 1.2	30.8
Urbano	71.0				
Rural	77.0				
LESTE	42.7	1.5 1.3	17.1	3.0 1.2	27.7
Urbano	73.2				
Rural	75.0				
SUL	46.8	2.5 1.3	21.0	2.0 1.5	32.4
Urbano	73.0				
Rural	72.0				
Total de Grãos Proteínas Vegetais					

formação e debate mantida em sua plenitude.

As eleições feriram-se com aquele misto de esportividade e agressividade que caracterizam as campanhas políticas norte-americanas. Nestas não faltaram nunca as acusações mais cruéis, as polémicas mais duras, as denúncias escandalosas sobre o comportamento dos candidatos, o que choca o observador estrangeiro.

Mas os juizes são tradicionalmente indulgentes com essa prática. Acham que, se o cidadão se dispõe a pleitear um mandato popular, deve ter a sua vida, pública ou particular, esquadrihada e exposta aos olhos de todos. Um cidadão não tem normalmente o direito de espalhar que outro cidadão esteve internado numa clínica para doentes mentais, mas, se este último se candidata a um cargo eletivo, essa circunstância pode constituir um dado importante para a avaliação que os eleitores façam de sua aptidão para o cargo.

Os grandes diários tomam muitas vezes partido em favor deste ou daquele candidato à presidência, espalhando sua plataforma. Mas abrem suas colunas para as notícias sobre o adversário e divulgam lealmente seus pronunciamentos.

Este, o grande papel de imprensa norte-americana nas eleições: constituir-se num foro de debates sobre as idéias, opiniões e conduta dos que pleiteiam altas posições dependentes do voto do eleitorado, debate que se prolonga através das redes de TV.

Existe a crença inabalável, entre povo dos Estados Unidos, de que o livre exercício da democracia representativa e pluripartidária não é incompatível com o progresso ou desenvolvimento.

Quando Franklin Roosevelt se elegeu com um programa audacioso para enfrentar a hidra da depressão, não pensou um minuto sequer em dar férias à democracia. Pediu os instrumentos de que necessitava ao Congresso e este se mostrou à altura daquela hora dramática.

O grande Presidente teve problemas, é certo, com a Corte Suprema mas esses foram, afinal, resolvidos sem que se precisasse de aumentar o número dos supremos juizes. Último recurso de que lançaria mão. A tarefa hercúlea de debelar a recessão foi executada graças ao apoio maciço da opinião pública, a quem apelava diariamente o grande estadista nas suas conversas ao pé da lareira. Os direitos e garantias dos cidadãos permaneceram intocáveis, a imprensa que se opunha aos planos gigantescos de Roosevelt foi respeitada na sua liberdade de crítica e oferecia, em troca, ao Presidente a mais ampla divulgação de suas opiniões e de seus planos.

E durante a II Grande Guerra?

O quadro não se alterou, como não se modificou no episódio da guerra na Indochina.

Não nos compete, sem dúvida, intrometer-nos na política interna dos Estados Unidos, nem mesmo felicitar, nesta hora, o beneficiário do favor do eleitorado.

O que queremos acentuar é que, apesar dos aspectos nem sempre positivos da política externa norte-americana, em face dos interesses legítimos da América Latina e dos povos em desenvolvimento, apesar das contradições e hesitações dessa política, cumpre-nos prestar, hoje, o nosso tributo de admiração a esse grande povo, que soube encontrar o caminho da grandeza e da liderança sem abandonar a sua vocação democrática e sem afastar-se do Estado-de-Direito, ou seja, daqueles princípios e garantias que sempre cultuamos e que informam a vida pública e privada nas grandes nações do Ocidente.

A política externa, como a interna, pode e deve ser praticada sem que a ação dos governantes extrapole das fronteiras legais e do respeito aos direitos dos cidadãos. Essa limitação em nada prejudica o sentido da realidade, ou seja, o realismo, essência da ação política, que exige às vezes audácia, espírito de decisão, capacidade de mudar de rumo ante o imperativo das circunstâncias. Essa a lição a tirar da conduta e da vitória de Richard Nixon. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO — (Pro-nuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, no meu pronunciamento de ontem, destaquei os efeitos da desnutrição do brasileiro expressos através da falta de saúde, das doenças e da morte. Preocupado com a gravidade da situação o Governo promove a fundação de um Instituto — o INAN — que se encarregará de elaborar e executar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, visando a acelerar o desenvolvimento econômico, distribuir melhor a renda nacional, pessoal e regional, e reduzir as disparidades sociais.

Nada mais oportuno, nada mais urgente, nada mais importante. O quadro de desnutrição de diversas áreas do Brasil não pede pedindo medidas de melhoria mas protestando, como diria o padre Vieira nos seus apelos a Deus para salvar o Brasil da invasão holandesa. É problema que afeta a nossa estrutura de nação, a segurança nacional.

Já o descrevi, a esse quadro doloroso, mas não peço se me excedo em juntar-lhe mais alguns números que

são cores vivas a acentuar-lhe os traços emocionantes.

Pescado

Falei ontem do peixe, do pescado em geral. Neste País de tantas disparidades, há a registrar a disparidade existente entre o consumo per capita do peixe e da carne. Em São Paulo os gastos com a compra de carne são dez vezes maiores que com a aquisição de peixe, embora a pesca seja mais fácil e o peixe mais barato que a carne, já que é o mar que cria e alimenta enquanto o boi precisa de terras e pastagens e cuidados. Tenho que a disparidade decorre de arraigados hábitos alimentares mas também da deficiência de conservação e da dificuldade de comercialização que bloqueiam o desenvolvimento do pescado e bem podem ser sanadas.

Ainda a propósito de peixe, tão bom fornecedor de proteínas, animo-me a lembrar que com medidas simples bem podíamos ampliar-lhe a produção. Se impiantássemos a pesca nos açudes do Nordeste e em nossas represas, teríamos o maior projeto de produção pesqueira da América Latina, pois somente em Três Marias, eliminadas as piranhas que a habitam, conseguiríamos por ano cem mil toneladas de peixe. Entretanto, produzimos em 1970 apenas quatrocentas e quarenta e nove mil toneladas de peixe, e ainda assim apenas a metade dele chegou à mesa, ou seja, a disponibilidade para o consumo humano foi de nada mais que 226 mil toneladas. (Balanço Alimentar do Brasil — 1972 — pág. 41). Anote-se que o brasileiro come por dia 6,6 gramas de pescado, isto é dois quilos e meio por ano, enquanto o português e o norueguês consomem 110 gramas por dia, o espanhol, 82 gramas, e o japonês, 77.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Fernando Corrêa.

O Sr. Fernando Corrêa — Senador Arnon de Mello, já fiz pronunciamento nesta Casa sobre o consumo da carne pelo homem do interior, estabelecendo mesmo um paralelo sobre o consumo do peixe. No Brasil, na vastidão do seu território, com a pobreza de recursos médicos e de higiene que ali chegam, o brasileiro insistentemente come mais carne. Como disse Walter Oswaldo Cruz e já repeti neste plenário, o brasileiro insistentemente come mais carne porque a carne bovina, ou seja, carne de animal de sangue quente, tem hemoglobina, tem ferro, e isso nos livra de grande mortalidade pela anemia da verminose que se alastra por todo o nosso vasto interior. O brasileiro come carne por autodefesa, como a carne bovina que é a que geralmente está ao seu alcance; ao passo que a

carne de peixe, ou carne de animais de sangue frio, não tem o ferro tão necessário à sobrevivência do homem.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Fernando Corrêa da Costa, pelo seu aparte, que incorpore, com muita honra, ao meu discurso.

Frutas e verduras

Falo hoje das frutas e verduras. Possuímos no Brasil imensa variedade de climas e solos, podemos produzir frutas à vontade mas parece que não as apreciamos, não as consumimos como outros países menores e, neste particular, sem as condições do nosso. Em meio a tantas frutas tropicais extremamente saborosas e baratas que aqui existem, o nosso consumo delas é diminuído, ou seja, 135,9 gramas per capita, diariamente, enquanto o suíço ingere 320,1 gramas e o alemão ocidental 274,1 gramas.

Quanto a verduras, o brasileiro consome, per capita e por dia, 50,8 gramas, quando o americano do norte, neste Hemisfério, consome cinco a seis vezes mais, ou seja, 265,4 gramas, e o suíço, na Europa, 217 gramas. Persiste entre nós a resistência às verduras, como se fosse desdouro comê-las, e em algumas camadas se mantém a crença de que passa a ser bicho quem ingere folhas. Em São Paulo, uma cozinheira dizia, com ares superiores, que era diferente de seus patrões porque não comia, como eles, nato e capim, assim chamados por ela o agrião, a alface e outros legumes que servia à mesa.

Em matéria de alimentos, não se orienta positivamente o brasileiro pelos seus interesses de boa nutrição, deixando de ingerir a necessária quantidade de calorias, proteínas e gorduras. Se analisarmos a situação por regiões, classes sociais e áreas urbanas e rurais, verificaremos que a situação pior é a do Nordeste, como ontem abordei.

Vasto Hospital

Dos erros alimentares advém — repita-se — a desnutrição, e desta, a vulnerabilidade do organismo aos ataques dos germes, bactérias, parasitas, das doenças enfim.

Como o Brasil já não se encontra deitado eternamente em berço esplêndido e sim devotado a intenso programa desenvolvimentista, não pode ele continuar sendo o vasto hospital da descrição de Miguel Pereira. No entanto, as estatísticas não dizem o contrário e, na sua frieza e nitidez, são a maior condenação ao nosso lamentável estado nutricional. Veja-se: no ano de 1971, o Ministério da Saúde fez em 672 municípios de todas as regiões do Brasil 2,2 milhões de exames de fezes, e o resultado encontrado foi o seguinte: Áscaris, 1,3 milhões; Tricocéfalos, 0,8 milhões; An-

cilóstomo ou Necator, 0,5 milhões. Ao todo, cerca de 3 milhões de pesquisas positivas, sendo que se encontraram parasitas intestinais em 89% dos colegiais de São Paulo e em mais de 90% dos colegiais do Estado de Goiás.

18% da nossa população são afetados pelo bócio endêmico. Excedemos, assim, em 8% o padrão internacional de 10% de endemicidade.

Noite e dia trabalham centenas de dentistas para darem vazão aos que os procuram atingidos pela cárie, filha diletta da má nutrição.

Do ponto de vista sanitário, ainda hoje, num total de 18 milhões de domicílios, 7 milhões não têm instalações sanitárias, e a situação piorou nestes últimos dez anos, onde, por outro lado, apenas 2,1 milhões de domicílios, num total de 7,6 milhões, são servidos pela rede geral de água, por poço ou por nascente.

A desnutrição reduz o período médio da vida, o que, naturalmente, sobrecarrega a economia, porque serão mais altos os custos do sustento e educação exigidos pelo homem antes de produzir.

No caso dos excepcionais, cujo número se eleva no Brasil a 10 milhões, sem computar os que trabalham, mas sem eficiência, é sabido que decorrem das carências alimentares na gestação e na primeira infância.

Rutina e conformismo

O problema permanece, bem vivo, ao longo dos anos, agravado por fatores diversos e gerando outros problemas, que enfrentam não apenas as dificuldades naturais do subdesenvolvimento mas também a rotina cristalizada e o conformismo que Monteiro Lobato tão maravilhosamente exprimiu em personagem célebre.

O Governo da República considera-o com a devida seriedade, como verificamos do projeto que submeteu ao exame do Congresso Nacional. Não se trata, agora, de mais uma lei a elevar a soma das milhares de leis que fazem tão ampla a nossa constelação legislativa. É novo diploma para realmente encaminhar a solução do mais grave e também do mais velho problema brasileiro, porque aqui os descobridores já encontraram uma população carente de substâncias nutritivas, cujo nomadismo, se não nasce da dificuldade de encontrar alimentos, muito se alentava na procura deles.

O INAN, que elaborará o PRONAN, há de considerar que o problema da desnutrição requer um programa integrado. Será, afinal de contas, carregar água em cesto cuidar da criança, assegurar-lhe a vida nos primeiros anos, e deixá-la entregue à ferocidade das enfermidades, que dispu-

tam ao organismo até a morte as calorias, proteínas, gorduras, sais minerais e vitaminas.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Nobre Senador Arnon de Mello, V. Ex.^a acaba de fazer referência no seu brilhante discurso a um assunto da maior importância. Trata-se do problema dos excepcionais. Interrompo V. Ex.^a por alguns segundos, apenas para dizer que, há pouco tempo, pronunciei um discurso sobre a matéria, — aliás, no Dia dos Excepcionais — formulando apelo ao Chefe da Nação para que a situação desses brasileiros seja o quanto antes resolvida, embora bem o sei bastante complexa. Acredito que assim o seja como vem ocorrendo com os assuntos de relevante interesse para o nosso País. Fui informado, e aqui citei na oportunidade do meu pronunciamento que a matéria foi pelo Presidente Garrastazu Médici entregue ao estudo do Coronel Léio Etchegoyen. Confiando no Chefe do Estado devemos aguardar sejam os excepcionais amparados. Agora, aproveitando a referência do brilhante colega à matéria, quero apenas dar-lhe os meus aplausos pela sua lembrança e mais uma vez apelar para o coração do eminente dirigente do País para que não esqueça os excepcionais.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, nobre Senador Ruy Carneiro. Tenho a impressão de que o Presidente Médici acolheu, como merece, a sugestão de V. Ex.^a, porque o problema dos excepcionais é também em parte decorrente da desnutrição como acabei de referir.

O desenvolvimento biológico é imprescindível ao desenvolvimento econômico e não pode afirmar-se assalariado e golpeado pelas doenças. Nenhum programa de alimentação terá êxito se não alcançar todas as raízes do problema da desnutrição que não se fixa na criança, mas, como um polvo, estende seus tentáculos a todos os setores, cevado, sobretudo pelas condições ambientais.

Itinerário

Chamo a atenção dos Srs. Senadores para este ponto: notável nutrólogo mexicano (o Professor Cravito) aponta as raízes do problema, que ao ver dele, assim se desdobra, em seqüência inarredável, desde o seu nascedouro:

a) tecnologia primária, expressa r falta de meios, nos instrumentos inadequados e superados com que conta o homem para trabalhar e que se constitui na causa fundamental de desnutrição.

b) **baixo rendimento do trabalho**, ou seja, reduzida produtividade.

c) **pequeno poder de compra**, dado que o trabalho não gera os recursos suficientes para dar-lhe maior capacidade aquisitiva.

d) **baixo suprimento de energia**, isto é, falta de capacidade produtiva, por insuficiência alimentar.

e) **precoceidade da incorporação da criança ao trabalho, para ajudar a renda da família** — o que lhe impede um desenvolvimento biológico e cultural normal;

f) **baixa escolaridade**, a criança sem tempo para dedicar ao estudo;

g) **analfabetismo**.

Aponta o nutrólogo mexicano as consequências desses malefícios iniciais da **tecnologia primária**;

h) **pais ignorantes e analfabetos**;

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muita honra, nobre Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos — Quando V. Ex.^a fala na mulher fábrica de filhos, como alagoano, devia lembrar-se do poema de seu conterrâneo, Jorge de Lima, justamente sobre "mãe operária, fábrica de filhos".

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado pelo seu aparte, nobre Senador Ruy Santos, que muito me comove, sobretudo por ter V. Ex.^a referido ao grande poeta, que por sinal, era meu padrinho.

O Sr. Waldemar Alcântara — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Waldemar Alcântara, a quem rendo as minhas homenagens como Relator que foi na Comissão que estudou o problema da alimentação no Brasil.

O Sr. Waldemar Alcântara — Muito obrigado. V. Ex.^a vem citando o trabalho do Professor Cravioto, no México, realmente um dos pioneiros na demonstração de que a má nutrição influi sobre o desenvolvimento mental. Embora não tenhamos chegado à conclusão de que seja responsável pelo aumento da incidência de excepcionais, estudos brasileiros — feitos, inclusive, em Brasília — demonstraram que há uma correlação muito íntima entre a má nutrição, desenvolvimento mental e físico. A afirmação de que o aumento da incidência de excepcionais não está ainda assim suficientemente comprovada, mas na verdade, é uma exploração que deve ser feita com mais profundidade, porque até agora não se conseguiu identificar por que vem aumentando o número de excepcionais. V. Ex.^a está versando o problema com muita segurança. Lastimo que só o tenha feito hoje e não anteriormente, porque assim eu teria

subsídios que ilustrariam o trabalho que apresentei ontem.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Waldemar Alcântara, vejo que V. Ex.^a, além de grande médico, grande Senador e também homem que exercita a ironia, é um mestre no assunto alimentação; eu sou apenas um discípulo seu.

Prossigo, Sr. Presidente; outros fatores determinantes da subnutrição apontados pelo Professor Cravioto:

i) **gestações a curto intervalo uma da outra**, transformando a mulher em fábrica de filhos de ritmo acelerado, o que é prejudicialíssimo à mulher e ao filho, pois o organismo da mãe precisa de certo tempo para refazer-se depois de uma gestação, e o filho precisa de substâncias nutrientes em quantidade adequada que o organismo materno solicitado por gestações sucessivas não lhe pode dar;

j) **falta de cuidados com a criança**, porque a mãe de muitos filhos não os pode atender como preciso nem o pai tem recursos para satisfazer-lhes as necessidades;

k) **pequena disponibilidade de energia para o saneamento ambiental**, pois, com a sobrecarga da família numerosa, não dispõe o pai de forças nem recursos para melhorar o ambiente em que vive;

l) **baixo índice de higiene pessoal e familiar**, não somente devido à ignorância e ao analfabetismo mas também à falta de condições e recursos para promovê-la;

m) **menor resistência a infecções e doenças**, o que é óbvio.

Chega-se, então, ao problema da **desnutrição**, gerado por todos esses fatores que se vêm acumulando a partir da **tecnologia primária** e que se agravam com o fator imponderável dos maus hábitos alimentares.

O Poder Público é cada vez mais solicitado a fazer maiores investimentos no setor saúde, sem que com isso estanque o problema que se avoluma e agrava. Se não for vencida a causa fundamental do desequilíbrio, haverá necessidade de recursos cada vez maiores no campo da saúde — para combater as doenças — e no campo da educação — para combater o analfabetismo, mas sempre chovendo no molhado porque não se chega à solução do problema.

A criança é o fim do ciclo e cuidar dela sem eliminar a causa dos males que a atingem significa o mesmo que carregar água em cesto.

Produção de alimentos

Vale insistir em que o problema é prioritariamente de educação. Precisamos elevar o nível educacional do homem de modo a que ele tenha condições de libertar-se da **tecnologia primária**. Precisamos, ao mesmo tempo, ensinar-lhe a selecionar e valorizar os alimentos.

O INAN, com o louvável objetivo de ampliar a distribuição social do produto do desenvolvimento econômico, tem a missão de procurar resolver o problema da desnutrição e melhorar o nível de saúde e vida do brasileiro. As suas preocupações educacionais alcançam sobretudo as camadas mais despojadas de recursos, tanto como os seus objetivos assistenciais se dirigem às crianças do ensino de primeiro grau, às gestantes, nutrízes, lactentes, e seus filhos até 6 anos.

O programa é extremamente amplo, pois que abrange quase toda a população brasileira, presa dos maus costumes alimentares ou da fome e miséria. Assim, ainda que fossem bem maiores os recursos com que conta o novo Instituto, os resultados de sua ação não corresponderiam a tempo e a hora — tendo em vista a amplitude do programa — às exigências das necessidades agravadas pelos elevados índices de crescimento demográfico, maiores exatamente nas camadas sociais mais humildes e, portanto, mais desnutridas e desamparadas.

Incentivos

Além da necessidade de educar o povo e de assisti-lo do ponto de vista nutricional, o problema requer, por igual, o incentivo à produção de alimentos com o objetivo de reduzir-lhes os custos e elevar-lhes o teor em proteínas e calorías, tudo isto dentro de um ritmo acelerado que responda à urgência reclamada pela gravidade da situação. Com tal incentivo, antes de a campanha alcançar seus efeitos, naturalmente a médio e longo prazo, ou seja, mudar os hábitos alimentares da população, já se teria, em prazo mais curto, melhorado em quantidade e qualidade e também em preços, a produção de queles alimentos já habituais na dieta do povo.

Pesquisas

A melhoria da produção e do teor nutricional desses alimentos — alimentos locais, como o arroz, o feijão, o milho, a soja as frutas, os legumes — pedem pesquisas que não se limitariam ao estudo da composição dos alimentos nem do tipo de solos em que os obtívéssemos em maior quantidade e melhor qualidade. Examinariam elas também as técnicas mais adequadas ao cultivo que se conciliassem com esses objetivos, sempre estimuladas, coordenadas e orientadas para impulsionar os projetos de maior influência no crescimento econômico com vistas ao aumento da produção e à produtividade, por igual considerando as necessidades prioritárias. O feijão, o trigo, o milho merecem, no nosso caso, atenções especiais no sentido de resolvermos problemas limitantes de qualidade e quantidade de produção.

Tem havido, no Brasil, nestes anos,

queda de produção e produtividade de alguns gêneros alimentícios, enquanto o aumento da produção de outros não corresponde à elevação da demanda decorrente do crescimento demográfico (Balanço Alimentar do Brasil — 1968/1970 — ONA).

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.^a me concede outro aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Dou o aparte ao nobre Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos — No São Francisco, que V. Ex.^a conhece muito bem, a vida do remeiro são-franciscano é passada no rio, levando as barcas à vara quando não há vento, alimentando-se apenas de jacuba, que é uma rapadura com água e farinha.

O SR. ARNON DE MELLO — Acolho com muita honra o aparte de V. Ex.^a, nobre Senador Ruy Santos, que é médico e bem conhece o problema, melhor evidentemente do que eu. **Produtividade do feijão**

A produtividade do feijão, por exemplo, vem caindo ultimamente 5% ao ano, e os técnicos não se conciliam no diagnóstico do fato. Os que se dedicam à fertilidade acham que o problema é do solo; os especialistas em proteção de plantas, apontam-lhe como causa a falta de proteção; os entomologistas e atribuem a pragas e doenças; outros técnicos culpam a falta de água, outros opinam que é orestação de variedade.

No entanto, considerando que o Brasil terá, em 1975, 109.287.000 de habitantes, e em 1980 127.770.000, e que suas necessidades per capita de proteínas totais é de 65 gramas por dia, precisaremos daqui a 3 e 8 anos de, respectivamente, 7.102.355 e 8.305.050 de toneladas métricas de proteínas — o que demonstra a urgência e importância das pesquisas agrícolas.

Desenvolvimento Acelerado

O desenvolvimento industrial pode ser feito por saltos. Industrialmente é fácil viver aos saltos como o canguru. Basta adquirir melhores máquinas ou mais sofisticadas e importar know-how. Na agricultura, porém, é diferente; não podemos desenvolver nada sem considerar o nosso clima, o nosso solo, as nossas variedades vegetais, os fertilizantes, enfim as condições locais que limitam a nossa capacidade de produzir e não nos permitem avançar aos saltos.

Com a tecnologia nuclear, entretanto, podemos colocar a agricultura no plano do desenvolvimento acelerado, isto é, por pulos. As técnicas clássicas, por exemplo, levam três a quatro anos para realizar pesquisas que a tecnologia nuclear apressa. E a tecnologia nuclear não muda as técni-

cas clássicas, antes se junta a elas, faz as vezes da gasolina azul.

Cena

Srs. Senadores, já em Piracicaba, São Paulo, há o Centro de Energia Nuclear para Agricultura — CENA — da Escola Agrícola Luiz de Queiroz, que trabalha em convênio com a Comissão Nacional de Energia Nuclear com o apoio da Agência Internacional de Energia Atômica. Tive oportunidade este ano de visitá-lo demonstradamente, e me impressionaram suas pesquisas agrícolas, todas de interesse fundamental para o Brasil.

Bem considero a fabulosa importância da agricultura. Habitou-se minha geração a ouvir, ligada ao nome do nosso País, a expressão "eminentemente agrícola", contra a qual protestavam os que defendiam a industrialização à outrance. Mas a verdade é que, pela diversidade de solos e de climas, propícios à produção de infinita variedade de alimentos, somos o único País capaz de constituir-se no celeiro do mundo, pois a África, que poderia competir conosco, não está em condições de fazê-lo.

Recordo neste ensejo a carta de Pedro Vaz Caminha, comunicando a descoberta do Brasil a El-Rei Dom Manuel, o Venturoso: a terra "em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo". E lembro que há poucos anos, na minha pequena Alagoas, havia quatrocentos mil hectares de tabuleiros considerados improdutivos que, fertilizados e experimentados no plantio da cana-de-açúcar, por iniciativa do pernambucano Benedito Coutinho, são hoje terras fabulosas que dão até cem toneladas de cana por hectare, quando antes, na várzea, obtínhamos de 40 a 50 toneladas.

Eu quase diria que potência agrícola é tanto quanto ou mais do que potência atômica. Realmente, que Nação poderosa iria usar a bomba atômica para destruir um País produtor de alimentos? Todas as nações, grandes e pequenas, precisariam do celeiro do mundo e teriam mesmo interesse e empenho em preservá-lo.

EMBRAPA

Saúdo, por isso, com entusiasmo, Srs. Senadores, a iniciativa do Sr. Ministro da Agricultura, que acaba de assinar portaria" criando o grupo-de-trabalho incumbido de orientar a implantação do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias e da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, EMBRAPA, que garantirão — segundo S. Ex.^a — "a manutenção da taxa de crescimento anual no setor agrícola em torno de 7 a 8%".

Tais órgãos darão suporte ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição que, lançado pelos Srs. Minis-

tros do Planejamento, Saúde e Educação, carece realmente do apoio do Ministério da Agricultura para poder bem executar o programa a que se propõe. A educação nutricional e a assistência alimentar — atividades essenciais do INAN — terão tanto maior êxito quanto mais se amplie a produção agrícola. É indiscutível não somente a importância, mas também a urgência da implantação dos novos organismos anunciados pelo Sr. Ministro da Agricultura, os quais hão de evidentemente utilizar os instrumentos de desenvolvimento dos novos tempos, à frente a tecnologia nuclear, tanto quanto, na época presente, se recorre ao computador e não à pena Mallet para instalar a escrituração de uma empresa.

Ministério de Ciência e Tecnologia

O Sr. Osires Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer.

O Sr. Osires Teixeira — Nobre Senador, estou ouvindo com a máxima atenção a exposição de V. Ex.^a E quando V. Ex.^a enfatizadamente anuncia as maravilhas da criação do Grupo de Trabalho para estudo dos problemas relativos à nutrição e à produtividade, eu, conquanto louve o Governo nessa sua iniciativa, mais me convence de que está passando da hora de se pensar efetivamente na criação do Ministério da Ciência e da Tecnologia. A cada arrancada governamental no sentido da solução desse ou daquele problema brasileiro, necessariamente precisa-se de estudos aprofundados, de análises de fatos anteriores, de comparações, a fim de se encontrar o denominador comum capaz de alcançar as soluções efetivas. Num País que cresce como o Brasil, são precisos cálculos de extrapolação, e todos nossos pronunciamentos são sempre cálculos de extrapolação para 75, 80 etc. A cada dia que passa mais organismos de estudos são implantados, quando se criássemos o Ministério da Ciência e da Tecnologia, todos esses grupos de trabalho, todos esses institutos de estudo se concentrariam num só, e acredito piamente que os resultados seriam bem mais efetivos. Conquanto louve a providência governamental — repito — entendo que cada vez mais reforça nosso pensamento da criação do Ministério da Ciência e da Tecnologia.

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Osires Teixeira, somos irmãos de opa, pertencemos à mesma confraria.

Há quatro anos pronunciei, no Senado, discurso em que defendi exaustivamente a implantação do Ministério da Ciência e da Tecnologia. Como V. Ex.^a, nobre Senador Osires Teixeira, penso também que devíamos criar esse Ministério.

Melhorar o Feijão

Sr. Presidente, Srs. Senadores, já este ano iniciou o CENA um programa para melhorar o feijão, que é a nossa principal fonte de proteínas, pois 76% da nossa população se alimenta dele com arroz. São diversos os tipos de feijão que o Brasil produz e consome. Em São Paulo, é o feijão mulatinho; na Guanabara, é o feijão preto, no Nordeste é outra variedade, como outra é no Rio Grande do Sul, algumas afirmando-se pela quantidade de proteínas, mas não oferecendo boas condições de digestibilidade. Produzir mais e melhor há de ser o lema da nova campanha alimentar. Por isso é que o CENA coleciona e estuda as variedades de feijão, visando a obter, através das mutações genéticas, aquele tipo que satisfaça ao paladar do brasileiro e ao mesmo tempo possua mais substâncias nutritivas e tenha melhor digestibilidade.

As pesquisas não se restringem à fertilidade dos solos, à sua adubação, e sim alcançam as características deles, para dispensar-lhes o tratamento que promova a maior produtividade. A terra roxa de São Paulo, por exemplo, é ansiosa de fósforo, mas, recebendo-o, fixa-o avaramente, não o dá à planta, e há que corrigir-lhe o defeito.

Com as pesquisas bioquímicas, ligadas ao nitrogênio, faz o CENA estudos de microbiologia, preocupado com os microorganismos do solo, que fixam o nitrogênio da atmosfera e o transformam em compostos nitrogenados, absorvidos pelas plantas. Estudam-se então as variedades de microorganismos para melhorar os compostos.

Estudos rigorosos se fazem das pragas do feijoeiro.

As pesquisas do CENA visam a localizar o "X" dos problemas agrícolas.

Ponto Pacífico

Sr. Presidente: mais me alonguei neste meu pronunciamento para realçar como é fundamental a pesquisa na agricultura e como é indispensável o aumento da produção e da produtividade agrícolas para resolver o problema da alimentação.

É hoje ponto pacífico que o desenvolvimento de um país se mede pelos seus níveis de nutrição, ou melhor, o seu consumo de calorias e proteínas indica o grau de avanço de sua economia, que sofre diretamente a influência da capacidade produtiva, do poder aquisitivo e do estado alimentar das populações.

Nenhum plano de governo pode, assim, deixar de reconhecer a estreita relação existente entre a produção e o consumo de gêneros alimentícios e o desenvolvimento econômico e social. Daí, a extraordinária importân-

cia da agricultura, fonte geradora desses gêneros e promotora do bem-estar. Não é a indústria, mas a agricultura que há de vencer as ameaças de fome que pesam sobre a humanidade. Desenvolvendo-se em termos dos novos tempos, com a utilização da moderna tecnologia, responderá por certo a agricultura aos desafios da falta de alimentos que antes mesmo da maior explosão demográfica já preocupava e amargurava o mundo. Assim acelerado, de par com a educação nutricional, o desenvolvimento agrícola é sem dúvida o alicerce da sociedade de bem-estar que a industrialização completa e fortalece.

O Brasil cuida

Já ontem à tarde aprovamos na Comissão Especial o projeto de criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, nos termos do sub-^{stan}cioso parecer do nobre Relator Senador Waldemar Alcântara, que se entregou a fundo ao estudo do problema, dando notável contribuição ao seu equacionamento e solução.

Como foi anunciado pelo Sr. Ministro da Agricultura, teremos em breve a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias e o sistema nacional respectivo, que darão suporte à ação do INAN.

O Brasil cuida, assim, acertadamente, das bases do seu desenvolvimento e mais do que isso da sua infra-estrutura de nação. O problema alimentar merece a melhor atenção não só do Governo mas de todos os cidadãos, pois a ele se liga o nosso próprio futuro. E os debates em torno do projeto submetido ao exame do Congresso Nacional demonstrarão em breve a importância que lhe emprestamos, nós, homens públicos.

O celeiro do mundo

Mas, ao mesmo tempo, estamos cuidando de um problema que interessa ao mundo. Instalou-se esta semana em São Paulo a VIII Conferência Latino-Americana de Produção de Alimentos, com a participação de cientistas de nível internacional, como o Dr. Norman Borlang, Prêmio Nobel da Paz. Leia-se o que disseram — e foi publicado pela imprensa — os cientistas de renome mundial integrantes da Conferência:

"Dos 3 bilhões de habitantes da terra neste momento, mais da metade morrerá prematuramente por causa da fome."

"Dentro de dez anos, as áreas subdesenvolvidas terão cinco vezes mais bocas para alimentar, sendo que em 1980 a população mundial terá crescido para 4,2 bilhões. Chegaremos ao ano 2.000 com 6,5 bilhões de pessoas, o que nos forçará a duplicar a produção de alimentos, dentro dos próximos 30 anos a fim de manter a situação atual que é de fome."

"Temos na Ásia, China, África e América Latina um total de 2 bilhões de habitantes, isto é, dois terços do total da população mundial, e, no entanto, somente 55% do total de suas terras são cultivadas."

Tais palavras nos fortalecem na determinação e nos convocam ao dever de empenhar todos os nossos esforços no sentido de desenvolvermos a agricultura e sermos realmente o celeiro do mundo. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Geraldo Mesquita — José Lindoso — José Esteves — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Jessé Freire — Milton Cabral — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Celso Ramos — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Sobre a mesa, requerimentos de dispensa de interstício que vão ser lidos pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes

REQUERIMENTO N.º 156, de 1972

Nos termos do art. 314 do Regimento Interno, requiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Resolução n.º 57, de 1972, que autoriza o Governo do Piauí a realizar uma operação de crédito financeiro externo, destinada ao financiamento da execução do Programa Rodoviário Estadual, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1972. — Ruy Santos.

REQUERIMENTO N.º 157, de 1972

Nos termos do art. 314 do Regimento Interno, requiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Resolução n.º 58, de 1972, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a realizar operação de empréstimo externo, destinada ao financiamento parcial do Programa de Obras do Estado, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 8 de novembro de 1972. — Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — Em consequência da provação dos requerimentos, os projetos a que se referem figurarão na Ordem do Dia da próxima sessão.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1973 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer nº 1, de 1973), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar a aquisição de máquinas para o projeto de desenvolvimento da agricultura, tendo

PARECER, sob nº 2, de 1973, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discutir-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Esgotada a matéria da pauta.

Sobre a mesa, redação final do projeto de resolução aprovado na Ordem do Dia de hoje e que, nos termos do parágrafo único do art. 358 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º Secretário. (Pausa.)

É lida a seguinte

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PARECER

Nº 8, de 1973

Relator: Senador Ruy Carneiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1973, que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura.

Sala das Comissões, em 2 de abril de 1973.

— José Lindoso, Presidente — Ruy Carneiro, Relator — Wilson Gonçalves.

ANEXO AO PARECER

Nº 8, DE 1973

Redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1973

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso IV, da Constituição, e eu, , Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1973

Autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar a aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Governo do Estado de Goiás autorizado a realizar, através do Banco do

Estado de Goiás S.A., ou diretamente, operações de empréstimos externos, até os montantes de US\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos) e L 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de liras italianas) ou seus equivalentes em outras moedas, de principal, com financiadores estrangeiros, destinadas a financiar a aquisição de tratores americanos da marca "Caterpillar" e italianos da marca "Fiat", para serem empregados no desenvolvimento do programa estadual de ampliação da área agricultável.

Art. 2º As operações de empréstimos realizar-se-ão nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, às taxas de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, para registro de empréstimos da espécie, obtidos no exterior, obedecidas as demais exigências normais dos órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual nº 7.501, de 18 de maio de 1972.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Sobre a redação final que vem de ser lida, há requerimento de dispensa de publicação, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 16, de 1973

Nos termos do art. 359 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1973, que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar a aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1973.
— Senador Osires Teixeira

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Em consequência da aprovação do regimento, passa-se à imediata apreciação da

Redação final do Projeto de Resolução nº 4, de 1973 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer nº 1, de 1973), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operações de empréstimos externos destinadas a financiar a aquisição de máquinas para o projeto estadual de desenvolvimento da agricultura, tendo

Parecer, sob nº 2, de 1973, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada. O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito para esta oportunidade.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão.

Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHOS DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 50 minutos.)

ATA DA 16ª SESSÃO, REALIZADA

EM 30-3-73

(Publicada no DCN — Seção II — de 31-3-73.)

Retificação

No Projeto de Resolução nº 5/73, que "altera dispositivo do Regimento Interno":

Na página 369, 1ª coluna, na ementa do projeto,

Onde se lê:

Altera o dispositivo do Regimento Interno.

Leia-se:

Altera dispositivo do Regimento Interno.

No Art. 1º,

Onde se lê:

... colocando sobre a mesa, ...

Leia-se:

... colocando sobre a mesa, ...

O SR. ARNON DE MELLO — (Como Líder, em nome da Maioria pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos meses atrás, por duas vezes, ocupei esta tribuna para falar a respeito do projeto de lei que criava o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, submetido ao exame do Congresso Nacional pelo Senhor Presidente da República. Tive, então, oportunidade de tecer comentários sobre a extremamente difícil situação do povo brasileiro em matéria de alimentação e nutrição, ressaltando a imensa importância do projeto e manifestando a minha confiança em que o programa que em decorrência dele seria instituído — o PRONAN — atenderia às exigências requeridas pela solução do grave problema:

O PRONAN

Conforme li nos jornais desta manhã, o Primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição — PRONAN —, que terá a duração do Plano Nacional de Desenvolvimento, ou melhor, vigorará até 31 de dezembro de 1974, e será continuado pelo segundo, a vigorar de 1975 a 1979, — foi instituído ontem pelo Chefe da Nação. Respondendo aos apelos da realidade brasileira, o PRONAN orientará, coordenará, estimulará e

aperfeiçoará os esforços públicos e privados "no sentido de elevar os padrões alimentares e nutricionais da população brasileira".

Concorre, assim, o PRONAN para:

- a) reduzir a taxa de mortalidade, causada pela desnutrição;
- b) minorar a incidência de deficiências físicas, mentais e sensoriais decorrentes da desnutrição;
- c) diminuir a frequência de doenças parasitárias e carências alimentares específicas ligadas à desnutrição;
- d) elevar os índices de aproveitamento escolar, inclusive pela redução das taxas de evasão e reprovação na escola; e
- e) aumentar a produtividade da força-de-trabalho e melhorar as condições de acesso do homem na escala social.

Em tais condições, serão alcançados os seguintes objetivos:

- a) proteger e valorizar os recursos humanos em formação, sobretudo os dos grupos materno-infantil e escolar;
- b) orientar a população em geral a selecionar e utilizar mais adequadamente os alimentos disponíveis, contribuindo para um melhor equilíbrio do orçamento familiar;
- c) combater as carências nutricionais de maior disseminação e mais graves consequências sobre a saúde pública e o desenvolvimento econômico-social;
- d) incrementar a produção de alimentos essenciais, principalmente os de maior valor proteico, cuja demanda deverá ser intensificada com as atividades do próprio PRONAN e a aceleração do progresso econômico do Brasil; e
- e) desenvolver a tecnologia do processamento de alimentos de elevado valor nutritivo e incentivar sua industrialização, com o propósito de aumentar as suas disponibilidades, reduzir os custos respectivos e atender às necessidades nutricionais não só dos grupos assistidos pelo PRONAN, mas também da população em geral.

De acordo com essas finalidades e esses objetivos, o PRONAN promoverá:

- a) assistência alimentar e a educação nutricional;
- b) a recuperação de desnutridos;
- c) o controle médico-social dos beneficiários de suas atividades de assistência alimentar; e
- d) a pesquisa e a produção de alimentos essenciais.

No período 1973/1974, o PRONAN visa às metas principais seguintes:

1 — prestar assistência alimentar a 315.000 e 345.000 gestantes e nutrízes, 1.600.000 e 1.760.000 lactentes e pré-escolares, e 11.000.000 e 12.000.000 escolares matriculados em estabelecimentos oficiais de ensino de primeiro grau, respectivamente em 1973 e 1974;

2 — proporcionar educação nutricional à população brasileira em geral, através dos meios de comunicação de massa e de iniciativas voltadas especificamente

para os beneficiários da assistência alimentar;

3 — promover a recuperação de desnutridos;

4 — concorrer para o combate a carências nutricionais específicas, sobretudo a proteico-calórica, as anemias ferroprivas, as avitaminoses e o bócio endêmico, bem como contribuir para o aumento da resistência das populações assistidas a doenças infecciosas e outras;

5 — promover, incentivar e orientar a pesquisa científica e tecnológica, alimentar e nutricional; e

6 — contribuir para estimular a produção de alimentos essenciais à dieta humana.

Para a consecução das metas acima, serão tomadas as providências adicionais seguintes:

1 — realizar estudos, pesquisas e análises sobre a situação alimentar e nutricional brasileira que sejam necessários à formulação, execução e avaliação do PRONAN, de seus subprogramas e projetos; e

2 — promover o recrutamento e o treinamento do pessoal indispensável ao funcionamento do INAN e à execução do PRONAN, seus subprogramas e projetos.

PIONEIROS

Transcrevi de propósito vários tópicos do 1º PRONAN para melhor destacar sua importância. Vê-se que através dele somos pioneiros na enunciação de uma política integrada de nutrição, abrangendo todos os setores a ela ligados. Realmente, pela primeira vez no Brasil e no Mundo subdesenvolvido surge um programa de tal gênero. O que há na América Latina, por exemplo, como na Índia e na África, são institutos de pesquisa, projetos pilotos limitadíssimos. Somente na Colômbia existe um programa de maior importância mas sem a amplitude do nosso. O PRONAN é um gigante que alcança todos os pontos fundamentais da nutrição.

PROGRAMA REALISTA

Anote-se, por outro lado, que as iniciativas aqui tomadas em tal setor eram baseadas em alimentos importados do estrangeiro ou de outras regiões do País. Enfrentavam problemas de transporte, que encareciam o produto, como o bacalhau da Noruega e o leite em pó, e problemas de modificação dos hábitos alimentares das populações. Enquanto isso, o PRONAN vai desenvolver a produção de gêneros locais e de mais valor nutritivo, de mais proteínas vegetais, de custo mais reduzido, e de mais calorias. O PRONAN não tem nada de mirabolante. Não pretende estimular a pecuária de corte nem a produção de leite mas desenvolver a agricultura de subsistência. É um programa realista, que vai ser aplicado com recursos nossos, não depende de ajuda externa, como o atual de alimentação escolar, cujos recursos vêm em 80% do exterior.

O PRONAN não é paternalista, não faz doação de alimentos. Ao contrário do que

anteriormente se verificava, todo alimento vai ter seu preço, que será o que o consumidor puder pagar, ainda que seja pagamento bem reduzido, simbólico. E calcula-se que tal providência representará uma contribuição de cerca de setenta milhões de cruzeiros.

Disporá o PRONAN de uma dotação de 450 milhões de cruzeiros para aplicar em 1973. Tem-se uma idéia do que significa isso quando se sabe que em tal setor o máximo que até hoje o Governo Federal despendeu foram 40 milhões de cruzeiros, isto é, menos de dez por cento da importância destinada este ano ao PRONAN. E anote-se que tais recursos serão gastos em nove meses, vale dizer que correspondem este ano a 600 milhões de cruzeiros, ou seja, cem milhões de dólares.

Não há dúvida que é apreciável a soma de recursos agora alocados ao PRONAN, sobretudo tendo-se em vista o que anteriormente se despedia com o problema. Mas convenhamos em que ela é pequena demais se se considera o infinito das necessidades alimentícias e nutritivas das nossas populações pobres. É de esperar, portanto, que as verbas do PRONAN sejam substancialmente elevadas mais para diante.

QUATRO CAPÍTULOS

O PRONAN se constitui de quatro capítulos, cada qual de maior importância. O primeiro é o de assistência alimentar aos grupos vulneráveis, mais sujeitos aos assaltos da desnutrição e das doenças por ela provocadas.

O segundo refere-se à educação nutricional ministrada não só especificamente aos grupos vulneráveis mas também à população em geral.

O terceiro atuará diretamente no setor de produção de alimentos essenciais, e se divide em dois tipos: o primário, da agricultura; e o secundário, da industrialização.

Em convênio com a ABCAR e talvez mesmo com o INCRA, o INAN promoverá cursos, um dos quais já se iniciará em Recife no próximo mês de abril, visando ao estímulo da produção de feijão, milho, arroz e hortigranjeiros, com a implantação também de hortas escolares e familiares. O programa prevê ainda para este ano sete mil hortas.

Finalmente, o PRONAN cuidará da pesquisa dos alimentos, do seu diagnóstico, e do treinamento do pessoal.

REVALORIZAÇÃO DAS NOSSAS FRUTAS

Cuida o PRONAN de revalorizar a fruta indígena. Em nosso território inenso, muita árvore frutífera é desconhecida e os seus frutos não se comem, apodrecem. Aproveitamos talvez pouco mais de uma dúzia das nossas frutas nativas. Há por exemplo no Pará a bacaba, cujas qualidades não se conhecem. Em Goiás, já se aproveita o piqui, que se come com arroz e é a carne frutífera.

Aqui mesmo em Brasília existe uma chácara com 70 árvores de frutas diferentes mas de consumo reduzidíssimo num País em que o problema de alimentação e nutrição ganha cores verdadeiramente negras.

Todas essas frutas, desconhecidas ou limitadas ao consumo local, vão ser analisadas pelo PRONAN, e atrairão naturalmente o consumo nacional.

Depois de analisá-las, o PRONAN divulgará folhetos com informações a respeito de cada uma, desde o seu valor alimentício até a maneira de comê-las.

EMPRESA PÚBLICA

Congratulando-me com Sua Excelência o Senhor Presidente da República pelo seu ato, de tão profunda significação para o futuro do povo brasileiro, estimaria juntar aos meus aplausos duas sugestões que por certo já devem estar sendo devidamente consideradas pelo Governo.

Tão importante é o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição que me parece deveria ele constituir empresa pública, em vez de autarquia vinculada ao Ministério da Saúde. Como empresa pública, o INAN ficaria mais livre para atuar e cumprir as suas finalidades.

Não se alegue que o Decreto Lei número 200 não o permite, visto como em seu artigo 5º, número 11, considera empresa pública a "entidade criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa". Não me parece difícil que, dentro de suas atribuições, possa o INAN exercer atividade econômica. No momento em que se inicia o seu funcionamento, vale considerar a possibilidade de mais para o futuro torná-lo empresa

pública, com o que se lhe asseguraria um futuro maior. E na sua organização que se preveja essa possibilidade, dando-lhe desde logo o sentido de empresa.

ASSISTÊNCIA ALIMENTAR AO TRABALHADOR

Outra sugestão que me animo a fazer é referente à assistência alimentar ao trabalhador. A medida seria talvez prematura se inserida desde logo no PRONAN, porque poderia criar uma superexpectativa entre os trabalhadores. Mas seria o caso de estudar a possibilidade de tomá-la, pois boa alimentação é produtividade. Evidentemente não haveria conveniência em construir restaurantes em todas as fábricas, o que, além de exigir numerosos nutricionistas, encareceria os custos, mas poder-se-ia instalar cantinas nas fábricas ou implantar cozinhas centrais, que distribuiriam aos trabalhadores refeições, acondicionadas em plástico.

Em portaria recente, de há dois meses, se bem me lembro, o Senhor Presidente do INPS estabeleceu que o empregador que forneça refeição ao empregado pode, para compensar-se da despesa, deduzir uma percentagem do que tem de pagar ao Instituto. Contratando com o empregador o fornecimento de refeições, o INAN estaria cumprindo uma de suas finalidades precípua.

CAMPANHA EDUCACIONAL

Sr. Presidente, não é preciso repetir que alimentação se liga à educação. O programa é excepcionalmente bom, mas vale acentuar

a importância do seu relacionamento com uma campanha educacional, já aliás prevista, que ensine aos brasileiros o valor dos alimentos. Tivemos há pouco tempo a campanha da limpeza da cidade, com o Sugismundo, e alcançamos pleno êxito. Creio que ainda melhores resultados terá uma campanha em favor da boa alimentação que diz mais diretamente com o interesse de cada um de nós. Quem não se sensibilizará com o conhecimento do valor dos alimentos, da quantidade de calorias e proteínas de que precisa o nosso organismo, das vitaminas e sais minerais necessários à manutenção da saúde e da vida?

VOLTA ÀS ORIGENS

Srs. Senadores, antes de concluir, cumpre ressaltar que pela primeira vez no Brasil se abrem as portas para que todas as forças vivas da Nação possam atuar no campo alimentar. Até agora, quem quer que se dispusesse a fazê-lo não tinha um órgão ao qual se dirigir.

Frize-se, por outro lado, que a política do INAN, revalorizando o que é nosso, é uma volta às origens. Não queremos pós mágicos nem alta tecnologia para encaminhar a solução do grave problema alimentar do povo brasileiro. Queremos apenas sacudir a árvore, e os frutos cairão.

Povo subalimentado é povo subdesenvolvido. E nós, que estamos saindo do subdesenvolvimento, não podemos deixar de considerar na sua real importância um problema de cuja solução depende o desenvolvimento.

Congratulações ao Governo Federal e congratulações ao povo brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

ATA DAS COMISSÕES

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

RESOLUÇÃO Nº 6

(Da Comissão Deliberativa)

Aprova o Orçamento da Receita e da Despesa do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar para o exercício de 1973.

A Comissão Deliberativa, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14, inciso I, letra j, do Regulamento aprovado a 4 de dezembro de 1972, e atendendo ao que consta da ata de sua reunião realizada nesta data, RESOLVE aprovar o seguinte orçamento da receita e da despesa para o exercício em curso:

RECEITA

1) Dotações orçamentárias	
	Cr\$
a) do Senado Federal	250.000,00
b) da Câmara dos Deputados	400.000,00
2) Recolhimento de contribuições regimentais (3% sobre ajudas de custo pagas)	10.413,39
3) Saldo transferido do exercício de 1972	19.986,61
Total	<u>670.400,00</u>

DESPESA

1) Ajudas de custo e passagens da Delegação à Conferência de Helsinki, na Finlândia	35.062,72
2) Ajudas de custo e passagens da Delegação à Reunião Interparlamentar de Abidjan, na Costa do Marfim ..	164.750,00
3) Ajudas de custo e passagens da Delegação à conferência Interparlamentar de Santiago, no Chile	350.000,00
4) Ajudas de custo e passagens da Delegação ao Simpósio Internacional de Documentação Parlamentar, em Genebra, Suíça	32.000,00
5) Gratificação do Pessoal	30.000,00
6) Despesa com hospedagem, passagens, recepções oferecidas pelo Grupo a Delegações estrangeiras, correspondência, material de consumo, traduções, versões, cursos, seminários, ajustes de serviços técnicos ou administrativos, e outros	58.287,20
Total	<u>670.400,00</u>



**FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

www.fcm.unicamp.br/pesquisa/etica/index.html

Ofício CEP 341/2010
Em 16/08/2010

Ilma. Sra. Marília Pires de Alencar Silva
Pesquisadora Responsável

Ref. : Submissão de projeto de pesquisa.

Prezada. Senhora,

Acusamos recebimento de ofício, datado de 04 de agosto de 2010. Declaramos ciência e de acordo com a dispensa da submissão do projeto de pesquisa considerando a justificativa apresentada pela pesquisadora.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.
Cordialmente.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Steiner
PRESIDENTE do COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
FCM/UNICAMP